

PONTIFÍCIA UNIVERSIDADE CATÓLICA DE MINAS GERAIS
Programa de Pós-Graduação em Educação

Sônia Marcelino

**BIBLIOTECAS ESCOLARES:
Espaço de aprendizagem escolar?**

Belo Horizonte
2018

Sônia Marcelino

**BIBLIOTECAS ESCOLARES:
Espaço de aprendizagem escolar**

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Educação da Pontifícia Universidade Católica de Minas Gerais, como requisito parcial para obtenção do título de Mestre em Educação.

Orientador: Prof. Dr. José Wilson da Costa

Orientadora: Prof^ª. Dr^ª. Sandra Pereira Tosta
(período: 01/03/2016 a 30/11/2017)

Área de concentração - Linha de pesquisa: Educação Escolar: políticas e práticas curriculares, cotidiano e cultura.

Eixo temático: Cotidiano e diferença cultural.

FICHA CATALOGRÁFICA

Elaborada pela Biblioteca da Pontifícia Universidade Católica de Minas Gerais

M314b Marcelino, Sônia
Bibliotecas escolares: espaço de aprendizagem escolar? / Sônia Marcelino.
Belo Horizonte, 2018.
137 f.: il.

Orientador: José Wilson da Costa
Orientadora: Sandra Pereira Tosta
Dissertação (Mestrado) – Pontifícia Universidade Católica de Minas Gerais.
Programa de Pós-Graduação em Educação

1. Bibliotecas e educação. 2. Bibliotecas escolares - Ensino-aprendizagem. 3. Bibliotecas e usuários. 4. Bibliotecas públicas escolares - Aprendizagem. 5. Centros de informação. 6. Bibliotecas e professores. I. Costa, José Wilson da. II. Tosta, Sandra Pereira. III. Pontifícia Universidade Católica de Minas Gerais. Programa de Pós-Graduação em Educação. III. Título.

SIB PUC MINAS

CDU: 027.8

Ficha catalográfica elaborada por Rogério da Silva Marques - CRB 6/2663

Sônia Marcelino

**BIBLIOTECAS ESCOLARES:
Espaço de aprendizagem escolar**

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Educação da Pontifícia Universidade Católica de Minas Gerais, como requisito parcial para obtenção do título de Mestre em Educação.

Área de concentração - Linha de pesquisa: Educação escolar; políticas e práticas curriculares, cotidiano e cultura.

Eixo temático: Cotidiano e diferença cultural

Professor Dr. José Wilson da Costa – PUC Minas (Orientador)

Professora. Dra. Maria da Conceição Carvalho – UFMG (Banca Examinadora)

Professor Dr. Amauri Carlos Ferreira - PUC Minas (Banca Examinadora)

Belo Horizonte, 12 de dezembro de 2018.

AGRADECIMENTOS

Ao meu competente orientador, professor e companheiro de jornada, José Wilson da Costa, que me ajudou de tantas formas, me aceitando como orientanda quando da reviravolta na mudança de orientador, e também pela leitura atenciosa e paciente dos textos, até a última versão. Pelo apoio, paciência e incentivo na reta final da caminhada.

Aos professores, colegas e companheiros da Pontifícia Universidade Católica de Minas Gerais, sobretudo pelo compartilhamento de ideias, pelo profissionalismo e pela inspiração constante a este trabalho.

Em especial a minha ex-orientadora Sandra Tosta Pereira, por sua atenção, generosidade pessoal e seu afeto em guiar com paciência meus passos nesta pesquisa. Desejo que a vida te retribua generosamente, assim como generosamente acolheu a mim e todos os seus alunos do Programa de Pós-Graduação em Educação.

À professora Maria Conceição de Carvalho por aceitar participar de minha banca.

Aos membros da banca examinadora, por dedicarem parte do seu tempo na avaliação deste trabalho e pelas excelentes contribuições realizadas.

Aos familiares, pela incomensurável força nos momentos mais delicados da trajetória.

À minha mãe pelas tantas vezes que me motivou e me fez acreditar que era possível vencer essa etapa.

À Viviane Michelline Danese, companheira fiel na jornada.

À Débora Goulart da Silva Duque, mais que colega, você se tornou grande amiga.

Aos colegas bibliotecários da Universidade Federal de Ouro Preto, pela torcida, apoio e colaboração.

À CAPES pela bolsa de estudos.

Aos professores, diretora, vice-diretores, alunos e bibliotecária, não somente os que participaram da pesquisa, mas a todos, por acreditarem que é possível uma educação melhor para todos.

E, finalmente, a Deus, pela fé que me mantém viva. Pela força e coragem a mim concedida em todos os momentos dessa caminhada.

À UFOP por me permitir aliar trabalho e estudo, revelando compromisso com seus servidores.

“Para continuar aprendendo,
cumpre desestruturar-se.”

Pedro Demo

Bibliotecas

A biblioteca do pai de Borges
foi o fato capital de sua vida.
Ele nunca saiu dela, disse.

Em minha casa nunca tive
livros.
O fato capital de minha vida
é não ter tido pai.

Minha mãe foi minha biblioteca.
Ensinou-me tudo.
Nunca sai dela.
Era analfabeta e deveria
Ter se chamado Alexandria.

Edson Cruz

RESUMO

Esta pesquisa investigou a biblioteca escolar enquanto espaço de aprendizagem na percepção dos alunos dos anos iniciais do Ensino Fundamental de uma escola da rede estadual de Minas Gerais, situada no município de Ouro Preto/MG, com foco nos serviços e nas atividades desenvolvidas na perspectiva do processo de ensino-aprendizagem. A pesquisa de cunho qualitativo partiu de uma revisão de literatura e estudo de caso, utilizou como procedimentos de investigação: análise documental, questionário e entrevistas realizados com alunos e funcionárias da biblioteca escolar pesquisada. O percurso teórico foi desenvolvido a partir das temáticas da biblioteca escolar no processo de ensino-aprendizagem e a participação dos professores, bibliotecário e equipe pedagógica levando em consideração o currículo escolar e as transformações tecnológicas no contexto educacional. Uma ideia recorrente nos autores pesquisados é de que a biblioteca escolar deve ir além do empréstimo de livros, incentivo à leitura e o auxílio à pesquisa, ela deve estar ligada a um interesse pedagógico maior, conjugada aos objetivos de aprendizagem que auxiliem os alunos no uso de informações, aliada ao letramento informacional. Na pesquisa de campo, foram investigados o projeto político pedagógico da escola em relação à biblioteca escolar, os produtos e serviços oferecidos, os modos como a biblioteca atua para a aprendizagem dos alunos e a percepção deles quanto à atuação da biblioteca na aprendizagem escolar. Os resultados da pesquisa apontam um cenário de reduzida utilização da biblioteca escolar quando da realização das atividades em interação com o currículo escolar e a colaboração professor-bibliotecário. Ressalvada a existência do ambiente da biblioteca escolar sem uma estrutura física e tecnológica adequada, tal negativa poderia estar associada à ausência de políticas públicas que assegurem e viabilizem a qualidade da educação nas práticas educativas, ou ainda, relacionada ao importante papel dos gestores escolares, bem como sua participação no desenvolvimento da biblioteca escolar. Assim como a ausência do profissional bibliotecário qualificado na construção do projeto político pedagógico e nas reuniões pedagógicas da escola. Nesse sentido, a implementação da Lei 12.244/2010, que dispõe sobre a universalização das bibliotecas nas instituições de ensino e da atuação do profissional bibliotecário parece distante da realidade atual, mas, apesar disso, a biblioteca escolar tem sido procurada pelos alunos e é considerada um espaço de resistência.

Palavras-chave: Biblioteca escolar, Bibliotecas públicas escolares, Aprendizagem.

ABSTRACT

This study has investigated the school library as a learning space according to the perception of elementary students of a state school in the city of Ouro Preto. The research aimed to verify and analyze the services and activities developed in the library. Based on a review of the literature, this qualitative study has used as research procedures documentary analysis, questionnaire and, interviews with the students from the school where the target library is located. The theoretical path was developed from the school library themes on teaching and learning in a collaborative way: involving the teacher, the librarian, and the pedagogical team. The school syllabus and the technological transformations in the educational context were also considered during the study. A recurrent idea in the researched authors is that the school library must go beyond the books loan, reading encouragement and aid to research, it must be related to a greater pedagogical interest, coupled with learning objectives that assist students in the use of information combined with informational literacy. In the field research, the school political-pedagogical project was investigated concerned to the school library, products and services offered and the ways in which the library acts out for students' learning. The results of the study point to a scenario of reduced use of the school library when performing activities related to the school syllabus and teacher-librarian collaboration. Setting aside the existence of a school library environment without an appropriated physical and technological structure, the negative results could be associated with the absence of public policies that ensure and enable the quality of education in educational practices, or related to the important role of school administrators, as well as their participation in the development of the school library. Thus, as the absence of a qualified librarian in the participation of the political-pedagogical project and in the school pedagogical meetings. In this sense, the implementation of Law 12.244 / 2010, which deals with the universalization of libraries in educational institutions and the performance of librarian professionals seems to be far from the current reality, but despite this, the school library has been sought by students and considered a space of resistance.

Keywords: School library, Public school libraries, Learn

LISTA DE QUADROS

QUADRO 1 – Metas e estratégias do Plano Nacional de Educação (Lei Federal Nº13.005/2014) que envolvem explicitamente a biblioteca e o bibliotecário.....	64
QUADRO 2 – Metas e estratégias do Plano Nacional de Educação (Lei Federal Nº13.005/2014) que envolvem implicitamente a biblioteca e o bibliotecário.....	66
QUADRO 3 – Perfil dos professores de Ensino e Uso da Biblioteca (PEUB).....	112

LISTA DE FIGURAS

FIGURA 1 – Infraestrutura da biblioteca	87
FIGURA 2 – A biblioteca seria melhor se tivesse	109
FIGURA 3 – Usaria mais a biblioteca escolar se	110
FIGURA 4 – A melhor coisa da biblioteca escolar é	111

LISTA DE TABELAS

TABELA 1 – Idade em relação à série	94
---	----

LISTA DE GRÁFICOS

GRÁFICO 1 - Opinião dos alunos sobre o espaço da BE.....	95
GRÁFICO 2 – Você gosta de frequentar a biblioteca?.....	96
GRÁFICO 3 – Com que frequência você costuma usar a biblioteca escolar?	97
GRÁFICO 4 – Seu professor o leva para fazer atividades na biblioteca?	98
GRÁFICO 5 – Atividades realizadas na biblioteca.....	99
GRÁFICO 6 – Leitura na Biblioteca.....	100
GRÁFICO 7 – Empréstimo de livros por ano de escolarização.....	101
GRÁFICO 8 – Realiza deveres na biblioteca em relação ao ano.....	102
GRÁFICO 9 – Estudam ou realizam trabalhos na biblioteca.....	103
GRÁFICO 10 – Pesquisa em livros enquanto está na biblioteca em relação ao ano	104
GRÁFICO 11 – É fácil encontrar os documentos de que você precisa na biblioteca? ...	106
GRÁFICO 12 – Quais atividades o aluno realiza após a leitura?.....	108

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

AASL	American Association of School Librarians
Ala	American Library Association
BE	Biblioteca Escolar
BCI	Biblioteconomia e Ciência da Informação
CAPES	Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior
CBO	Classificação Brasileira de Ocupações
CEP	Comitê de Ética e Pesquisa
CNE	Conselho Nacional de Educação
CRB	Conselho Regional de Biblioteconomia
DCNG	Diretrizes Curriculares Nacionais Gerais para a Educação Básica
FEBAB	Federação Brasileira das Associações de Bibliotecários
GEBE	Grupo de Estudos em Biblioteca Escolar
GT	Grupo de Trabalho
ICI	Informação Cultura e Sociedade (Linha de Pesquisa)
INEP	Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira
IFLA	International Federation of Library Associations
INEP	Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas
LDBN	Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional
MEC	Ministério da Educação e Cultura
PCN's	Parâmetros Curriculares Nacionais
PEUB	Professor para o Ensino e Uso da Biblioteca
PIP	Programa de Intervenção Pedagógica
PMEST	(personalidade, matéria, energia, espaço e tempo)
PNE	Plano Nacional de Educação
PNLL	Plano Nacional do Livro e Leitura
PUC MINAS	Pontifícia Universidade Católica de Minas Gerais
PPP	Projeto Político Pedagógico
SEE MG	Secretaria do Estado de Educação de Minas Gerais
SRE OP	Secretaria Regional de Ensino de Ouro Preto
TCC	Trabalho de Conclusão de Curso
TCLE	Termo de Consentimento Livre e Esclarecido
TIC's	Tecnologias de Informação e Comunicação

UFMG Universidade Federal de Minas Gerais

UFOP Universidade Federal de Ouro Preto

UNESCO United Nations Educational, Scientific and Cultural Organization

SUMÁRIO

1 INTRODUÇÃO	31
1.1 Justificativa	34
1.2 Objetivos	34
<i>1.2.1 Objetivo geral</i>	34
<i>1.2.2 Objetivos específicos</i>	34
1.3 Biblioteca Escolar: algumas considerações	35
2 APONTAMENTOS TEÓRICOS	39
2.1 Biblioteca no contexto educacional	39
<i>2.1.1 Conceitos e parâmetros</i>	39
3 O BIBLIOTECÁRIO: FORMAÇÃO E ATUAÇÃO PROFISSIONAL	49
4 BIBLIOTECA ESCOLAR E LEITURA: LEIS DA EDUCAÇÃO E POLÍTICAS PÚBLICAS	55
4.1 A Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional – LDBEN	56
4.2 Os Parâmetros Curriculares Nacionais – PCNs	59
4.3 As Diretrizes Curriculares Nacionais Gerais da Educação Básica – DCNGs	61
4.4 O Plano Nacional da Educação 2014-2024 – PNE	62
4.5 Programa Nacional Biblioteca da Escola – PNBE	67
4.6 Plano Nacional do Livro e da Leitura – PNLL	69
4.7 A Universalização das Bibliotecas nas Instituições de Ensino: Lei 12.244/2010	71
5 METODOLOGIA DE PESQUISA	75
5.1 Universo, população-alvo	76
<i>5.1.1 A escola</i>	76
<i>5.1.2 A biblioteca pesquisada</i>	77
<i>5.1.3 Público- alvo</i>	78
5.2 Procedimentos metodológicos	79
6 ANÁLISE DOS DADOS	81
6.1 Análise documental	81
<i>6.1.1 A biblioteca pesquisada</i>	85
<i>6.1.1.1 Indicador Espaço Físico</i>	85
<i>6.1.1.2 Indicador Acervo</i>	88
<i>6.1.1.3 Indicador Organização do Acervo</i>	89
<i>6.1.1.4 Indicador Computadores com acesso a Internet</i>	90
<i>6.1.1.5 Indicador Serviços e Atividades</i>	90
<i>6.1.1.6 Indicador Pessoal</i>	91
6.2 Percepção dos alunos em relação à BE	92
<i>6.2.1 Perfil dos alunos</i>	93
<i>6.2.2 Infraestrutura da Biblioteca Escolar</i>	94
<i>6.2.3 Frequência de uso da BE</i>	95
<i>6.2.4 Atividades realizadas na/ou pela BE</i>	98
<i>6.2.4.1 Leitura na Biblioteca</i>	99
<i>6.2.4.2 Empréstimo de livros por ano de escolarização</i>	100
<i>6.2.4.3 Realiza deveres na biblioteca em relação ao ano de escolarização</i>	101
<i>6.2.4.4 Estudam ou realizam trabalhos em relação ao ano de escolarização</i>	102
<i>6.2.4.5 Realiza pesquisa em livros em relação ao ano de escolarização</i>	103

6.2.4.6 Opinião dos alunos sobre as atividades culturais.....	104
6.2.4.7 É fácil encontrar os documentos de que você precisa na Biblioteca	105
6.2.4.8 Quais atividades o aluno realiza após a leitura?	107
6.2.4.9 Percepção dos alunos sobre a BE.....	108
6.3 Discussão das entrevistas.....	112
<i>6.3.1 Perfil das professoras de Ensino e Uso da Biblioteca (PEUB) entrevistadas.....</i>	<i>112</i>
<i>6.3.2 Das dificuldades</i>	<i>119</i>
7 CONSIDERAÇÕES FINAIS	121
REFERÊNCIAS.....	127
ANEXO I – TCLE.....	133
TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO	133
ANEXO II.....	135
ANEXO III.....	136

1 INTRODUÇÃO

O significado etimológico da palavra Biblioteconomia é composto por três componentes gregos: *biblion* (livro); *théke* (caixa); *nomos* (regra), aos quais se acrescentou o sufixo -ia. Assim, etimologicamente, "biblioteconomia é o conjunto de regras de acordo com as quais os livros são organizados em espaços apropriados: estantes, salas, edifícios" (FONSECA, 2007, p.1). A partir da etimologia da palavra, pode-se afirmar que a Biblioteconomia está essencialmente ligada à biblioteca.

Além do sentido etimológico, surge a seguinte pergunta: o que é biblioteconomia? Estudantes de Biblioteconomia e Bibliotecários, às vezes, se deparam com esse questionamento e, para elucidar essa indagação, apresentamos a seguinte definição:

Biblioteconomia é a ciência que estuda os aspectos da representação, da sistematização, do uso e da disseminação da informação através de serviços e produtos informacionais. Trata sobre a análise, planejamento, implementação, organização e a administração da informação em bibliotecas, bancos de dados, centros de documentação, sistemas de informação e sites, entre outros. O papel do profissional bibliotecário é de agente mediador entre a informação e quem a busca, de modo que o conhecimento chegue de forma rápida e satisfatória ao seu usuário. A Biblioteconomia é uma das profissões mais antigas da humanidade. Estima-se que talvez tenha se iniciado nos primórdios com as práticas estabelecidas pelos monges copistas. A Biblioteconomia no Brasil como curso de graduação é considerada como uma das ciências da informação, pelo seu caráter interdisciplinar e pelo seu objeto de estudo. As principais áreas de pesquisa em biblioteconomia são: representação temática, representação descritiva, linguagens documentárias, serviços de referência, marketing em unidades de informação, arquitetura de informação, usabilidade, catalogação, gestão de unidades de informação, infometria, etc. (BIBLIOTECONOMIA, 2015, p.2).

Ao longo do tempo, a Biblioteconomia deixou de ser apenas sinônimo de um recurso para a guarda ordenada de acervos, passando a ser intermediada pela atuação profissional, que vai além do armazenamento. Nesse caso, o bibliotecário é o profissional que atua na mediação entre aqueles que buscam suprir uma determinada demanda informacional e a informação presente nos suportes informacionais, contribuindo para a formação de novos conhecimentos em ciclo, por meio das técnicas da Biblioteconomia.

Grande parte dos autores que retrata os fundamentos epistemológicos da Biblioteconomia a considera uma técnica orientada para o processamento e para a transferência da informação. Alguns a definem como ciência, na condição de conhecimento universal, enquanto outros a reconhecem como um ofício, conduzido para o fazer ou para a habilidade prática. Butler (1933) é um dos estudiosos que trata das funções da Biblioteca na

sociedade e da necessidade de o bibliotecário deter um conjunto de conhecimentos de bases filosóficas, históricas, sociológicas e psicológicas, respaldado pela ideia de que os elementos básicos da Biblioteconomia consistem na acumulação de conhecimento pela sociedade e na sua transmissão contínua às gerações, enquanto esses processos são atualizados através de registros gráficos.

Ranganathan (2009), estudioso da Biblioteconomia, é considerado o maior bibliotecário do século XX, tanto em termos de produções técnico-científicas, quanto de proposições teórico-práticas. Ele foi mais do que um modernizador da profissão bibliotecária, uma vez que revolucionou a profissão na Índia e no mundo através da sólida contribuição de suas obras, além de ter sido o criador do primeiro esquema de classificação facetado do mundo, baseado em cinco categorias fundamentais (personalidade, matéria, energia, espaço e tempo – PMEST), cujo corpo teórico prevalece até os dias de hoje. Esse sistema permite várias aplicações na organização do conhecimento, da sistematização e da recuperação da informação, em ambiente automatizado ou não. Para esse autor, a classificação e os sistemas não eram somente técnicas, mas também estruturas profundamente teóricas e sempre com implicações filosóficas. Em seguida, estabeleceu "As cinco leis da Biblioteconomia", publicada em 1931. Resumidamente, o autor estabeleceu os seguintes postulados: (i) Livros são para uso; (ii) Para cada leitor, seu livro; (iii) Para cada livro seu leitor; (iv) Poupe o tempo do leitor; (v) A biblioteca é uma organização em crescimento. Esses axiomas são referências para a Biblioteconomia e permanecem atuais com suas devidas adaptações por diversos estudiosos contemporâneos. A formulação das cinco leis marcou o início de uma nova era para a Biblioteconomia, mostrando que a área é capaz de produzir princípios científicos.

Nesse sentido, a Biblioteconomia tem papel importante na sociedade, tendo como objetivo prioritário e primordial democratizar a informação, por possibilitar condições para que as pessoas possam acessá-la, permitindo, principalmente, que elas possam, também, gerar e produzir não só informação, mas cultura, difundindo seus interesses, suas ideias, suas propostas e suas opiniões.

Assim, as constantes transformações ocorridas ao longo dos tempos representam fatores que interferem no posicionamento e na estruturação das bibliotecas, de modo que essas instituições redefinem constantemente seus produtos e serviços oferecidos à sociedade. Nesse sentido, é importante destacar que a trajetória histórica da biblioteca demonstra que ela é um espaço em constantes adaptações, adquirindo novas características a partir das tendências e exigências dos usuários e das inovações tecnológicas.

Nessa perspectiva, o profissional que lida com a informação deve evoluir junto com a

sua profissão. Sobre isso, Oliveira (1983) ressalta:

Como o passar do tempo, colecionar e organizar documentos deixou de ser um comportamento individual, passando a trabalho independente do indivíduo, trabalho este solicitado e mantido pelas necessidades próprias da sociedade. Surge então, por solicitação da sociedade, a profissão, isto é, o fazer humano formalizado pela necessidade social. Parece importante salientar desde logo que, sendo essa necessidade social variável e evolutiva, também a profissão dela derivada resulta num objeto variável e evolutivo, alvo de constantes indagações e reformulações que favorecem sua sobrevivência (OLIVEIRA 1983, p.3).

O equilíbrio desejado na atuação do bibliotecário deve ser entendido na técnica e na forma, com seu objetivo fim de suprir a demanda de seus usuários, independentemente da forma como se apresentem, contribuindo com a geração de novos conhecimentos e com a disseminação da verdadeira função da Biblioteconomia como meio de organização e de disseminação de conhecimentos.

Diante das transformações tecnológicas ocorridas ao longo do tempo e de seus impactos em relação às bibliotecas, considerando-se a estrutura, os serviços e os produtos oferecidos aos usuários, novas demandas têm sido exigidas na área da Biblioteconomia e da atuação do bibliotecário. Assim, as exigências desse profissional são cada vez mais diversificadas, independentemente do tipo de biblioteca em que atua e do tipo de usuário a quem atende, fazendo emergir uma nova referência de atuação, que tem sido explicitada nos debates da área.

Nesse contexto de mudanças e de transformações, as bibliotecas escolares aparecem como um espaço de novas exigências. Além disso, o perfil dos estudantes que frequentam esse espaço também mudou, exigindo novas ações, serviços e planejamentos, uma vez que não basta apenas disponibilizar livros nas prateleiras, distribuir livros didáticos, emprestar livros, usar o espaço para reforço escolar ou para avaliações e castigos.

Nesse sentido, a biblioteca escolar tem sido tema de discussão e de reflexão, não apenas em relação ao que ela representa para os estabelecimentos de ensino, mas ao que ela pode vir a ser. Além do espaço de guarda e empréstimo de livros, ela tem sido almejada como partícipe no processo de ensino e aprendizagem de forma a atuar junto aos professores, à equipe pedagógica e ao bibliotecário, levando em consideração o currículo escolar e as transformações tecnológicas.

Esses apontamentos também nos fazem refletir sobre as bibliotecas escolares não como um ideal, mas como uma perspectiva possível de ser concebida. Em nossa realidade brasileira, foram encontrados exemplos de bons trabalhos de biblioteca, que contam com a

parceria e a colaboração da comunidade escolar na construção coletiva de projetos de aprendizagem, envolvendo os profissionais e os recursos informacionais da biblioteca.

1.1 Justificativa

É importante analisar a atuação da biblioteca escolar no processo de aprendizagem no ensino básico, para que se entendam as influências que esta exerce nessa etapa da formação, bem como suas interfaces com a proposta pedagógica e suas contribuições para a melhoria do processo educativo, assim como seu papel e estímulo à aprendizagem nas diferentes disciplinas do currículo.

Assim, o presente estudo visa compreender a importância da biblioteca escolar em relação às práticas pedagógicas e aos processos de ensino-aprendizagem, com vistas a promover uma maior eficácia de sua utilização, a fim de corroborar a melhoria dos serviços prestados para a formação dos alunos.

A escolha do tema partiu da vivência e da experiência da pesquisadora que, além de possuir formação em Biblioteconomia e em Pedagogia, exerce a função de bibliotecária no Ensino Superior há quase quinze anos, e em biblioteca escolar há dois anos.

1.2 Objetivos

1.2.1 Objetivo geral

- Analisar o papel da biblioteca e do bibliotecário escolar no processo de ensino-aprendizagem de alunos dos anos iniciais do Ensino Fundamental de uma escola da rede estadual de Minas Gerais, localizada na cidade de Ouro Preto – MG – Brasil.

1.2.2 Objetivos específicos

- Investigar as concepções e os papéis atribuídos à biblioteca escolar no Projeto Político Pedagógico (PPP) da instituição;
- Analisar a percepção do aluno quanto à atuação da biblioteca na aprendizagem escolar.

1.3 Biblioteca Escolar: algumas considerações

Em relação à leitura e à literatura, Soares (2007) aponta que “somos dominados pela paixão da leitura e nos esforçamos para incutir essa paixão em outros – crianças, jovens e adultos – andamos sempre à procura de meios de ‘contaminação’: como transmitir o gosto e o prazer da leitura?” (SOARES, 2007, p. 127). O espaço da biblioteca escolar não é diferente, visto que pode ser o lugar onde os alunos têm o contato com o universo da leitura através dos contos, histórias, teatros e poesias. Para Cândido (2013),

A literatura é fator indispensável de humanização, e, sendo assim, confirma o homem na sua humanidade, inclusive porque atua em grande parte do subconsciente e no inconsciente, nesse sentido, ela pode ter importância equivalente à das formas conscientes de inculcamento intencional, como a educação familiar, grupal ou escolar. Cada sociedade cria as suas manifestações ficcionais, poéticas e dramáticas de acordo com os seus impulsos, as suas crenças, os seus sentimentos, as suas normas, a fim de fortalecer em cada um a presença e atuação deles. Por isso, que nas nossas sociedades a literatura tem sido um instrumento poderoso de instrução e educação, entrando nos currículos, sendo proposta a cada um como equipamento intelectual e afetivo. Os valores que a sociedade preconiza, ou os considera prejudiciais, estão presentes nas diversas manifestações da ficção, da poesia e da ação dramática. A literatura confirma e nega, propõe e denuncia, apoia e combate, fornecendo a possibilidade de vivermos dialeticamente os problemas. Por isso, é indispensável tanto a literatura sancionada como a proscrita (CÂNDIDO, 2011, p.177).

Dessa forma, não basta apenas frequentar o espaço da biblioteca escolar, mas encontrar nele a literatura como direito, instrumento poderoso de instrução e de educação. Segundo Freire (2003), o ato de ler é um processo que envolve uma compreensão crítica e que não se esgota na decodificação pura da palavra escrita. A partir dessa afirmativa, pode-se afirmar que o processo de leitura deve ser mediado por ações de estímulo à leitura. Assim, cabe à escola, nesse contexto, despertar nos alunos o gosto pela leitura e, conseqüentemente, o desejo pelo desenvolvimento contínuo. Desse modo, para que o aluno dos anos iniciais do Ensino Fundamental seja inserido em uma biblioteca, é imprescindível que esse espaço seja atraente e que possa oferecer atividades educacionais que colaborem para a sua formação. Ademais, é importante que esses alunos possam participar desse ambiente não apenas por obrigação ou como meros visitantes, mas como sujeitos que possam reconhecer nesse espaço um local que realmente transforme seus hábitos em busca de leituras e fontes de informações novas, as quais possam ter importância e significado. Essas leituras e informações devem, portanto, funcionar como um recurso ao conteúdo desenvolvido em sala de aula pelos professores, fornecendo apoio para alunos e professores. Dessa maneira, é importante que

esse espaço seja conduzido de tal maneira que possa suprir as demandas de toda a comunidade escolar.

Uma dessas demandas tem sido aprender a lidar com equipamentos e processos em um contínuo reaprender. A cada momento, somos desafiados a compreender o novo. Em se tratando de educação, mais especificamente da biblioteca escolar, os conhecimentos precisam estar consolidados na realidade dos alunos, além de serem significativos e estarem em consonância com suas vivências e expectativas. Assim, é preciso haver uma interação entre o currículo escolar e as práticas desenvolvidas nesse espaço. Conforme Moran (2000), “aprendemos mais quando estabelecemos pontes entre a reflexão e a ação, entre a experiência e a conceituação, entre a teoria e a prática; quando ambas se alimentam mutuamente” (MORAN, 2000, p.23).

Na biblioteca escolar, os momentos de realização das atividades e dos serviços são oportunidades de enriquecimento e aprendizagem, capazes de provocar alterações significativas na aprendizagem dos alunos, levando-os a se reconhecerem aprendizes, de forma a desenvolver atitudes frente aos desafios práticos colocados pela vivência. Um bom aproveitamento desse espaço de conhecimento é fundamental para uma boa formação.

Entretanto, para que uma aprendizagem seja efetiva, ela deve estabelecer uma ponte entre os interesses dos alunos e o propósito da proposta pedagógica vivenciada. Atualmente, um dos desafios propostos à biblioteca escolar passa a ser de um espaço que auxilie na aprendizagem dos alunos, levando em consideração a proposta curricular, aliada ao uso de tecnologias de informação e comunicação (TIC's). Nesse sentido, é importante ressaltar que os alunos já chegam à escola com experiências junto aos instrumentos tecnológicos que fazem parte de seu cotidiano em casa e na sociedade em geral. Por isso, cabe à biblioteca escolar organizar e ressignificar esses conhecimentos prévios, propiciando conhecimentos novos por meio da disseminação da informação e do auxílio à pesquisa, de forma democrática e inclusiva. Assim, Kuhlthau (2010) redefine o papel da biblioteca e do bibliotecário:

“[A biblioteca] está mudando rapidamente, da dependência de uma coleção delimitada, para o acesso direto a uma vasta quantidade de informação em rede na Internet e para uma variedade de bibliotecas digitais. O papel do bibliotecário em uma biblioteca da sociedade da informação não é apenas fornecer grande quantidade de recursos informacionais, mas também colaborar com os professores como facilitadores e treinadores no processo de aprendizagem baseado em tais recursos.” (KUHALTHAU, 2010, p.14)

Ao desenvolver ações e planejamentos durante o uso da biblioteca escolar, o bibliotecário tem a oportunidade de interagir com os alunos e com os professores, e essa

interação terá maiores chances de ser eficiente quanto mais trouxer elementos desafiadores e ricos em significados. Nesse sentido, o uso da biblioteca poderá favorecer o processo pedagógico por propiciar um ambiente dinâmico de aprendizagem.

Os alunos dependem cada vez menos de uma coleção delimitada para a aquisição de informações, pois, por meio das tecnologias disponíveis, as informações são facilmente encontradas de forma rápida, o que se torna cada vez mais um atrativo. Assim, o papel principal do bibliotecário, que até então seria o de ajudar o aluno e colaborar com os professores como facilitadores no processo de ensino-aprendizagem, foi redimensionado. A literatura atual em Biblioteconomia e Ciência da Informação (BCI), no que se refere ao papel da biblioteca escolar na sociedade contemporânea, apresenta processos contínuos de renovação de conhecimentos e, ao mesmo tempo, atenta para a necessidade de se repensar a sua função e valor na sociedade.

A biblioteca escolar tem papel relevante no ambiente da escola, uma vez que “dentro de uma instituição deve estar bem definida quanto à sua organização e funcionamento para que venha facilitar o ensino e a aprendizagem” (MOTTA, 1999, p. 21). É necessário, portanto, que seja um lugar organizado, bem gerenciado e agradável.

Assim, a biblioteca escolar representa um espaço educativo significativo da escola, possibilitando uma interação entre alunos, professores e bibliotecário. Vinculado às variadas fontes de informações, esse espaço pode atuar como um laboratório de aprendizagem, pois fornece aos seus frequentadores os mais variados materiais de informação. Esses recursos permitem o uso e o conhecimento dessas informações diversificadas que, ao mesmo tempo, contribuem para o processo de alfabetização, de leitura e de escrita e no desenvolvimento cognitivo, por meio de uma orientação adequada. A atuação desse espaço parte do ponto de vista de uma nova instituição escolar, conforme afirma Moura (1999):

A escola deve deslocar o seu eixo central para a formação de cidadãos plenos, capazes de atuarem no mercado de trabalho e colaborar para a melhoria da qualidade de vida de um povo. E o professor aparece basicamente como facilitador no processo de aprendizagem. Ele não é mais um transmissor dos conhecimentos; é, acima de tudo, um agente responsável pela coordenação da construção do conhecimento, onde o aluno passa a ser sujeito. E como o estudante pode se transformar em sujeito do seu processo de aprendizagem? Sendo instigado, provocado a levantar questões que lhe são concernentes (MOURA, 1999, p. 190).

Dessa forma, sabe-se que a escola tem papel determinante para a formação de cidadãos plenos. Nesse sentido, a biblioteca também aparece como um espaço importante, podendo ser facilitador no processo de aprendizagem. Ela pode ser considerada um recurso

pedagógico que, inserido na escola, possibilita a formação de leitores, influenciando o gosto pela leitura, oferecendo um espaço de aprendizagem permanente, no qual os usuários têm acesso às informações em diferentes fontes. Conforme afirma Campello (2002), “ao assumir seu papel pedagógico, a biblioteca pode participar de forma criativa do esforço de preparar o cidadão do século XXI.” (CAMPELLO, 2002, p. 11). Não há dúvida de que a biblioteca escolar pode ser um recurso pedagógico que pode fazer a diferença na educação dos alunos. Como lembra Andrade (2002), escolas que mantêm bons programas de bibliotecas aprendem mais e obtêm melhores resultados do que alunos de escolas com bibliotecas deficientes.

A autora aponta, também, que pesquisas realizadas têm mostrado a influência que a biblioteca apresenta, de forma clara e consistente, no processo de ensino e aprendizagem. Além disso, muitos estudos mostram que um bom programa de biblioteca que conta com profissional especializado, com equipe de apoio preparada, com acervos atualizados e formados por variados materiais informacionais, com computadores conectados em rede e interligados aos recursos da biblioteca às salas de aula e aos laboratórios, pode resultar em um melhor aproveitamento escolar dos estudantes, independentemente das características sociais e econômicas da comunidade em que a escola estiver inserida.

Outro fator importante a ser considerado é o funcionamento das bibliotecas em horário integral, com a presença do bibliotecário e de uma equipe que desenvolva programas de ensino e uso da biblioteca e de outras fontes informacionais. É de suma importância, portanto, manter um planejamento em conjunto com o corpo docente, cultivando parcerias com outras bibliotecas e oferecendo acesso à Internet. Assim, torna-se importante a presença do bibliotecário no processo de formação da coleção do acervo e nas reuniões pedagógicas, visto que isso também demonstra a valorização da biblioteca como espaço efetivo na vida da escola.

2 APONTAMENTOS TEÓRICOS

2.1 Biblioteca no contexto educacional

2.1.1 *Conceitos e parâmetros*

A biblioteca escolar é um locus privilegiado, uma vez que é a instituição responsável pela democratização da informação, cuja identidade foi se constituindo e se modificando ao longo do tempo. Alguns conceitos definem seu espaço, destacando sua relação com a instituição escolar e, concomitantemente, determinando a missão e as funções que modificam principalmente seu paradigma.

Assim, para Freire (2008), o conceito de biblioteca relaciona-se a “um centro cultural e não como um depósito silencioso de livros, é vista como fator fundamental para o aperfeiçoamento e a intensificação de uma forma correta de ler o texto em relação ao contexto” (FREIRE, 2008, p.33). Nesse sentido, a atuação da biblioteca associa-se a uma política cultural, pois incentiva a compreensão crítica do que é a palavra escrita, a linguagem e as suas relações com o contexto, para que o educando participe ativamente das mudanças constantes da sociedade. Esse educador e suas obras contribuem com uma reflexão acerca dos princípios da educação, da importância do ato de ler, e da educação como prática da liberdade. Trata-se, então, de um conjunto de valores que fundamentam hoje a manutenção e as diretrizes para o desenvolvimento de uma ação educativa de mediação de leitura; organização e composição do acervo; organização do espaço e gestão.

Se a biblioteca escolar no passado era lugar de promoção da leitura e da cultura, hoje o seu paradigma é o da aprendizagem (CAMPELLO, 2012). Essas mudanças foram perceptíveis nos últimos 40 anos. Conforme explica Tavares (1973), as funções da biblioteca escolar são “de apoio aos objetivos da escola, sem diferir delas; além disso, proporciona material para todos os temas de todos os interesses dos professores e alunos” (TAVARES, 1973, p.16). Nessa perspectiva a biblioteca escolar torna-se imprescindível, visto que:

É uma instituição do sistema social que organiza materiais bibliográficos, audiovisuais e outros meios e os coloca à disposição de uma comunidade educacional. Constitui parte integral do sistema educativo e participa de seus objetivos, metas e fins. A biblioteca escolar é um dos instrumentos de desenvolvimento do currículo e permite o fomento da leitura e a formação de uma atividade científica; constitui um elemento que forma o indivíduo para a aprendizagem permanente, estimula a criatividade, a comunicação, facilita a

recriação e apóia os docentes em sua capacitação e lhes oferece a informação necessária para a tomada de decisões em aula. Trabalha também com os pais de família e com outros agentes da comunidade (CASTRILLON apud MAYRINK, 1991, p. 304).

Além disso, para Campello (2010), a biblioteca escolar pode ser entendida como:

Um dispositivo informacional que conta com um espaço físico exclusivo, suficiente para acomodar o acervo, os ambientes para serviços e atividades dos usuários e os serviços técnicos e administrativos. Possui materiais informacionais variados, que atendam aos interesses e necessidades dos usuários; tem acervo organizado de acordo com normas bibliográficas padronizadas; fornece acesso a informações digitais (internet); funciona como espaço de aprendizagem; é administrada por bibliotecário qualificado, apoiado por equipe adequada em quantidade e qualificação para fornecer serviços à comunidade escolar. (CAMPELLO, 2010, p.9)

Como o acesso à educação e à informação constitui um direito humano, assegurado pela Declaração Universal dos Direitos Humanos de 1948, recorrer a esse documento é importante, pois ele aponta para um ideal de sociedade mais civilizada, desenvolvida, ética e sustentável. Nessa concepção, a Constituição Federal (BRASIL, 1988), em seu capítulo III, que trata diretamente da educação, da cultura e do desporto, no artigo 205 menciona que:

A educação, direito de todos e dever do Estado e da família, será promovida e incentivada com a colaboração da sociedade, visando ao pleno desenvolvimento da pessoa, seu preparo para o exercício da cidadania e sua qualificação para o trabalho. (BRASIL, 1988).

Esses pressupostos estabelecidos na Constituição Federal de 1988 são tratados na Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB) – Lei n. 9.394, de 20 de dezembro de 1996 (BRASIL, 1996), com o intuito de estabelecer políticas para a efetiva organização da educação no Brasil. Dessa forma, os órgãos públicos brasileiros responsáveis pela educação básica no país reconhecem a importância da biblioteca escolar. Os próprios registros de políticas públicas do setor educacional destacam sua especial necessidade a aquisição da leitura. Nessa perspectiva, os Parâmetros Curriculares Nacionais¹ – PCN, por exemplo, veem a biblioteca escolar como a primeira das condições favoráveis para a formação de bons leitores (CAMPELLO; SILVA 2000, p. 61), considerando-a “fundamental” para o trabalho

¹ Os Parâmetros Curriculares Nacionais – PCN – são referências de qualidade para o ensino básico do país, elaborado pelo Governo Federal com a finalidade de propiciar subsídios à elaboração dos currículos. Disponíveis em: < <http://portal.mec.gov.br/seb/arquivos/pdf/livros01.pdf>. Acesso em: 05 nov. 2018.

com a leitura (BRASIL, 1997, p. 92). Nessa linha de pensamento, o Plano Nacional do Livro e da Leitura (PNLL)² utiliza o termo “dínamo cultural” para descrever a biblioteca ideal:

[...] dinâmico polo difusor de informações e cultura, centro de educação continuada, núcleo de lazer e entretenimento, estimulando a criação e a fruição dos mais diversificados bens artísticos-culturais [...] promovendo a interação máxima entre os livros e esse universo que seduz as atuais gerações (BRASIL, 2006, p.22).

O documento de avaliação do Programa Nacional Biblioteca na Escola - PNBE³, elaborado em 2005, referiu-se à biblioteca como “potência geradora de conhecimentos, [...] fonte de desenvolvimento da autonomia de pensamento e de criatividade, [...] instrumento indispensável na formação da identidade dos atores da escola e da comunidade” (PAIVA; BERENBLUM, 2006, p.185). Mesmo assim, os esforços dos programas governamentais por si só não têm garantido às escolas uma biblioteca que atenda de fato à comunidade escolar, revelando que discurso e prática são bem diferentes, ou seja, ela ainda não é reconhecida como dispositivo importante no processo de aprendizagem.

Diante do exposto, os profissionais bibliotecários e o Conselho Federal de Biblioteconomia⁴ em conjunto com os Conselhos Regionais têm se esforçado para mostrar o valor da biblioteca para melhoria da educação, buscando propor ações junto à sociedade e aos dirigentes governamentais, de modo a alertá-los sobre a necessidade de se criar bibliotecas em todas as escolas brasileiras em que ainda não há bibliotecas. (CONSELHO FEDERAL DE BIBLIOTECONOMIA, 2008). Em decorrência dessa ação, um dos resultados foi a promulgação da Lei nº 12.224 (BRASIL, 2010), que dispõe sobre a universalização das bibliotecas nas instituições escolares do país. Essa lei determina a obrigatoriedade de acervos nas escolas de, no mínimo, um título para cada aluno matriculado, cabendo aos sistemas de

² “O Plano Nacional do Livro e da Leitura – PNLL – é um conjunto de projetos, programas, atividades e eventos na área do livro, leitura, literatura e bibliotecas, empreendidos pelo Estado (e, âmbito federal, estadual e municipal) e pela sociedade. A prioridade do PNLL é transformar a qualidade da capacidade leitora do Brasil e trazer a leitura para o dia-a-dia do brasileiro”. Disponível em: http://189.14.105.211/conteúdo/c00013/O_que_e_o_PNLL.aspx. Acesso em: 05 nov. 2018.

³ PNBE Promove o acesso à cultura e o incentivo à formação do hábito da leitura nos alunos e professores por meio da distribuição de acervos de obras de literatura, de pesquisa e de referência. “Desde que foi criado, em 1997, o programa vem se modificando e se adequando à realidade e às necessidades educacionais”. Disponível em: (http://portal.mec.gov.br/index.php?option=com_content&view=article&id=12368&Itemid=574) . Acesso em: 05 nov. 2018.

⁴ O Conselho Federal de Biblioteconomia - CFB (<http://www.cfb.org.br/>) e os Conselhos Regionais - CRBs são autarquias federais, administradas por bibliotecários eleitos, com a função de orientar, supervisionar e disciplinar o exercício da profissão de bibliotecário, bem como de contribuir para o desenvolvimento biblioteconômico do país.

ensino a responsabilidade de ampliar estes acervos conforme sua realidade, bem como pelos critérios de manutenção, preservação, organização e funcionamento das bibliotecas escolares.

A lei determina, também, um prazo máximo de dez anos para sua efetivação, além de recomendar que seja respeitada a Profissão de Bibliotecário, regularizada pelas Leis nos 4.084, de 30 de junho de 1962 (BRASIL, 1962), e 9.674, de 25 de junho de 1998. (BRASIL, 1998). A segunda ação no âmbito do Projeto Biblioteca Escolar do CRB foi a busca por parcerias para alcançar as metas propostas, que resultou na colaboração do Grupo de Estudos da Biblioteca Escolar da Escola Ciência da Informação da Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG)⁵, que se disponibilizou na elaboração de parâmetros para a criação e para a avaliação de bibliotecas escolares.

Essa iniciativa se justifica pelo fato de que, embora a biblioteca seja reconhecida como dispositivo importante, há na sociedade um desconhecimento das características que determinam o que constitui realmente uma biblioteca escolar. Nos dizeres de Campello (2011), partiu-se do princípio de que a melhor maneira de mostrar o que é uma verdadeira biblioteca escolar seria definir, nas escolas que ainda não dispusessem desse recurso, para também avaliar e aperfeiçoar as bibliotecas já existentes.

Apresentamos, a seguir, os parâmetros para a criação e a avaliação de bibliotecas escolares, sem nos aprofundarmos nesse tópico no momento, pois exigiria um estudo a parte, algo que está fora do propósito deste capítulo. Desse modo, os padrões sugeridos para as bibliotecas brasileiras pressupõem que cada comunidade escolar compreenda e acolha a biblioteca como recurso de aprendizagem. Em síntese, seria a biblioteca escolar aquela que atendesse às seguintes condições:

- a) funcionar em sala de uso exclusivo;
- b) possuir coleção classificada;
- c) possuir coleção catalogada;
- d) oferecer serviços de consultas no local;
- e) ter serviço de empréstimo domiciliar;
- f) oferecer serviço de incentivo à leitura;
- g) ter serviço de orientação à pesquisa;
- h) contar com um funcionário responsável.

⁵ O Grupo de Estudos em Biblioteca Escolar da Escola de Ciência da Informação da UFMG - GEBE (<http://gebe.eci.ufmg.br/>) reúne professores e estudantes, em torno de atividades de pesquisa, ensino e extensão, voltadas para a função educativa da biblioteca escolar.

Não nos resta dúvida de que a criação dos padrões para a biblioteca escolar brasileira apresenta um ganho para as bibliotecas escolares e, ao mesmo tempo, um direcionamento para que políticas públicas educacionais possam ser articuladas ao conjunto de políticas sociais.

Assim, a formação integral dos sujeitos através de políticas de criação e de aperfeiçoamento de bibliotecas nas escolas abriria perspectivas positivas para proporcionar aos estudantes e às comunidades oportunidades de acesso ao saber socialmente elaborado e reconhecido como necessário ao exercício da cidadania, conforme proposta dos Parâmetros Curriculares Nacionais (BRASIL, 1997). Nesse contexto, Campello *et al.* (2011) apresenta três pontos importantes para reflexão:

- a) É importante que os bibliotecários brasileiros percebam estes parâmetros como um instrumento inovador para criar e aperfeiçoar bibliotecas escolares que sejam verdadeiramente espaços de aprendizagem.
- b) O desenvolvimento destes parâmetros constitui um ponto de partida para ações que levem à melhoria da qualidade das bibliotecas escolares brasileiras.
- c) O processo de implementação destes parâmetros pode ser uma oportunidade para que a classe bibliotecária se una em torno de objetivos comuns que darão maior visibilidade à profissão (CAMPELLO *et al.*, 2011, p. 111).

Nos dizeres da autora, o desenvolvimento desses parâmetros constitui um ponto de partida para ações que podem fazer da biblioteca escolar um espaço diferenciado, de modo que ela possa cumprir seu papel como partícipe no processo de aprendizagem dos alunos e sair do discurso do que poderia vir a ser, efetivando ações que façam a diferença. Nesse contexto, a biblioteca escolar pode ser apresentada como um elemento relevante no sistema educacional, pois constitui um espaço de aprendizagem por excelência, quando são desenvolvidas ações que possam estar em conformidade com os objetivos elaborados pela escola. O desenvolvimento desses objetivos pela biblioteca escolar propicia o crescimento educacional dos alunos na fase inicial da aprendizagem, fazendo com que estes adquiram as competências necessárias para agir de forma autônoma quando da busca da informação no começo da educação básica, período em que a biblioteca escolar poderá estar presente.

Assim, o trabalho em conjunto entre os profissionais da educação, os professores, a equipe pedagógica e o bibliotecário, que acreditam na biblioteca como recurso pedagógico eficiente, pode fazer a diferença na educação de crianças e jovens. Nesse sentido, como espaço de aprendizagem, a biblioteca escolar deve estar apoiada pela sua proposta pedagógica que orientará as práticas a serem desenvolvidas nesse ambiente. Vale lembrar que a ideia da biblioteca escolar como espaço de aprendizagem não é nova, tendo sua evolução no contexto da Biblioteconomia escolar americana.

No início da década de 1950, nos Estados Unidos, já se apontava a biblioteca como aquela que tinha a responsabilidade de instruir os usuários no uso da coleção, orientando-os a manusear fontes de informação usadas na aprendizagem de questões do programa escolar. Já na década seguinte, a biblioteca escolar foi vista com função educativa por expandir o ensino do uso das fontes no contexto dos conteúdos curriculares. Segundo Craver (1986),

[...] a função da biblioteca continuava a ser a de ajudar os alunos a usar efetivamente os recursos informacionais, mas surgiu a ideia de que o bibliotecário deveria ter um papel ativo no ensino de habilidades de informação e que essas deveriam estar integradas ao currículo (CRAVER, 1986, p.86).

Desse modo, o planejamento da proposta pedagógica deve estar em consonância com as ações e as atividades que a biblioteca desenvolve para a aprendizagem do aluno. As ações consideradas por Campello (2003; 2009), como relevantes para a formação do aluno, são aquelas voltadas para o incentivo à leitura e ao letramento informacional, associadas ao desenvolvimento do cidadão e de seu senso ético. Conforme concepção de Morigi, Vanz e Galdino (2002), essas práticas são efetivamente as que possuem base de ação pedagógica na biblioteca escolar, por possibilitarem que o aluno desenvolva e/ou amplie o interesse pela leitura, capacidade de compreensão da necessidade, localização, seleção e interpretação da informação de forma crítica e responsável, tal como a formação do cidadão e de seu senso ético

O termo letramento informacional⁶ (*information literacy*) foi usado pela primeira vez em 1974, nos Estados Unidos, pelo Bibliotecário Paul Zurkowski, que definiu o termo como a necessidade de desenvolver competências necessárias ao acesso e ao uso das fontes de informação (CAMPELLO, 2009, p. 28). Segundo Gasque (2012) “o letramento informacional corresponde ao processo de desenvolvimento de competência para localizar, selecionar, acessar, organizar, usar informação e gerar conhecimento, visando à tomada de decisão e à resolução de problemas”. (GASQUE, 2012, p.28). Com o surgimento das novas tecnologias e com o aumento significativo das informações em vários formatos, o conceito de letramento informacional tem sido frequentemente evocado. Assim, tornou-se fundamental que as pessoas tivessem aptidão para compreender suas necessidades de informação e as habilidades necessárias para suprir tais necessidades. Devendo tal capacidade ser desenvolvida na

⁶ O letramento informacional surge nesse sentido em interface com a educação como também uma das áreas em que o papel educativo da biblioteca pode ser exercido. O letramento informacional pode ser conceituado como uma capacidade dos cidadãos de se adaptar à cultura digital e à globalização implicando a uma capacidade das pessoas em entender, localizar, selecionar e interpretar informações de forma crítica (CAMPELLO, 2009a).

educação básica.

A consciência de que o letramento informacional deveria ser inserido no ambiente educacional não aconteceu ao mesmo tempo em todos os países. No Brasil, por exemplo, o desenvolvimento do letramento informacional apareceu lentamente no início do século XXI, inicialmente no campo da Biblioteconomia e ciência da informação (GASQUE, 2012). Desde o surgimento do conceito, o profissional bibliotecário busca divulgar a importância de construir parcerias para desenvolver o letramento informacional no processo de ensino-aprendizagem.

De acordo com Campello (2009), a concepção de construtivismo está presente no conceito de letramento informacional, quando o eixo central é aprendizagem. Segundo a autora, o construtivismo fundamenta-se na noção de que o próprio aluno constrói seu conhecimento com base em experiências vividas por ele e, em geral, utiliza variadas fontes de informações, contrariando a visão do ensino tradicional, que coloca aulas expositivas e o professor como únicas fontes de informação (CAMPELLO, 2009). Desse modo, nos estabelecimentos de ensino que adotam a teoria construtivista, o educador atua como mediador e facilitador do processo de aprendizagem, permitindo que o aluno se adapte ao ambiente informacional. Nesse mesmo sentido, o letramento informacional deve ser o ponto central dos projetos pedagógicos da instituição escolar (CAMPELLO, 2009). Ao adotar o construtivismo, cabe à escola orientar o aluno para saber lidar com as inúmeras informações.

Em relação à educação básica no Brasil, Gasque e Tescarolo (2010) enfatizam cinco desafios para implementar o letramento informacional na educação básica. O primeiro desafio está na dificuldade em mudar a cultura pedagógica. A cultura educacional é baseada na aula tradicional, pois o professor é o transmissor do conhecimento, enquanto o aluno é simples receptor de informações. Cabe ao discente, portanto, um papel passivo no aprendizado. Essas barreiras da tradicional cultura pedagógica dificultam colocar em prática o letramento informacional, visto que, ao considerar o aluno como simples receptor de informações, o impede de adquirir competências para buscar e usar informação crítica e reflexiva. O segundo desafio encontra-se na formação inadequada dos professores. O processo formativo permanente dos professores que inclui tanto a formação inicial, quanto sua continuidade ao longo de toda a vida do profissional, não é um fim em si mesmo, mas um meio de contribuir para a melhoria da qualidade do ensino na escola. O desafio na formação do professor é torná-lo mediador e não transmissor do conhecimento. O terceiro desafio está na concepção de ensino-aprendizagem. O processo ensino-aprendizagem, ao ser estudado e compreendido pelo

professor, facilita o aprendizado do aluno e o ensino do educador, pois as crianças têm papel ativo no aprendizado. Elas constroem o próprio conhecimento a partir das suas experiências. O quarto desafio compreende a organização do currículo. O currículo dos estabelecimentos escolares é determinado por assuntos e conteúdos pré-determinados, os quais devem ser passados aos alunos. Não é tarefa fácil criar um currículo mais flexível, que permita ao aluno ter autonomia no processo contínuo de aprendizagem e que o oriente a lidar com a informação. Por fim, o quinto desafio está na ausência de infraestrutura adequada de informação. Apesar de se conhecer a importância do acesso à informação e do ambiente de aprendizagem na sociedade atual, um número significativo das instituições escolares não possui bibliotecas, sendo o livro didático o recurso informacional mais utilizado na rotina educacional. A interação da biblioteca com a escola e do bibliotecário com o professor é considerada como o maior desafio para que o letramento informacional seja de fato efetivado na educação básica como ferramenta de acesso à informação, capacitando o indivíduo para localizar, selecionar, acessar, organizar e usar informação.

Esses desafios apontam a necessidade de algumas mudanças no sistema educacional brasileiro, cabendo à escola a responsabilidade de inserir os indivíduos na sociedade da aprendizagem e formar indivíduos capazes de solucionar problemas e construir conhecimento através da busca e do uso da informação, ou seja, de pesquisas realizadas na escola. Diante de tantos desafios e possibilidades para que a escola consiga ter de fato uma biblioteca que funcione e realmente atenda as demandas da comunidade escolar, buscamos conhecer sobre a área de Biblioteconomia e Ciência da Informação (BCI) os vários serviços que devem ser disponibilizados aos usuários. Recomenda-se que devem ser fornecidas informações, de preferência aquelas que agregam valor. Assim, a unidade de informação, seja a biblioteca, seja o centro de documentação, terá a função de facilitar e aperfeiçoar os serviços de organização e disseminação da informação de forma a satisfazer as necessidades dos usuários. Destaca-se, desse modo, que o usuário é o motivo central da existência da informação, independentemente se oriundo de uma biblioteca especializada, biblioteca pública, biblioteca universitária, biblioteca comunitária ou biblioteca escolar, ou seja, sua missão continua a ser de atender às necessidades dos seus usuários.

A partir da década de 1980, a função educativa se ampliou em decorrência de pesquisas científicas, principalmente as de Carol Kuhlthau (2004), que aprofundaram o conhecimento sobre como os estudantes aprendem com informações e sobre o papel da biblioteca nesse processo. A problemática que envolve tal questão é refletida na literatura de vários autores (Cf. CAMPELLO, 2000, 2002, 2006, 2009, 2010, 2012; KUHALTHAU 2004;

FREIRE, 2003, 2008), que permitiram uma proposta que ultrapassasse a ideia da biblioteca escolar apenas como um espaço de empréstimo e guarda de livros. Esses estudos reconhecem as diversas formas de saber e de conhecer, para além daquela forma antiga de armazenamento do conhecimento da biblioteca tradicional, ou seja, uma proposta de educação para o mundo informacional, competência informacional ou letramento informacional (CAMPELLO, 2009).

O Grupo de Estudos em Biblioteca Escolar – GEBE/UFMG trouxe também ampliação no campo das reflexões sobre a função educativa da biblioteca escolar. O grupo promove cursos, palestras e encontros, tendo produzido também várias publicações que visam a refletir sobre o papel educativo da biblioteca e do bibliotecário escolar. Discorreremos em seguida sobre o bibliotecário, profissional pouco conhecido e ausente nas bibliotecas escolares, confundido, muitas vezes, com o professor em desvio de função.

3 O BIBLIOTECÁRIO: FORMAÇÃO E ATUAÇÃO PROFISSIONAL

A Classificação Brasileira de Ocupações (CBO) descreve, brevemente, os profissionais da informação como aqueles que:

Disponibilizam informações em qualquer suporte; gerenciam unidades como bibliotecas, centros de documentação, centros de informação e correlatos, além de redes e sistemas de informação. Tratam tecnicamente e desenvolvem recursos informacionais; disseminam informação com o objetivo de facilitar o acesso e geração do conhecimento; desenvolvem estudos e pesquisas; realizam difusão cultural; desenvolvem ações educativas. Podem prestar serviços de assessoria e consultoria (BRASIL, 2002).

De acordo com a CBO, o exercício da profissão requer bacharelado em Biblioteconomia e Documentação. Trata-se de um profissional de nível superior, conforme a Lei n. 4.084, de junho de 1962. Desse modo, a formação bibliotecária tem por base a erudição e a técnica, que se dão por meio do processo formal oferecido por cursos de graduação e de pós-graduação, por conhecimentos adquiridos em seu local de atuação, ou oferecidos pelas associações profissionais. Essa formação dá-se, também, pela atualização permanente influenciada pelas exigências do mercado, dentro das características políticas, econômicas, sociais e culturais de cada região, estado e país.

Assim, é preciso que o profissional esteja em processo contínuo de aperfeiçoamento e aprendizado, pois, como apresentado anteriormente, as competências exigidas pela área de atuação não são poucas. Walter e Baptista (2008) lembram que, na universidade, os futuros bibliotecários adquirem algumas competências que se revelam transitórias no trabalho, mas independentemente da atividade que desempenham, aplicam outras que são essenciais, bem como observam outras que podem ser emergentes ou substituídas.

Segundo as autoras, em relação aos aspectos levantados, são de extrema importância as competências, a natureza e o volume do trabalho; o número de profissionais atuando nas bibliotecas, entre outros fatores, que serão determinantes na escolha das atividades consideradas essenciais ao funcionamento de cada biblioteca e, conseqüentemente, das atividades que podem ser desenvolvidas. Nesse sentido, saber ensinar a lidar com a informação levando em conta as necessidades reais do usuário. Além disso, ao identificá-las, ser capaz de permitir o acesso, a utilização e avaliação dessas necessidades, a fim de agregar valor ao seu trabalho, ou seja, permitir que cada aluno da biblioteca seja competente em realizar suas atividades de pesquisa e informação.

Desse modo, definir as competências existentes e as requeridas permitirá elaborar um plano de ação que contemple as demandas e os serviços de um público específico. É importante ressaltar que o bibliotecário é um dos profissionais de informação responsável principalmente pelo tratamento de informação bibliográfica produzida nos meios acadêmicos e intelectuais, e parece ser inegável seu papel no tratamento e no acesso à informação. No entanto, apesar de seu papel histórico na intermediação e na produção do conhecimento, o seu conhecimento social e profissional é pouco visível. Isso nos faz pensar nos motivos desse pouco conhecimento e reconhecimento (WALTER; BAPTISTA, 2008).

Uma série de fatores irá determinar a boa imagem da biblioteca escolar, entre eles a capacidade, postura e atividades desenvolvidas pelo profissional bibliotecário. Exige-se cada vez mais desse profissional o papel de mediador, de agente de transformação, sendo importante e necessário que ele motive seus usuários à busca de informação para suas leituras de pesquisas e entretenimento, auxiliando na formação do aluno-cidadão. Assim, o bibliotecário proporcionará momentos de reflexões, debates, questionamentos, aprendizagem e satisfação, transformando a biblioteca em “um local de encontro entre a alegria de ler e o questionamento em torno do que se quer aprender” (FRAGOSO, 1996, p. 34).

É responsabilidade do bibliotecário escolar a promoção da leitura, da pesquisa, da orientação ao acesso e ao uso das fontes de informação, dos recursos da biblioteca escolar pelos alunos e também o auxílio ao corpo docente da escola na elaboração e na participação em projetos integrados com as disciplinas ofertadas, contribuindo, assim, para o desenvolvimento do ensino e da aprendizagem.

Nesse contexto, a biblioteca escolar surge como um importante instrumento pedagógico, podendo oferecer possibilidades de acesso à leitura. A esse respeito, Zilbermam (1999) reitera que “a leitura constitui o elemento fundamental na estruturação do ensino [...] [visto que] está no começo da aprendizagem e conduz às outras etapas do conhecimento.” (ZILBERMAM, 1999, p.79). E, nesse sentido, cabe destacar o fator emocional que a literatura sensibiliza, considerando a relação afetiva que se estabelece entre texto e leitor. Essa perspectiva possibilita a apropriação de elementos culturais, construindo um repertório de conhecimentos necessários para a formação não somente de um leitor, mas de um ser humano com referenciais que o situam em seu universo.

A biblioteca tem a função em atuar no Ensino Básico e Fundamental como suporte aos professores, apoio ao ensino-aprendizagem dos alunos, de forma a contribuir com sua formação intelectual e desenvolvimento das competências necessárias ao exercício da

cidadania. Mas, na prática, a biblioteca escolar tem desempenhado de fato essa importante função nos espaços escolares?

Sabemos que não se trata de um trabalho simples, pois, como afere Fragoso (2002), a biblioteca vai de um extremo a outro, ora lugar sagrado, de guarda e proteção dos livros e disponível apenas a alguns eleitos; ora local de instituição burocratizada, que serve apenas para consulta, pesquisa e armazenamento de livros. Diante desse cenário, faz-se necessário rever esse espaço que, ao longo dos anos, vem reproduzindo essa estrutura de funcionamento na biblioteca escolar.

Portanto, os estudos sobre biblioteca escolar ganharam espaço nos trabalhos de um grande corpo de pesquisadores nos Estados Unidos a partir do ano de 2000, quando estes passaram a dedicar seus estudos e pesquisas para compreender, diagnosticar e justificar a importância das bibliotecas escolares. Dentre os principais estudos, destacamos os conduzidos pelo pesquisador americano Keith Lance em parceria com outros pesquisadores nos anos 2000, 2007 e 2010, em alguns estados norte-americanos, e de Ross Todd e Carol Kuhthau em 2004, realizado também nos Estados Unidos, no estado de Ohio.

Os resultados dessas pesquisas evidenciaram, a partir da proposta metodológica da prática baseada em evidência (TODD, 2009), que as pesquisas sobre o campo poderiam fornecer importante auxílio para bibliotecários e gestores de políticas públicas para melhor conduzirem seus projetos e despesas com a biblioteca escolar. Os principais resultados dessas pesquisas apontaram que bibliotecas escolares são importantes e que contribuem para um melhor desempenho dos alunos. A pesquisa realizada no estado de Ohio, por Todd e Kuhlthau (2004), expressa bem tais mudanças. Após coletar dados de mais de 13 mil estudantes, os autores diagnosticaram e analisaram como a biblioteca escolar os ajudava. Os principais resultados apontaram que a biblioteca escolar atuava como um agente dinâmico e essencial na aprendizagem dos estudantes (TODD e KUHTHAU, 2004).

Já as conclusões do estudo realizado nos estados do Alaska, da Pensilvânia e do Colorado sinalizaram que alunos que obtiveram melhores resultados eram provenientes de escolas que possuíam bibliotecário em tempo integral, equipe que desenvolvia programa de ensino de uso da biblioteca e de outras fontes de informação e planejava atividades em conjunto com os professores, além de os auxiliarem. Essas bibliotecas, além disso, preocupavam-se em estabelecer políticas de desenvolvimento de coleções que direcionassem adequadamente seus acervos. Outros fatores importantes apontados pela pesquisa foram o tamanho da coleção e a participação do bibliotecário em reuniões pedagógicas, o que sinaliza

a valorização da biblioteca e sua efetiva integração na vida da escola. Essas pesquisas possibilitaram um novo “olhar” para conquistar a valorização das bibliotecas escolares. Segundo Campello, (2002):

No Brasil a influência da biblioteca nos resultados dos estudos escolares é pouco evidente. Nas avaliações conduzidas pelo Ministério da Educação e do Desporto (MEC) no âmbito do Sistema de Avaliação da Educação Básica (SAEB), realizadas junto aos estabelecimentos de ensino públicos e particulares dos 27 estados brasileiros, a biblioteca não é focalizada em profundidade, mas ainda assim aparece como um dos fatores que contribui para o bom desempenho dos alunos, desde que seu acervo apresente bom estado de conservação e que ela conte com equipamentos (CAMPELLO, 2002, p.14).

A autora menciona também que a pesquisa citada anteriormente, feita nos Estados Unidos, apresenta pontos de reflexão para os educadores brasileiros, principalmente no momento em que vivemos, quando todo esforço feito pelos estabelecimentos escolares para melhoria da qualidade da educação é essencial. Momentos de crise e instabilidades requerem planejamentos educacionais mais abrangentes e, para que crianças e jovens tenham acesso ao conhecimento, o que lhes vai permitir a inserção social e realização como ser humano demandará mobilização de todos os envolvidos.

Os avanços, nesse sentido, vêm acontecendo de forma lenta, pois todos aqueles que reconhecem a importância da biblioteca escolar como um recurso pedagógico, gostariam que esse assunto fosse coisa do passado. No entanto, o tema continua sendo discutido e pesquisado de forma a contribuir efetivamente para a aprendizagem dos estudantes e, ao mesmo tempo, dar um direcionamento para os gestores das instituições escolares e para os profissionais que atuam nas bibliotecas escolares, lembrando que a maioria desses últimos não são bibliotecários, mas sim professores. A Secretaria Estadual de Educação de Minas Gerais – SEE MG não tem oferta do cargo de bibliotecário para atuar nas bibliotecas da rede estadual. Em vista disso, O Conselho Regional de Biblioteconomia – CRB6 têm se esforçado no sentido de apresentar essa demanda à Secretaria de Educação do Estado de Minas Gerais, questão que se arrasta por anos entre essas duas entidades. Assim, se alguma escola da rede estadual de Minas Gerais possui atuação desse profissional, esta ocorre por meio de designação (Contrato de serviço temporário), sem contar que os critérios para tal designação são alterados de tempo em tempo. Isso quer dizer que há uma rotatividade muito grande dos professores nesse espaço, o que parece comprometer o planejamento de ações e atividades em andamento.

A maioria das bibliotecas escolares brasileiras ainda tem sido vistas como locais de depósito, fileiras de estantes cheias de livros, revistas e enciclopédias, espaço insuficiente e com pouco atrativo. Mas, ao mesmo tempo, repletas de alunos que adentram esse espaço para a pesquisa, para empréstimo de livros, por curiosidade, por prazer e até mesmo para conversar. A biblioteca, que durante séculos garantiu a sobrevivência dos registros do conhecimento humano, tem agora seu potencial reconhecido como partícipe fundamental do complexo processo educacional, visto que pode contribuir efetivamente para preparar crianças e jovens para viver o mundo contemporâneo, em que a informação e os conhecimentos assumem destaque central. Assim, a biblioteca faz realmente a diferença (CAMPELLO, 2002).

Dessa forma, as bibliotecas estão sendo desafiadas a se reinventarem, na medida em que o conteúdo se torna mais acessível online, o que torna o papel desse ambiente menos relacionado à armazenagem de acervo e mais direcionado à conexão de leitores e à construção de conhecimentos. Ou seja, as bibliotecas já não são mais lugares restritos aos livros, visto que o papel das bibliotecas escolares modifica radicalmente na era digital. Assim como muda o papel do profissional bibliotecário, os desafios desse profissional nos últimos anos tendem a aumentar expressivamente, bem como a responsabilidade dos órgãos públicos brasileiros pela melhoria e qualidade da educação básica no país.

Trata-se de um momento de transição, pois é atribuído ao bibliotecário tanto o papel de especialista da informação quanto o de um mediador no ambiente escolar de diversas tecnologias em expansão. Dessa forma, a expectativa no espaço das bibliotecas escolares são inúmeras devido à promulgação da Lei 12.244/2010. Assim, ter a biblioteca na escola não basta, uma vez que o desafio das escolas e bibliotecas é readaptar às novas demandas e à realidade pelas quais perpassam esses espaços.

Os profissionais da Biblioteconomia e da Ciência da informação são influenciados pelas tecnologias digitais e sociais, ao mesmo tempo em que contam com elas como uma aliada, visto que estas se tornam, cada vez mais, um recurso essencial para conquistar os mais jovens. Isso é possível porque é aparente que os dispositivos eletrônicos e digitais e as mídias sociais já fazem parte da vida de alunos e professores. Portanto, promover a leitura em pleno século XXI implica considerar as mudanças que se constituem atualmente, tanto no que diz respeito ao tipo de textos e suportes de leitura, como ao perfil do leitor nas escolas e bibliotecas escolares. Na perspectiva das Tecnologias Digitais (TD), tornam-se necessários profissionais comprometidos e atentos às transformações atuais, visto que não podemos

restringir a leitura apenas ao código escrito e ao suporte impresso. A revolução na comunicação, com o advento da Internet, colocou à disposição da sociedade o ciberespaço que nos oferece uma amplitude sem fim de inovações que permite aos leitores acessar o texto não apenas no formato impresso como livro, jornal e revista, mas também em suporte eletrônico.

Nesse sentido, o perfil do leitor nas escolas e bibliotecas tende a passar a ser o chamado “nativo digital”, um leitor que decodifica sistemas visuais e multimodais como recursos do computador, dos *tablets*, dos *smartphones*, imagens estáticas ou em movimentos e ao som. Os jovens de hoje, nascidos após a década de 1980, utilizam a tecnologia de forma natural, como se esta fosse uma extensão de seu corpo, ou uma segunda pele, dirão alguns pesquisadores (TOSTA, 2014). Sempre conectados, nossos alunos realizam várias tarefas ao mesmo tempo e no mesmo espaço: conectados com os amigos nas redes sociais, ligados às páginas pessoais, aos *blogs* e aos vários outros tipos de publicações. Sem falar nos aparelhos leitores de livros digitais, como o *kindle*, que permite aos usuários baixar, pesquisar e, principalmente, ler livros digitais, jornais, periódicos e outras mídias digitais via *wireless*. Já o *e-reader*, possui eficiência e rapidez de transmissão de telas.

Essas transformações obrigam as escolas e suas bibliotecas a repensarem seu papel, de modo a contribuir para formar leitores, levando em conta o perfil desse leitor na contemporaneidade. Assim, colocar os alunos em contato com o texto não basta, “também é necessário ensinar a pensar e a falar sobre os textos”.⁷ (COLOMER, 2001, p. 14, tradução nossa). E uma das funções da biblioteca escolar é ensinar o aluno a pensar, refletir e questionar. É preciso aprender a ler o mundo.

Nesse sentido, é atribuído ao bibliotecário um papel central no contexto pedagógico que realiza na escola em colaboração com os alunos, os gestores, os professores, as famílias e a comunidade em geral.

⁷ “también es necesario enseñar a pensar y a hablar sobre los textos”. (COLOMER, 2001, p. 14)

4 BIBLIOTECA ESCOLAR E LEITURA: LEIS DA EDUCAÇÃO E POLÍTICAS PÚBLICAS

O Programa Internacional de Avaliação de Alunos (PISA)⁸ aponta resultados insuficientes na educação brasileira. Nos quatro anos de avaliação (2012-2015), o Brasil permaneceu abaixo da média de rendimento no desempenho escolar, destacando aqui a questão da leitura. No estudo dos pontos fortes e fracos dos estudantes brasileiros em leitura, há indícios de que eles tiveram dificuldade em integrar ideias e fragmentos de informação para fazer comparações ou estabelecer relações de causa e efeito, processar informações implícitas e fazer suposições a partir dos fatos apresentados em textos narrativos ou expositivos. O desempenho médio dos jovens brasileiros em leitura foi 407, inferior às médias dos estudantes dos países da OCDE (493). Esse resultado do Brasil manteve-se estável desde a última edição do PISA, realizada em 2012. Proporcionalmente, observou-se que os 10% com menor desempenho em leitura no PISA 2015 obtiveram uma nota média igual a 279, enquanto os 10% de maior nota atingiram 539 (BRASIL NO PISA 2015, 2016, p.268).

Em relação ao Índice de Desenvolvimento da Educação Básica – IDEB, resultados da sexta edição de 2015, considerando-se o desempenho de todas as redes de ensino, mostram que o país segue melhorando seu desempenho nos anos iniciais do Ensino Fundamental, alcançando em 2015 um índice igual a 5,5. A meta proposta foi superada em 0,3 pontos.

Com base no aprendizado dos alunos em Português e Matemática (Prova Brasil) e no fluxo escolar (taxa de aprovação), nos anos iniciais da rede pública esse desempenho atingiu a meta e cresceu, mas não alcançou 6.0 (BRASIL, 2015, p.9)

Diante desse contexto, é importante entender que o investimento na educação formal através das políticas governamentais para a leitura é um meio de oportunizar aos indivíduos uma consciência social e crítica, diminuindo a exclusão na sociedade. Os resultados positivos dos países desenvolvidos têm mostrado a importância de investimento em acervos, bibliotecas e tecnologias.

Nesse sentido, torna-se necessário o investimento das autoridades brasileiras na educação do país, no sentido de acompanhar a tendência mundial com propostas de melhorias

⁸ O Pisa é uma rede mundial de avaliação de desempenho escolar, coordenado pela Organização para Coordenação e Desenvolvimento Econômico (OCDE), sediada na França, com o objetivo de avaliar o desempenho dos alunos em leitura, Matemática e Ciências, a cada três anos, com vistas a melhorar as políticas e resultados educacionais.

nas necessidades básicas de aprendizagem e educar para o exercício da cidadania, por meio de uma educação de qualidade. Uma das medidas nesse seguimento foi a promulgação da Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional – (LDBEN) de 1996, tendo em vista a revolução científica e tecnológica que mudou os paradigmas da produção e, conseqüentemente, transformou a vida das pessoas, alterando a construção do saber de ideia estagnada de conteúdo aprendido, para a noção de competência para a inovação (CARNEIRO, 2010).

Assim, foram elaborados os Parâmetros Curriculares Nacionais – (PCN) para o Ensino Fundamental e Ensino Médio, que, segundo a Secretaria de Educação do Ministério da Educação (BRASIL, 1998, p.58), têm por finalidade construir uma proposta referencial de reorientação curricular nacional com o intuito de provocar debates a respeito da função da escola e de como e para que aprender. Nesse sentido, esses parâmetros podem ser constituídos de projetos educativos para a escola, incluindo as diferentes áreas curriculares: Língua Portuguesa, Matemática, Ciências Naturais, História, Geografia, Arte, Educação física e Língua Estrangeira. O projeto expõe também a importância do diálogo na escola, através dos temas transversais, questões étnicas, meio ambiente, orientação sexual, pluralidade cultural, saúde, trabalho e consumo para a contextualização do aluno na formação de sua cidadania.

Ainda nesse entendimento de avançar a educação brasileira, foi instituído o Plano Nacional de Educação – PNE, em 2001, que disponibiliza diretrizes e metas para embasar as políticas educacionais brasileiras e acompanhar as ações prioritárias de educação. Posteriormente, foram também implementadas políticas públicas para leitura e biblioteca escolar, a exemplo do PNLL e institucionalização da biblioteca escolar, com o propósito de fixar condições de acesso ao livro e à cultura como embasamento para acelerar a qualidade da educação no país.

Nessa perspectiva, abordaremos sobre a LDB, os PCN's, o PNE, o PNBE, o PNLL e Lei nº 12.224/2010, analisando a presença da biblioteca escolar no contexto dessa legislação, e sobre as políticas de acesso à leitura e à biblioteca escolar.

4.1 A Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional – LDBEN

A organização do ensino no Brasil é orientada pela Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDBEN), em três versões, sendo a primeira, a Lei 4.24/61, promulgada em 20 de dezembro de 1961. Resumidamente, segundo Carneiro (2010, p. 29), essa primeira versão flexibilizou a estrutura do ensino, possibilitando o acesso ao Ensino Superior, independentemente do tipo do curso que o aluno tivesse cursado antes.

A segunda, a Lei nº 5.692/71, promulgada em 11 de agosto de 1971, foi oficialmente denominada de Lei da Reforma do Ensino de 1º e 2º graus. Ela valorizava a educação profissional e instituiu o ensino obrigatório dos 7 aos 14 anos. Outro ganho, segundo educadores, foi a criação dos supletivos.

A terceira Lei, ainda hoje em vigor, Lei nº 9.394/96, sancionada em 20 de dezembro de 1996, no Título I: Da Educação estabelece que:

Art. 1º A educação abrange os processos formativos que se desenvolvem na vida familiar, na convivência humana, no trabalho, nas instituições de ensino e pesquisa, nos movimentos sociais e organizações da sociedade civil e nas manifestações culturais.

§ 1º Esta Lei disciplina a educação escolar, que se desenvolve, predominantemente, por meio do ensino, em instituições próprias.

§ 2º A educação escolar deverá vincular-se ao mundo do trabalho e à prática social. (BRASIL, 1996)

O artigo 1º expande o conceito da educação no âmbito do desenvolvimento da formação do indivíduo em variados ambientes de aprendizagem criados pela sociedade. Assim, a biblioteca escolar deve estar inserida nesse contexto como espaço de desenvolvimento formativo dos indivíduos, posto a sua função educativa, que busca desenvolver habilidades quanto à busca da informação por oportunizar, embasar e aprimorar seu conhecimento. O espaço em questão deve estar também igualmente comprometido com a qualidade do indivíduo como cidadão, buscando encontrar formas para sua formação crítica e social.

Nesse sentido, o conceito de educação e conhecimento está intimamente relacionado ao desenvolvimento de competências. Nessa perspectiva, é importante o entendimento de que:

[...] estes dois conceitos caminham necessariamente juntos, até porque a escola é o espaço de educação de sujeitos que vivem na sociedade do conhecimento. Nesta perspectiva, não se pode restringir a função da educação a ensino, sem ampliá-la para um campo de compreensão potencializador e emancipador que envolve ações e processos complexos como: desenvolver formar, qualificar, aprender a aprender, aprender a pensar, aprender a intervir e aprender a mudar. (CARNEIRO, 2010, p. 36)

Ainda no sentido de ampliar a educação e o ensino, a biblioteca escolar pode contribuir para o campo emancipador, envolvendo ações como formar, intervir e questionar. Compreende-se, portanto, que ela deve estar envolvida no contexto da formação integral do aluno e não apenas como espaço de depósito de informação, disponível para uso. O seu papel

é mais amplo, pois a sua função social deve ser pertinente para a emancipação do aluno no aspecto intelectual e cultural.

Assim, o texto normativo que trata dos princípios e fins da educação destaca que a responsabilidade do processo educacional deve ser compartilhada entre a família e o Estado, conforme estabelecida no artigo 2º da LDB:

[...] a educação, dever da família e do Estado, inspirada nos princípios de liberdade e nos ideais de solidariedade humana, tem por finalidade o pleno desenvolvimento do educando, seu preparo para o exercício da cidadania e sua qualificação para o trabalho (BRASIL, 1996),

Dessa forma, para o "pleno desenvolvimento do aluno", deve-se considerar o papel efetivo da biblioteca escolar, inserida para a formação e a autonomia do educando. A lei destaca a educação como inspiração dos princípios e dos ideais de solidariedade humana, caracterizando o pleno desenvolvimento do educando para a cidadania e sua qualificação profissional. Dessa maneira, no ambiente da biblioteca escolar, deve ser praticado o exercício da cidadania, quando são apresentadas aos alunos as normas que regulamentam os direitos e os deveres para o uso e o acesso da informação, como, por exemplo, a determinação de prazos para a devolução do material emprestado e a orientação para respeitar as diversidades da convivência no ambiente da biblioteca, dentre outras ações. É importante, também, que a função educativa da biblioteca escolar seja percebida, pois o convívio do aluno em um espaço criado para todos, em igualdade de condições, permite o despertar da consciência para valores que orientam a socialização das relações humanas e desenvolve o interesse do cumprimento de atitudes cidadãs.

O Art. 27, inciso I do capítulo II, trata dos valores fundamentais, voltados ao interesse social, aos direitos e deveres dos cidadãos e do respeito à ordem democrática. Esses princípios são inseparáveis da educação, da biblioteconomia e do fazer da biblioteca na condição de instituição social.

Como dito anteriormente, a biblioteca tem como um dos seus princípios preservar o patrimônio intelectual, o que não significa proibir o acesso à informação. Mas, pelo contrário, preservar e cuidar como bem comum com o objetivo de permitir que todos possam apropriar-se da informação. Segundo Santos (1999), são dois os níveis da educação que compõem a LDB, a saber, a educação básica que compreende a Educação Infantil, o Ensino Fundamental e o Ensino Médio, e a educação superior na sequência da Graduação, Pós-Graduação e Extensão.

Dessa forma, a atual LDB evidencia, nos objetivos da educação básica, o fornecimento de meios para que se tenha êxito no trabalho e nos estudos posteriores. Assim, na educação fundamental, a formação básica do cidadão tem, dentre outros objetivos, a compreensão do ambiente natural e social, do sistema político, da tecnologia, das artes e dos valores em que se fundamenta a sociedade.

Nessa linha de raciocínio, a biblioteca escolar deve contribuir para a formação do aluno, na fase escolar, por meio de propostas pedagógicas estruturadas para que seja possível desenvolver alunos preparados e competentes. Na proposta pedagógica da biblioteca escolar, o bibliotecário deve planejar, desde as séries iniciais, o contato do aluno com as fontes de pesquisa (a exemplo dos dicionários, enciclopédias, revistas etc. em vários suportes). Além disso, deve planejar, conjuntamente com os professores do Ensino Fundamental I, as apresentações dos trabalhos escolares, para respaldar e diversificar as formas de explanação desses trabalhos, com o objetivo de exercitar a oralidade do aluno em conjunção com as bases teóricas, respeitando e incentivando as suas limitações.

Assim, o aluno, no Ensino Fundamental I, deverá ter conhecimento e apropriação das fontes de pesquisa, tanto no suporte impresso quanto no digital, além da sua autonomia em localizar nas estantes o acervo desejado, para que esse conhecimento prévio possa desenvolver o espírito crítico e para exercer a sua autonomia na biblioteca escolar.

4.2 Os Parâmetros Curriculares Nacionais – PCNs

Os Parâmetros Curriculares Nacionais (PCN's) foram elaborados a fim de servir como referência para o trabalho docente, norteando as atividades realizadas na sala de aula. Desse modo, cabe a cada instituição construir o seu Projeto Político Pedagógico, sua proposta pedagógica, adaptando esses conteúdos à realidade social da localidade em que está inserida. O documento é uma orientação quanto ao cotidiano escolar, com os principais conteúdos que devem ser trabalhados, a fim de dar subsídios aos educadores, para que suas práticas pedagógicas sejam da melhor qualidade.

Em sua abordagem, os Parâmetros Curriculares Nacionais definem que os currículos e os conteúdos não podem ser trabalhados apenas como transmissão de conhecimentos, mas que as práticas docentes devem encaminhar os alunos rumo à aprendizagem. Nos dizeres de Freire (2003), a necessidade de os educadores criarem as possibilidades para a produção ou construção do conhecimento pelos alunos num processo em que professor e aluno não se

reduzem à condição de objeto um do outro. Insiste que "ensinar não é transferir conhecimento, mas criar as possibilidades para sua própria produção ou a sua construção" (FREIRE, 2003, p. 47), e que o conhecimento precisa ser vivido e testemunhado pelo agente pedagógico.

Desse modo, a reflexão da prática docente deve ser feita através de reuniões com todo o grupo da escola, diretores, coordenadores, orientadores, psicopedagogos, psicólogos, e professores, dentre outros profissionais, ligados à rotina da instituição e de sala de aula. Assim, cabe a cada instituição se organizar nesse sentido.

Como dito anteriormente, os PCN's têm por objetivo ser um referencial de qualidade para a educação no Ensino Fundamental do país, de modo que "as crianças dominem os conhecimentos de que necessitam para crescerem como cidadãos plenamente reconhecidos e conscientes do seu papel em nossa sociedade." (BRASIL, 1997, p.5)

Assim, Campello e Silva (2000), afirmam que:

Na sociedade contemporânea, dominada pela tecnologia, o imperativo de acesso e uso eficaz da informação transforma a biblioteca da escola num espaço privilegiado, onde o conhecimento, em seus portadores tradicionais (impressos), é oferecido ao lado das novas opções tecnológicas. Na concepção atual, a biblioteca é um espaço educativo que deve propiciar às pessoas oportunidade de se prepararem para conviver na sociedade da informação, oferecendo possibilidades de educação continuada e autônoma (CAMPELLO e SILVA, 2000, p. 60).

Nesse aspecto, a biblioteca torna-se um espaço educativo por possibilitar aos professores recursos para sua prática pedagógica, que contribuirá para o processo de ensino e aprendizagem na construção das habilidades sociais e por oferecer aos educandos a oportunidade de conviver com opções tradicionais e novas opções tecnológicas, ou seja, é oferecido a ambos conviver com o impresso e o digital ao mesmo tempo, de modo a agregar uma educação contínua. Os PCN's do 1º e 2º ciclos do ensino fundamental expõem que:

Para tanto, é necessário redefinir claramente o papel da escola na sociedade brasileira e que objetivos devem ser perseguidos nos oito anos de ensino fundamental. Os Parâmetros Curriculares Nacionais têm, desse modo, a intenção de provocar debates a respeito da função da escola e reflexões sobre o que, quando, como e para que ensinar e aprender, que envolvam não apenas as escolas, mas também, país, governo e sociedade. (BRASIL, 1998, p. 9).

Desse modo, é importante provocar, também, reflexões sobre a interação da biblioteca com a escola. Quando e para quê o aluno frequenta a biblioteca da escola? Quais os pontos positivos em relação ao ensino e aprendizagem? Assim, a biblioteca poderá ser reconhecida e valorizada pelos educadores e comunidade na qual está inserida. Por haver uma ligação da

leitura/biblioteca à disciplina de Língua Portuguesa, os PCN's de Língua Portuguesa apresentam diversas propostas em que a biblioteca escolar pode contribuir para o processo de ensino e aprendizagem desse conteúdo. Dentre essas propostas, destaca-se

Uma prática constante de leitura na escola pressupõe o trabalho com diversidade de objetivos, modalidades e textos que caracterizam as práticas de leitura de fato. Diferentes objetivos exigem diferentes textos, e, cada qual, por sua vez, exige uma modalidade de leitura (BRASIL, 1997, v. 2, p. 57).

Para que se cumpram esses objetivos, a biblioteca deve dispor de um acervo diversificado e contar com a parceria entre o professor e o bibliotecário no sentido de aproximar o aluno da biblioteca por meio da função educativa.

Nesse sentido, os Parâmetros Curriculares Nacionais de Língua Portuguesa apresentam “[...] como condições favoráveis para a prática da leitura [...]”, “1ª exigência, [...] dispor de uma biblioteca na escola [...]” (BRASIL, 1997, v. 2, p. 58). Sem falar que a biblioteca escolar também está implicitamente contextualizada nos PCN's da Língua Portuguesa quando é citado “[...] organizar momentos de leitura livre em que o professor também leia. [...]” e “[...] possibilitar aos alunos o empréstimo de livros na escola [...]” (BRASIL, 1997, v. 2, p. 58). Dessa forma, a biblioteca escolar é o espaço para que essas condições se realizem.

Ainda de acordo com os PCN's, “na biblioteca escolar é necessário que sejam colocados à disposição dos alunos textos dos mais variados gêneros, respeitados os seus portadores: livros de contos, romances, poesia, enciclopédias, dicionários [...]”. (BRASIL, 1997, v.2, p. 92).

Portanto, os PCN's apresentam uma concepção sobre a biblioteca escolar ainda que implícita, da sua função educativa na escola. Um espaço de parceria entre gestores, professores e bibliotecários de tal forma que aproxime o aluno da biblioteca, mais que isso, possibilite condições favoráveis de acesso à leitura, à pesquisa, à aprendizagem, e ao mesmo tempo possibilite condições que contribuam para um ensinar e aprender autônomo e cidadão.

4.3 As Diretrizes Curriculares Nacionais Gerais da Educação Básica – DCNGs

As DCNGs correspondem às normas obrigatórias da Educação Básica, pois orientam o planejamento curricular das escolas e os sistemas de ensino, assegurados pelo Conselho Nacional de Educação (CNE). Elas têm origem na Lei de Diretrizes e Bases da Educação

(LDB). As DCNGs se diferem dos Parâmetros Curriculares (PCN's), uma vez que são leis que atribuem metas e objetivos a serem buscados em cada curso, enquanto os PCN's são referências curriculares e não leis.

Em conformidade com o CNE, as Diretrizes Curriculares contemplam elementos de fundamentação relevante em cada área do conhecimento, campo do saber, ou profissão, visando possibilitar no estudante a capacidade de desenvolvimento intelectual e profissional autônomo e permanente. Desse modo, foram estabelecidas as Diretrizes Gerais para Educação Básica e das suas respectivas etapas: Educação Infantil, Fundamental e Média. Além disso, também existem as diretrizes e respectivas resoluções para a Educação no Campo, a Educação Indígena, a Quilombola, para a Educação Especial, para Jovens e Adultos em situação de Privação de Liberdade nos estabelecimentos penais e para a Educação Profissional Técnica de Nível Médio.

Em relação ao Ensino Fundamental, é importante mencionar que de acordo com a Resolução CNE/CEB nº 3/2005:

O Ensino Fundamental de 9 (nove) anos tem duas fases com características próprias, chamadas de: anos iniciais, com 5 (cinco) anos de duração, em regra para estudantes de 6 (seis) a 10 (dez) anos de idade; e anos finais, com 4 (quatro) anos de duração, para os de 11 (onze) a 14 (quatorze) anos. O parecer CNE/CEB nº 7/2007 admitiu coexistência do Ensino Fundamental de 8 (oito) anos, em extinção gradual, com o de 9 (nove), que se encontra em processo de implantação e implementação. Há, nesse caso, que se respeitar o disposto nos Pareceres CNE/CEB nº 6/2005 e nº 18/2005, bem como a Resolução CNE/CEB nº 3/2005, que formula uma tabela de equivalência da organização e dos planos curriculares do Ensino fundamental de 8 (oito) e de 9 (nove) anos, a qual deve ser adotado por todas as escolas. O Ensino fundamental é de matrícula obrigatória para as crianças a partir de 6 (seis) anos completos até 31 de março do ano em que ocorrer matrícula, conforme estabelecido pelo CNE no Parecer CNE/CEB nº 22/2009 e Resolução CNE/CEB nº 1/2010.

O governo brasileiro, tendo em vista o objetivo de acelerar a qualidade da educação no país, estabeleceu o Plano Nacional da Educação (PNE), com metas e estratégias a serem desenvolvidas e alcançadas no prazo de dez anos. Esse assunto será tratado na próxima seção.

4.4 O Plano Nacional da Educação 2014-2024 – PNE

O Plano Nacional de Educação – PNE teve início em 2001, aprovado pela Lei nº 10.172 de 9 de janeiro de 2001 (BRASIL, 2001), que vigorou durante um período de dez anos. O PNE/2014 é resultado de grandes debates dentro do contexto histórico brasileiro, sobretudo, em termos de organização e, principalmente, de planejamento da educação

(DUTRA, 2017), de ações conjuntas de autoridades, de forças políticas e de grupos de pessoas unidas em prol de solucionar os problemas da educação no Brasil.

As discussões e as decisões em torno desse tema têm sido tomadas por intelectuais e por educadores brasileiros desde 1937, inicialmente por meio do Manifesto dos Pioneiros da Educação Nova. Esse manifesto propunha a necessidade de elaborar um plano eficaz e completo, capaz de abranger a educação nacional como um todo, assegurando uma reforma na educação do Brasil. A Constituição Federal Brasileira, de 1934 (BRASIL, 1934) no artigo 150, estabelecia a criação de um plano nacional de educação, porém, essa determinação não se concretizou na época. Esse assunto não esteve presente em todas as constituições federais brasileiras.

Somente no ano de 1988, com a promulgação da nova Constituição Federal Brasileira pelo (re) ordenamento jurídico, com o objetivo de estabelecer bases fortes na construção de uma sociedade justa, livre e democrática, que essa determinação foi concretizada. Encontra-se lavrada no seu artigo 214.

Art. 214. A lei estabelecerá o plano nacional de educação, de duração decenal, com o objetivo de articular o sistema nacional de educação em regime de colaboração e definir diretrizes, objetivos, metas e estratégias de implementação para assegurar a manutenção e desenvolvimento do ensino em seus diversos níveis, etapas e modalidades por meio de ações integradas dos poderes públicos das diferentes esferas federativas (Redação dada pela Emenda Constitucional nº 59, de 2009) (BRASIL 1988)

Para cada meta estabelecida, o documento apresenta estratégias para seu alcance, as quais variam entre seis a trinta e seis. Em síntese, essas metas estão categorizadas nas seguintes temáticas: universalização da educação básica, alfabetização, fomento da qualidade da educação básica, interiorização da educação, erradicação do analfabetismo, ampliação do acesso à educação profissional, ampliação do acesso à educação superior, elevação da qualidade da educação a partir da formação docente, ampliação do acesso à educação em nível de pós-graduação, valorização dos profissionais da educação, gestão escolar e ampliação dos investimentos na educação pública e gratuita. Estas são as principais questões tratadas no PNE.

Devido ao PNE ser amplo e abranger vários aspectos dos sistemas de educação e requerer, assim, vários estudos que possam englobar sua totalidade, optou-se, neste estudo, por limitar as metas e estratégias que envolvam explícita ou implicitamente a biblioteca ou o bibliotecário, os quais entendemos estarem inseridos nos sistemas de ensino e no próprio PNE. Assim, foram identificadas as metas seis e sete, as quais apresentam respectivamente

nove e trinta e seis estratégias. Desse modo, para fins de elucidar a forma como o documento trata o assunto, apresentamos as metas e estratégias que mencionam a biblioteca escolar no quadro a seguir:

Quadro 1 – Metas e estratégias do Plano Nacional de Educação (Lei Federal Nº13.005/2014) que envolvem explicitamente a biblioteca e o bibliotecário

METAS	ESTRATÉGIAS
<p>Meta 6: oferecer educação em tempo integral em, no mínimo, 50% (cinquenta por cento) das escolas públicas, de forma a atender, pelo menos, 25% (vinte e cinco por cento) dos (as) alunos (as) da educação básica.</p>	<ul style="list-style-type: none"> • Institucionalizar e manter, em regime de colaboração, programa nacional de ampliação e reestruturação das escolas públicas, por meio da instalação de quadras poliesportivas, laboratórios, inclusive de informática, espaços para atividades culturais, bibliotecas, auditórios, cozinhas, refeitórios, banheiro e outros equipamentos, bem como da produção de material didático e da formação de recursos humanos para a educação em tempo integral; • Fomentar a articulação da escola com os diferentes espaços educativos, culturais e esportivos e com equipamentos públicos, como centros comunitários, bibliotecas, praças, parques, museus, teatros, cinemas e planetários;
<p>Meta 7: fomentar a qualidade da educação básica em todas as etapas e modalidades, com melhoria do fluxo escolar e da aprendizagem de modo a atingir em 2021 as médias nacionais para o IDEB 6,0 para os anos iniciais do ensino fundamental, 5,5, para os anos finais do ensino fundamental e 5,2 para o ensino médio.</p>	<ul style="list-style-type: none"> • Prover equipamentos e recursos tecnológicos digitais para a utilização pedagógica no ambiente escolar a todas as escolas públicas da educação básica, criando, inclusive, mecanismos para implementação das condições necessárias para a universalização das bibliotecas nas instituições educacionais, com acesso a redes digitais de computadores, inclusive a internet; • Promover, com especial ênfase, em consonância com as diretrizes do Plano Nacional do Livro e da Leitura, a formação de leitores e leitoras e a capacitação de professores e professoras, bibliotecários e bibliotecárias e agentes da comunidade para atuar como mediadores e mediadoras da leitura, de acordo com a desenvolvimento e da aprendizagem;

Fonte: Plano Nacional de Educação (BRASIL, 2014) (grifo nosso)

A partir do exposto no quadro anterior, entendemos que as metas que se referem à biblioteca no contexto escolar estão ligadas com o desenvolvimento da qualidade da educação

básica, sendo a biblioteca um dispositivo público de educação e cultura relevante no espaço escolar. Ademais, a meta sete esclarece a importância do trabalho conjunto entre professores e bibliotecários como mediadores de leitura. Assim, a biblioteca estaria no centro das estratégias para elevação do Índice de Desenvolvimento da Educação Básica (IDEB).⁹

Considerando que o IDEB é elaborado a partir de avaliações que buscam averiguar a apreensão de conteúdos curriculares, e que o PNE propõe a implementação de bibliotecas escolares como forma de fomentar os resultados obtidos através dessas avaliações, podemos perceber, conforme critérios do PNE, que a biblioteca escolar é um espaço de cooperação com a sala de aula no processo de ensino-aprendizagem no que se refere à transmissão dos conteúdos curriculares vigentes.

Nesse entendimento, percebe-se uma coerência política entre o plano e a legislação em vigor, em especial a Lei Federal 12.244/2010, que tratam da universalização das bibliotecas nas instituições de ensino do país.

Trata-se, portanto, de um espaço necessário na educação básica. Aliás, percebemos que o plano menciona, mesmo que indiretamente, a importância da biblioteca como ambiente de democratização do acesso aos diferentes acervos, que são suporte à construção do conhecimento, como é o caso das metas 16 e 19, apresentadas no quadro a seguir.

⁹ O Índice de Desenvolvimento da Educação Básica (IDEB) foi criado em 2007 e reúne, em um só indicador, os resultados de dois conceitos igualmente importantes para a qualidade da educação: o fluxo escolar e as médias de desempenho nas avaliações. Ele é calculado a partir dos dados sobre aprovação escolar, obtidos no Censo Escolar, e das médias de desempenho nas avaliações do INEP, o Sistema de Avaliação da Educação Básica (SAEB) – para as unidades da federação e para o país, e a Prova Brasil – para os municípios. O Ideb também é importante por ser condutor de políticas públicas em prol da qualidade da educação. É a ferramenta para acompanhamento das metas de qualidade do Plano de Desenvolvimento da Educação (PDE) para a educação básica, que tem estabelecido, como meta, que em 2022 o IDEB do Brasil seja 6,0 – média que corresponde a um sistema educacional de qualidade comparável a dos países desenvolvidos.

Quadro 2 – Metas e estratégias do Plano Nacional de Educação (Lei Federal N°13.005/2014) que envolvem implicitamente a biblioteca e o bibliotecário

METAS	ESTRATÉGIAS
<p>Meta 16: formar, em nível de pós-graduação, 50% (cinquenta por cento) dos professores da educação básica, até o último ano de vigência deste PNE, e garantir a todos (as) os (as) profissionais da educação básica formação continuada em sua área de atuação, considerando as necessidades, demandas e contextualizações dos sistemas de ensino.</p>	<ul style="list-style-type: none"> • Expandir programa de composição de acervo de obras didáticas, paradidáticas e de literatura e de dicionários, e programa específico de acesso a bens culturais, incluindo obras e materiais produzidos em Libras e em Braille, sem prejuízo de outros, a serem disponibilizados para os professores e as professoras da rede pública de educação básica, favorecendo a construção do conhecimento e a valorização da cultura da investigação; • Fortalecer a formação dos professores e das professoras das escolas públicas de educação básica, por meio da implementação das ações do Plano Nacional do Livro e Leitura e da instituição de programa nacional de disponibilização de recursos para acesso a bens culturais pelo magistério público.
<p>Meta 19: Assegurar condições no prazo de 2 (dois) anos, para a efetivação da gestão democrática da educação, associada a critérios técnicos de mérito e desempenho e à consulta pública à comunidade escolar, no âmbito das escolas públicas, prevendo recursos e apoio técnico da União para tanto.</p>	<ul style="list-style-type: none"> • Estimular a participação e a consulta de profissionais da educação, alunos (as) e seus familiares na formulação dos projetos político-pedagógicos, currículos escolares, planos de gestão escolar e regimentos escolares, assegurando a participação dos pais na avaliação de docentes e gestores escolares.

Fonte: Plano Nacional de Educação (BRASIL, 2014).

A partir do que foi apresentado, relacionamos a alusão dos acervos e da gestão escolar, a referência do plano à biblioteca e ao bibliotecário, mesmo que tenha ocorrido de forma indireta. Nesse sentido, para o alcance da meta 16, o PNE institui estratégias de ampliação de acervos bibliográficos, incluindo materiais em Libras e Braille, disponíveis para os professores. Já que a biblioteca configura-se como dispositivo informacional responsável pela organização e disseminação de acervos bibliográficos, pode contribuir para a execução da referida estratégia.

Outra estratégia estabelecida no PNE para o alcance da décima sexta meta, como apresentado no quadro anterior, é estimular a capacitação de professores e professoras em atividades do Plano Nacional do Livro e da Leitura (PNLL).

O referido plano prevê, dentre outros objetivos: a implementação de novas bibliotecas municipais e escolares, com acervos que atendam minimamente as diretrizes impostas pela UNESCO; a criação e manutenção de novos espaços de leitura, incluindo bibliotecas

circulantes e atividades de leitura em ambientes públicos como praças e parques. Esses objetivos reforçam a presença das bibliotecas e dos bibliotecários como agentes do sistema educacional.

Além disso, cabe destacar que o PNLL evidencia a incorporação e o uso de tecnologias da informação e comunicação, com ênfase na “[...] formulação e aprimoramento de técnicas que visem a facilitar o acesso à informação e à produção do saber, incluindo capacitação continuada para melhor aproveitamento das tecnologias de informação e comunicação” (BRASIL, 2006, p. 21).

Nesse sentido, percebe-se, mais uma vez, a participação do profissional da informação no desenvolvimento de programas de letramento informacional para o desenvolvimento de competências para o uso da informação em ambientes digitais.

A última e décima nona meta do PNE busca assegurar condições para a gestão democrática das escolas. Destaca-se, nas estratégias implantadas para o alcance de tal meta, o estímulo à participação dos diversos agentes da comunidade escolar na elaboração dos programas político-pedagógicos e currículos de suas respectivas escolas. Mesmo não havendo menção ao bibliotecário, entendemos que este profissional encontra-se inserido no âmbito da comunidade escolar, sendo, portanto, um agente que deve participar de forma ativa na gestão democrática dos ambientes escolares.

4.5 Programa Nacional Biblioteca da Escola – PNBE

O Programa Nacional Biblioteca da Escola (PNBE) (BRASIL, 1997), implantado em 1997 pela Portaria de 652 de 16/09/ 1997 e desenvolvido pelo Ministério da Educação (MEC), consiste em uma política pública de ampliação dos Acervos das Bibliotecas Escolares de todo o Brasil, abrangendo os seguintes níveis de ensino: Educação Infantil, Ensino Fundamental, Ensino Médio e Educação de Jovens e Adultos.

O PNBE tem o objetivo principal de promover o acesso à cultura e o incentivo à leitura para alunos e professores por meio da distribuição de acervos de obras de literatura, de pesquisa e de referência. Atualmente, o programa atende de forma gratuita todas as escolas públicas de educação básica cadastradas no Censo Escolar.

O programa compreende as seguintes ações: PNBE Literário, que avalia e distribui as obras literárias, cujos acervos literários são compostos por textos em prosa (novelas, contos, crônica, memórias, biografias e teatro), em verso (poemas, cantigas, parlendas, adivinhas),

livros de imagens e livros de história em quadrinhos; o PNBE Periódicos, que avalia e distribui periódicos de conteúdo didático e metodológico para as escolas da educação infantil, ensino fundamental e médio e o PNBE do Professor, que tem por objetivo apoiar a prática pedagógica dos professores da educação básica e também da Educação de Jovens e Adultos por meio da avaliação e distribuição de obras de cunho teórico e metodológico.

O investimento contínuo na avaliação e na distribuição de obras de literatura tem por objetivo fornecer aos estudantes e seus professores material de leitura variado para promover tanto a leitura literária como fonte de fruição e reelaboração da realidade, quanto a leitura como instrumento de ampliação de conhecimentos, em especial o aprimoramento das práticas educativas entre os professores.

O procedimento solicitado para as escolas públicas receberem os acervos do PNBE é a o cadastramento no censo escolar realizado anualmente pelo Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (INEP). Somente estas estão aptas a receberem as obras do referido programa.

Ao longo da história desse Programa, a distribuição dos livros de literatura tem sido realizada por meio de diferentes ações: em 1998, 1999 e 2000, os acervos foram enviados para as bibliotecas escolares; em 2001, 2002 e 2003, o objetivo era que os alunos tivessem acesso direto a coleções de uso pessoal e também levassem obras representativas da literatura para seus familiares – por isso, essas edições do programa ficaram conhecidas como Literatura em Minha Casa.

A partir de 2005, o PNBE voltou à distribuição de livros de literatura para as bibliotecas escolares. Essa ação permitiu a valorização do espaço da biblioteca por promover a democratização e o acesso ao acervo pela comunidade escolar.

Em suas últimas publicações, o Programa visou à distribuição de acervos literários para todo o ensino básico, incluídas a Educação Infantil e a Educação de Jovens e Adultos, além de periódicos e de um conjunto de obras de pesquisa e referenciais para professores por meio do programa “PNBE do professor”. Houve, também, a seleção de obras específicas nas derivações do PNBE, como “PNBE temático”, “PNBE indígena” e “PNBE do campo”. O atendimento às escolas ocorreu da seguinte forma: nos anos pares foram atendidos os seguintes níveis: a Educação Infantil, os anos iniciais do Ensino Fundamental e EJA; nos anos ímpares, foram contemplados os anos finais do Ensino Fundamental e Ensino Médio.

O PNBE conta com a Secretaria de Educação Básica – SEB/MEC para coordenar o processo de avaliação de obras e composição dos acervos de todas as suas publicações, num trabalho conjunto com o Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação – FNDE. No ano

de 2005, a SEB/MEC passou a realizar esse trabalho em parceria com Universidades Públicas Federais e, para tanto, vem, desde 2005, selecionando instituições que, sob sua coordenação, executam a avaliação.

Assim, as instituições interessadas podem candidatar-se através do edital publicado na página do FNDE, que estabelece as normas e os procedimentos a serem observados pela instituição parceira na execução desse Programa encaminhando suas propostas, expondo de modo criterioso o processo de avaliação a ser utilizado.

Após um longo processo de avaliação, seleção e aquisição, os acervos chegam às escolas públicas brasileiras para serem direcionados às bibliotecas ou salas de leitura e, por fim, circularem entre os leitores. No entanto, é importante ressaltar que são inúmeras as discussões, estudos e pesquisas realizadas para a revisão e aperfeiçoamento da implementação dessa política. Ou seja, muito ainda precisa ser feito para a democratização do livro, da leitura e literatura nos espaços das bibliotecas escolares. Estudos apontados por Paiva (2012) mostram que ainda não superamos a fase da distribuição e que ainda temos de trabalhar muito para que os alunos brasileiros tenham acesso, de fato, às obras de literatura a eles destinadas, criando condições mínimas, mas fundamentais, para que o processo de formação de leitores literários e de democratização da literatura aconteça.

4.6 Plano Nacional do Livro e da Leitura – PNLL

A democratização do acesso ao livro, à leitura e à literatura no Brasil revela a importância de se construir uma sociedade letrada, e, para isso, é necessário que haja, além da redução dos níveis de analfabetismo, o desenvolvimento de ações em que as práticas de letramento sejam valorizadas. O desafio é tornar a leitura uma ação do cotidiano que possibilite prazer e fruição. Assim, a promoção do livro e da leitura não se trata apenas da ação do governo e/ou da escola, uma vez que é preciso compartilhar essa tarefa com a família e a sociedade.

O PNLL está embasado na Lei nº 10.753, de 30 de outubro de 2003 (BRASIL, 2003), sancionada pelo presidente Luiz Inácio Lula da Silva, que instituiu a Política Nacional do Livro (PNL). Dessa forma, o Plano Nacional do Livro e Leitura beneficia e contribui para a efetivação da biblioteca escolar, por estar baseada nas seguintes diretrizes:

I - assegurar ao cidadão o pleno exercício do direito de acesso e uso do livro;

II - o livro é o meio principal e insubstituível da difusão da cultura e transmissão do conhecimento, do fomento à pesquisa social e científica, da conservação do patrimônio nacional, da transformação e aperfeiçoamento social e da melhoria da qualidade de vida;

III - fomentar e apoiar a produção, a edição, a difusão, a distribuição e a comercialização do livro;

IV - estimular a produção intelectual dos escritores e autores brasileiros, tanto de obras científicas como culturais;

V - promover e incentivar o hábito da leitura;

VI - propiciar os meios para fazer do Brasil um grande centro editorial;

VII - competir no mercado internacional de livros, ampliando a exportação de livros nacionais;

VIII - apoiar a livre circulação do livro no País;

IX - capacitar a população para o uso do livro como fator fundamental para seu progresso econômico, político, social e promover a justa distribuição do saber e da renda;

X - instalar e ampliar no País livrarias, bibliotecas e pontos de venda de livro;

XI - propiciar aos autores, editores, distribuidores e livreiros as condições necessárias ao cumprimento do disposto nesta Lei;

XII - assegurar às pessoas com deficiência visual o acesso à leitura. (BRASIL, 2003, art. 1º).

Nessa perspectiva, o Plano Nacional do Livro e Leitura – PNLL – foi instituído por meio da Portaria Interministerial Nº 1.442, de 10 de agosto de 2006, pelo ministério da Cultura e da Educação (BRASIL, 2011). Esse plano tem como objetivo promover a democratização do acesso ao livro e a outras práticas letradas em uma sociedade considerada pouco leitora, que necessita de indivíduos não somente alfabetizados, mas também capazes de utilizar a leitura e a escrita de maneira autônoma e crítica.

Art. 1º O Plano Nacional do Livro e Leitura - PNLL consiste em estratégia permanente de planejamento, apoio, articulação e referência para a execução de ações voltadas para o fomento da leitura no País.

§ 1º São objetivos do PNLL:

I - a democratização do acesso ao livro;

II - a formação de mediadores para o incentivo à leitura;

III - a valorização institucional da leitura e o incremento de seu valor simbólico;

IV - o desenvolvimento da economia do livro como estímulo à produção intelectual e ao desenvolvimento da economia nacional. (BRASIL, 2006, art. 1º.)

Nesse contexto, a biblioteca escolar está contemplada no Parágrafo Único do Art. 10, do Decreto 7 559, de 1º de setembro de 2011, que dispõe sobre as linhas de ação do PNLL, referente à democratização do acesso ao livro (1ª linha de ação), que trata ainda da implantação de novas bibliotecas, contemplando os requisitos de acessibilidade. A linha de ação cinco do PNLL também possibilita viabilizar condições de equipar a biblioteca escolar, quando trata da melhoria do acesso ao livro e a outras formas de expressão da leitura, conseqüentemente, disponibilizando o uso de tecnologias da informação e comunicação, que constam na linha de ação seis.

Com relação ao fomento à leitura e à formação de mediadores, a biblioteca escolar aparece, implicitamente, contextualizada na linha de ação sete, visto que a sua proposta pedagógica é com as atividades de incentivo e estímulo à leitura de acordo com a especificidade das diferentes etapas do desenvolvimento e da aprendizagem.

Por fim, o fomento à cadeia criativa e à cadeia produtiva do livro está incluído no contexto da biblioteca escolar, pois o ambiente da biblioteca é realmente favorável à circulação e consumo de bens de leitura, descrito na linha de ação 16. Assim, através da aquisição por compra, doação e permuta, a biblioteca escolar deve oferecer o serviço de empréstimo e consulta de livros e de outros suportes eletrônicos aos seus leitores e usuários. Nesse entendimento, está contemplada também a linha de ação 17, sobre o incentivo à leitura literária, que deve aproximar, principalmente nas séries iniciais, a criança ao “mundo mágico da imaginação pelo prazer de ler”, estimulando o gosto pela leitura.

4.7 A Universalização das Bibliotecas nas Instituições de Ensino: Lei 12.244/2010

A promulgação da Lei nº 12.244, que dispõe sobre a universalização das bibliotecas nas instituições de ensino do Brasil, foi impulsionada por várias ações desenvolvidas pelas Organizações Nacionais e Internacionais ligadas à educação que propõem modelos de qualidade à educação, através da criação de políticas públicas que assegurem e viabilizem a qualidade da educação. Campello *et al.*, (2006) apresenta um breve retrospecto dessa lei. Reproduzimos, a seguir, parte dessa retrospectiva, com o intuito de historicizar o processo, bem como para contextualização do leitor.

A consolidação da Lei 12.244/2010 é fruto de um processo histórico de mobilização envidado pela Biblioteconomia brasileira a partir de seus Conselhos, Associações, Sindicatos, assim como de professores e estudantes dos cursos de Biblioteconomia e ainda da classe bibliotecária. Como exemplo dessa mobilização, podemos destacar o documento elaborado pelo Grupo de Estudos em Biblioteca Escolar (GEBE) em parceria com o Conselho Federal de Biblioteconomia (2010) que, a partir de um estudo em nível nacional, traça parâmetros de cunho físico, organizacional, tecnológico, acervo, serviços/ atividades e pessoal para sua consolidação. Ao longo do tempo, tem tornado-se pública a falta de bibliotecas nas escolas, a situação precária desses espaços e a ausência do profissional bibliotecário.

A situação tem sido comprovada por diversos estudos (Cf. CAMPELLO *et al.*,

2012) que apontam ações do Conselho Federal de Biblioteconomia – CFB, dos Conselhos Regionais de Biblioteconomia do país e projetos e campanhas mobilizadoras tais como o **Projeto Mobilizador Biblioteca Escolar: construção de uma rede de informação para o ensino público** (CFB, 2008). Esse projeto buscou sensibilizar a sociedade e as autoridades dirigentes para a necessidade de se criar bibliotecas em todas as escolas brasileiras, de forma que pudessem contribuir para uma educação de qualidade. O Art. 1º da Lei 12.244 determina que os sistemas de ensino do país, considerando as instituições públicas e privadas, devem contar com bibliotecas escolares. Nesse sentido, Silva (2011) afirma que “[...] é preciso considerar que a aprovação da Lei 12.244 se configura em um resultado de mobilização que deve ser continuada.” (SILVA, 2011, p. 502). Em complemento, o autor afirma que é do reconhecimento do governo que “[...] parte considerável das escolas brasileiras não possui bibliotecas de forma efetiva, embora tentem construir estruturas que configurem uma biblioteca de forma aleatória” (SILVA, 2011, p. 504).

Por determinação da referida Lei, as escolas devem contar com um acervo de livros de no mínimo um título para cada aluno matriculado, cabendo aos sistemas de ensino a responsabilidade de ampliar o acervo de acordo com sua realidade, bem como pelas diretrizes de manutenção, preservação e organização e funcionamento das bibliotecas escolares (BRASIL, 2010). Isso nos leva a pensar que a questão do acervo não está devidamente compreensível. A princípio, por supervalorizar o livro como única exigência de suporte documental. Posteriormente, como fator principal, pelo fato de não especificar que tipo de livros deve ser contemplado pela biblioteca escolar, o que reflete nos aspectos quantitativos e qualitativos do acervo a ser oferecido.

Entende-se que a formação do acervo é de principal importância. Mas, o que caracteriza um acervo de qualidade? Principalmente, na sua relação com os programas curriculares, com os níveis de informação e de leitura dos alunos sobre assuntos diversos e de acordo com os seus interesses e necessidades, com os recursos disponíveis na escola e com a facilidade de acesso a outras coleções. De acordo com o modelo flexível para um sistema nacional de bibliotecas escolares, “a atualização das coleções deve ser condição para a manutenção do interesse pela leitura.” (MODELO..., 1985, p. 62). Por isso, a biblioteca precisa manter sempre as coleções variadas e atualizadas. Uma informação desatualizada perde seu valor, portanto, a atualidade é um elemento decisivo nas bibliotecas (VERGUEIRO, 1997).

Outro aspecto importante a ressaltar é o quantitativo, pois está diretamente associado à habilidade dos profissionais gestores da biblioteca na ausência do bibliotecário nas escolas. A

quantidade do acervo pode ser excessiva e ineficiente para a comunidade escolar, principalmente se a quantidade for dimensionada por livros didáticos e livros de coleções que devem ser destinados às atividades de classe (ABREU *et al*, 2004).

Dando continuidade ao estudo da lei, o seu artigo terceiro declara que:

Art. 3º Os sistemas de ensino do País deverão desenvolver esforços progressivos para que a universalização das bibliotecas escolares, nos termos previstos nesta Lei, seja efetivada num prazo máximo de dez anos, respeitada a profissão de Bibliotecário, disciplinada pelas Leis no 4.084, de 30 de junho de 1962, e 9.674, de 25 de junho de 1998 (BRASIL, 2010, art. 3º).

Dois pontos são incisivos nesse artigo. O primeiro refere-se ao prazo para a efetivação da lei, no qual se estipula que em 10 anos todas as escolas possuam bibliotecas e que haja nelas, pelo menos, um título para cada aluno. O segundo é referente à necessidade de se ter um profissional bibliotecário nas escolas visando à consolidação e perspectiva da almejada Lei.

Em relação ao prazo demarcado, entendemos que o maior empecilho não se trata do tempo, especificamente, mas de diretrizes e elaboração de estratégias para sua efetivação. É preciso pensar em estratégias que envolvam a integração dos órgãos educacionais públicos (Ministério, Secretarias estaduais e municipais de educação e suas escolas privadas).

Desse modo, entramos no próximo ponto, que é a exigência do bibliotecário como profissional habilitado para gerenciar a biblioteca escolar. Concordamos com Silva (2011, p. 20), quando este afirmar que a inserção da visão especializada sobre a biblioteca escolar deve partir de dois diálogos: o primeiro é interno e implica na união entre Conselho Federal de Biblioteconomia com os Conselhos Regionais e também com as Associações e os Sindicatos de bibliotecários, e dos cursos de graduação em biblioteconomia, visando auxiliar a efetivação da Lei por meio de mobilizações, eventos, capacitação de bibliotecários, audiência políticas, apresentação de uma política para a biblioteca escolar, entre outras particularidades. O segundo é externo no contexto de um entendimento político-educacional com os Cursos de Pedagogia, as Secretarias de Educação que também são importantes instrumentos para concretização da Lei 12.244/2010.

O reconhecimento da biblioteca escolar perpassa por uma luta política coletiva. O esforço precisa ser de muitos e de todos nós, pois conforme destaca a Oliveira (1983), a profissão de bibliotecário carece ainda de valores como autoridade, consciência de classe, senso de progressão e competição, indispensáveis à identificação da Biblioteconomia como profissão.

Nesse contexto, a consciência de classe poderá favorecer a busca de alternativas e mudanças mais amplas, através do coletivo, a fim de tornar a área reconhecida no mercado de trabalho e na sociedade. Dessa forma, a união política, profissional e acadêmica dos órgãos biblioteconômicos (Conselhos, Associações, Sindicatos e cursos de graduação) poderá executar um processo de consciência de classe e senso de progressão da construção de uma nova mentalidade social de biblioteca escolar. A Lei 12.244/10 é resultado desse esforço, que precisa aumentar, pois com ela os desafios se renovam. Enfim, verifica-se que a Lei apresenta perspectivas para a biblioteca escolar no Brasil, mas também deficiências teóricas e propositivas. Porém, a maior deficiência está em não garantir critérios para que seu intento seja efetivamente concretizado no prazo estabelecido. Com efeito, uma alternativa seria definir responsabilidades compulsórias no caso do seu descumprimento. Assim, a não indicação de responsabilidades no texto da lei causa esse receio.

Segundo evidências de diversos estudos de Andrade (2001), a existência de bibliotecas em todas as escolas do país é um fator que influenciará positivamente na qualidade da educação, tendo em vista como um recurso pedagógico, a biblioteca tem impacto positivo na aprendizagem.

Para tanto, será necessário que os gestores das escolas públicas e os profissionais que atuam nos espaços da biblioteca escolar estejam comprometidos na observância dos requisitos dispostos nesses programas, quanto ao cadastramento das escolas no censo escolar, garantindo o objetivo das políticas públicas relativas ao livro, leitura e biblioteca, promovendo, assim, o estímulo da leitura como prática social.

A universalização da biblioteca escolar deve ser assegurada por ações concretas, na proposta pedagógica das bibliotecas escolares, e por ações desenvolvidas também nas Instituições de Ensino Superior, voltadas à área de Educação e de Ciência da Informação para o desenvolvimento de projetos acadêmico-científicos que contextualizem a biblioteca escolar na formação integral do aluno e embasem o processo ensino e aprendizagem, pois, essas ações devem contribuir para a autonomia do aluno na biblioteca universitária. (PASQUARELLI, *apud* LUBISCO; VIEIRA; SANTANA, 2008, p. 11).

Nessa perspectiva, percebe-se que a biblioteca escolar deve preparar o aluno para a prática da pesquisa do Ensino Fundamental ao Ensino Médio, com o objetivo de emancipá-lo para desenvolver essa prática investigativa na universidade.

5 METODOLOGIA DE PESQUISA

De acordo com Alves-Mazzoti (2002), na década de 1970, em contraposição ao positivismo identificado com o uso de técnicas quantitativas emergiu o chamado “paradigma qualitativo”, com a intensificação do uso de metodologias qualitativas na educação até então utilizadas na Antropologia, Sociologia e Psicologia. Porém, Lüdke e André (1999) evidenciam o interesse cada vez maior dos pesquisadores de diversas áreas, em especial as áreas das Ciências Sociais e da Educação, pelo uso de metodologias qualitativas. Os autores salientam que existem muitas dúvidas em relação ao que caracteriza a pesquisa qualitativa, quando é ou não adequado utilizá-la e como se coloca a questão do rigor científico nesse tipo de investigação. O uso de termos como pesquisa qualitativa, etnográfica, naturalística, participante, estudo de caso e estudo de campo são empregados, muitas vezes, indevidamente, gerando muita confusão quanto ao seu real significado.

Segundo Bogdan e Biklen, citados em Lüdke e André (1986), “a pesquisa qualitativa tem o ambiente natural como sua fonte direta de dados e o pesquisador como seu principal instrumento” (BOGDAN E BIKLEN, citados por LÜDKE E ANDRÉ 1986, p.11). Nessa perspectiva, como os fenômenos são influenciados pelo contexto em que ocorrem, o desenvolvimento da pesquisa qualitativa exigirá do pesquisador um contato intenso e direto com o ambiente em que ocorre a situação investigada.

Outra consideração importante da pesquisa qualitativa é que os dados nela coletados são principalmente descritivos. Assim, situações e acontecimentos encontrados devem ser objetos de análise e reflexão detalhada, e questões cotidianas, aparentemente simples, precisam ser relatadas e sistematicamente estudadas, visto que há uma predominância do processo sobre o resultado. De acordo com Lüdke e André (1986), “nesses estudos há sempre uma tentativa de capturar a ‘perspectiva dos participantes’, isto é, a maneira como os informantes encaram as questões que estão sendo focalizadas” (LÜDKE e ANDRÉ, 1986, p.12).

Esta pesquisa é do tipo qualitativo e de natureza descritiva. Qualitativa por implicar a observação e a análise dos relatos dos sujeitos pesquisados, diante da preocupação com os processos e não simplesmente com os resultados e os produtos. Para Malhotra (2001), “a pesquisa qualitativa proporciona uma melhor visão e compreensão do contexto do problema, enquanto a pesquisa quantitativa procura quantificar os dados e aplica alguma forma da análise estatística” (MALHOTRA, 2001, p.155). A pesquisa qualitativa pode ser usada,

também, para explicar os resultados obtidos pela pesquisa quantitativa. Assim, a combinação de ambos os métodos, quantitativo e qualitativo, produz a triangulação metodológica que se completam.

Partindo dessa perspectiva metodológica, adotei o estudo de caso como modalidade de investigação. Segundo Yin apud Gil (2009, p. 7), “um estudo de caso é uma investigação empírica que investiga um fenômeno contemporâneo dentro do seu contexto, especialmente quando os limites entre o fenômeno e o contexto, não estão claramente definidos”. Merriam apud Gil (2011, p.7), por sua vez, define o estudo de caso qualitativo “como uma intensiva e holística descrição e análise de uma simples entidade, fenômeno ou unidade social”. Dada a natureza desse estudo, que considera o todo e a sua relação entre as partes que o compõem, considere os anos iniciais do Ensino Fundamental, de uma Escola da Estadual do município de Ouro Preto, Minas Gerais.

A presente dissertação visa analisar o papel da biblioteca e do bibliotecário escolar na aprendizagem de alunos, bem como a percepção deles nesse processo de formação. Para isso, foi desenvolvida uma pesquisa de cunho qualitativo que constituiu na análise de literatura que trata o tema, além da análise documental e da realização de entrevistas e da aplicação de questionário, bem como, da análise dos dados coletados.

5.1 Universo, população-alvo

5.1.1 A escola

A instituição onde foi desenvolvido esse estudo localiza-se na região central da cidade de Ouro Preto/MG. Trata-se de uma instituição pública de ensino, cuja entidade mantenedora é o Estado de Minas Gerais. A Escola existe há noventa e dois anos e, em relação ao perfil econômico do alunado, em sua maioria, são de classe média. A escola oferece Ensino Fundamental do 1º ao 9º ano, sendo que, no período da manhã, atende alunos do 6º ao 9º ano e, no período da tarde, atende alunos do 1º ao 5º ano.

A escola possui 700 alunos, sendo 287 matriculados nos anos iniciais do Ensino Fundamental, e 343 nos anos finais. A instituição atende, além dos moradores do bairro, alunos dos bairros adjacentes e também dos mais distantes. É importante destacar que muitos alunos que moram no entorno chegam à escola utilizando o transporte escolar.

Além do corpo discente, são 58 funcionários, professores incluídos. Cada turno e cada ciclo possuem um coordenador pedagógico, um diretor e dois vice-diretores. No prédio principal estão localizados: jardim amplo, diretoria, secretaria, sala dos professores, salas de aula, biblioteca e pátio. Há, ainda, um prédio anexo onde estão a cantina, as outras salas de aula, o laboratório de informática, a sala de recursos e a quadra de esportes própria.

Em relação ao prédio, pode-se considerar que o mesmo possui uma das fachadas mais belas do país. O prédio foi erguido no Período Colonial e tem uma histórica vista panorâmica, já que em qualquer ponto da área em que se posicione pode-se deslumbrar com a junção feita por um Histórico Triângulo Equilátero formado pela Casa de Marília, Gonzaga, Inconfidente. Em seu entorno, existem residências, antigos casarios que guardam a memória cultural e patrimonial da extração do ouro no município. Os moradores mais próximos, em grande parte, são de famílias antigas e tradicionais, e o comércio local não é acentuado, porém atende à comunidade em suas necessidades básicas. A região escolar é urbanizada, com sistema de água tratada e rede de esgoto, coleta de lixo, energia elétrica, telefone público e rede telefônica.

A escola, delicada por natureza, sustenta a grandeza por décadas, por ser uma instituição de ensino conceituada, por onde grandes personalidades já passaram e continuarão a passar na busca do saber contextualizado.

Quanto ao Comparativo de Fatores Extras Escolares, das Avaliações Externas Estaduais (2016), PROALFA 3º ano – Língua portuguesa a escola apresenta média escolar: 576,5 sendo o recomendado de 500 a 650 (73,3%), ou seja, a escola está dentro da média. Quanto ao PROEB 5º ano – Língua portuguesa, a média apresentada pela escola é 216,2, sendo o recomendado de 200 a 250 (41,9).

Os dados anteriormente citados são relevantes para esta dissertação, uma vez que essas avaliações têm foco na alfabetização, que pode ser favorecida por um trabalho colaborativo do regente de turma com o bibliotecário e a PEUB¹⁰. Outro pressuposto é que uma boa alfabetização reflete positivamente no restante da escolarização.

5.1.2 A biblioteca pesquisada

A biblioteca pesquisada está instalada no interior da escola, sendo vinculada ao governo do estado de Minas Gerais. O objetivo da sua criação foi disponibilizar o acervo de

¹⁰ PEUB - Professor de Ensino e Uso da Biblioteca

livros e materiais informacionais, permitindo o livre acesso aos alunos, professores e demais usuários. Nesse sentido, busca auxiliar os alunos na pesquisa escolar e no incentivo à leitura, atuando, assim, para o aprendizado e a formação de seus usuários. .

A biblioteca escolar conta com uma equipe para a elaboração e o desenvolvimento das atividades e serviços oferecidos no espaço, que atende os alunos e professores do turno da tarde. É ofertada aos alunos desse turno uma aula semanal de cinquenta minutos para ensino e uso da biblioteca, tendo em vista a atuação do bibliotecário efetivamente como mediador de leitura. O atendimento das outras turmas do período matutino fica sob a responsabilidade de duas professoras, as quais atendem os alunos no auxílio à pesquisa, empréstimo de livros e realização de provas quando necessário.

A biblioteca escolar funciona de forma regular nos turnos da escola, ou seja, fica aberta nos períodos matutino e vespertino durante todo o tempo em que a escola estiver aberta, inclusive durante o horário do recreio. Destaca-se, ainda, o fato de que, no horário de recreio, é intenso o movimento devido à procura de livros e de informações pelos alunos.

5.1.3 Público- alvo

A escolha da população-alvo considerou que a escola possui biblioteca e atuação do profissional bibliotecário, tendo em vista a biblioteca como espaço de aprendizagem capaz de atuar com a formação do aluno no processo de ensino-aprendizagem. Foram selecionados os alunos do 1º ao 5º ano, pois eles têm oferta de aula para ensino e uso da biblioteca, pelo bibliotecário e por dois professores que atuam na biblioteca. Considerando que esses últimos sujeitos são educadores e em razão da qualidade da educação “[...] o educador possa levar o educando a fazer-se sujeito e aprender [...]” (PARO, 2011, p.490).

Nessa perspectiva, partiu-se do pressuposto, de acordo com Campello (2010), que a biblioteca escolar é um espaço de aprendizagem, no qual os conhecimentos adquiridos a partir das ações desenvolvidas são primordiais para sua formação, pois estão no começo da aprendizagem e conduz a outras etapas do conhecimento. Sobre esse assunto, Paro (2011, p. 490) reitera que é “[...] de particular importância o tipo de educação que ele recebe durante o ensino fundamental [...]” em que as relações sociais marcam profundamente a sua personalidade.

5.2 Procedimentos metodológicos

Num primeiro momento, foi realizada uma pesquisa documental, com o intuito de consolidar o entendimento sobre a biblioteca escolar em relação ao Projeto Político Pedagógico e ao Regimento escolar, tendo em vista uma melhor compreensão sobre o seu papel nesse espaço, a saber, o funcionamento, a proposta pedagógica, os planos de ensino, a equipe gestora e outros materiais que exerciam influência sobre a aprendizagem dos alunos. Por ser uma técnica exploratória, a análise documental “indica problemas que devem ser mais bem explorados através de outros métodos. Além disso, ela pode complementar as informações obtidas por outras técnicas de coleta.” (LÜDKE; ANDRÉ, 1986, p.39).

Uma etapa fundamental ao desenvolvimento da pesquisa consistiu na realização de entrevistas com profissionais envolvidos na biblioteca selecionada. Essas entrevistas tiveram formato semiestruturado, obedecendo a uma esquematização básica, porém, com a flexibilidade necessária para que o entrevistador pudesse realizar adaptações que se fizessem necessárias à melhor obtenção de informações.

Ao lado do respeito pela cultura e pelos valores do entrevistado, o entrevistador tem que desenvolver uma grande capacidade de ouvir atentamente e de estimular o fluxo natural de informações por parte do entrevistado. Essa estimulação não deve, entretanto, forçar o rumo das respostas para determinada direção. Deve apenas garantir um clima de confiança, para que o informante se sinta à vontade para se expressar livremente (LÜDKE e ANDRÉ, 1986, p.35).

As informações advindas das entrevistas visavam a consubstanciar o desenvolvimento da pesquisa, como meio de obtenção de informações para enriquecê-la, ajudando a clarificar os sentimentos, percepções e opiniões dos sujeitos envolvidos com a biblioteca escolar, mais precisamente, sobre a visão desses agentes quanto à utilização desse espaço.

As entrevistas ocorreram seguindo o roteiro pré-estabelecido, procedendo-se as adaptações necessárias conforme observações realizadas. As perguntas foram realizadas pela pesquisadora e gravadas em áudio em um aplicativo de celular. Em ambos os casos, foram encaminhadas para o e-mail pessoal do profissional entrevistado para que ele tivesse a oportunidade de fazer correções, acréscimos, cortes, e demais ajustes que julgasse necessário, conforme previsto no Termo de Consentimento Livre e Esclarecido (TCLE). Cada entrevista durou cerca de 20 a 30 minutos. As respostas dos entrevistados permitiram contrastar os diferentes significados que os membros do grupo atribuem a biblioteca escolar e às ações desenvolvidas na mesma

Foi realizada, ainda, a aplicação de questionários, visando à coleta de informações que auxiliassem na compreensão dos questionamentos e indagações presentes na percepção dos alunos. As questões foram lidas para os alunos de 1º ano, possivelmente não alfabetizados. Nesse sentido, é importante ressaltar que um questionário pode ser constituído de itens abertos e fechados. No primeiro caso o pesquisado discorre por escrito sobre a questão apresentada; já nas questões fechadas o pesquisado exerce uma escolha dentre opções de resposta que lhe são apresentadas. Para esse questionário foram utilizados ambos os itens. Dentre as vantagens da aplicação de questionários, Gil (1999) destaca que eles possibilitam ao pesquisador atingir um número mais expressivo de investigados, além de não expor os pesquisados à influência das opiniões e do aspecto pessoal do entrevistador.

6 ANÁLISE DOS DADOS

Neste capítulo, foram analisados os dados coletados sobre a Biblioteca Escolar pesquisada, por meio de análise documental, observando-se os parâmetros Grupo de Estudos em Biblioteca Escolar – GEBE. Os questionários foram aplicados aos alunos do 1º ao 5º ano do Ensino Fundamental. Os sujeitos pesquisados se manifestaram sobre a atuação da biblioteca escolar que frequentam na condição de aluno/ usuário. Além disso, foram realizadas entrevistas com a bibliotecária e com as duas professoras para o Ensino e Uso da Biblioteca (PEUB).

Nesse contexto, a pesquisadora, bibliotecária de formação, buscou manter uma atitude de imparcialidade durante o processo de pesquisa, visando à obtenção das informações mais confiáveis possíveis ao realizar a aplicação do questionário aos alunos em sala de aula por turma. Posteriormente, foram realizadas as entrevistas. Durante todas as etapas do trabalho, a pesquisadora contou com a cordialidade e com a colaboração dos envolvidos. Os resultados da análise documental, os questionários e as entrevistas são apresentados a seguir.

6.1 Análise documental

Uma das metodologias adotadas nesta pesquisa foi a análise documental, sendo seu principal objeto de investigação o projeto político-pedagógico da escola. Examinamos o Regimento Interno da escola e o PPP (2012), bem como sua relação com os documentos oficiais e com o olhar da bibliotecária e das professoras sobre algumas práticas educativas. Os documentos oficiais que embasaram essa análise, conforme proposto nos objetivos específicos desse trabalho, foram: os Parâmetros Curriculares Nacionais para o Ensino Fundamental, livro introdutório (PCN's, 1997, vol. 1), e as Diretrizes Curriculares Nacionais Gerais para a Educação Básica (DCNG, 2013).

Desse modo, foi solicitado à Diretora da escola o documento para que pudessemos estudá-lo antes das entrevistas e da aplicação dos questionários que viríamos a fazer. Afinal, seria importante comparar o discurso dos entrevistados com o texto do projeto da escola. Após leitura e análise do projeto político-pedagógico, buscamos identificar qual era o tratamento dado à biblioteca escolar nesse documento. A discussão resultante dessa análise de todos os itens relativos à biblioteca contidos no documento é apresentada a seguir.

O Projeto Político Pedagógico define a identidade da escola e indica caminhos para ensinar com qualidade, oferecendo aos professores, funcionários, pais, alunos e todos os sujeitos relacionados direta ou indiretamente à escola as estratégias em prol da melhoria da realidade educacional.

As DCNG (2013) apontam que o PPP “representa mais do que um documento. É um dos meios de viabilizar a escola democrática e autônoma para todos, com qualidade social”, e “capacidade de governar a si mesma” (DCNG, 2013, P.47).

O projeto fundamenta-se no princípio de que o conhecimento não está pronto e acabado, mas sempre em permanente avaliação e/ou reformulação em virtude dos avanços e mudanças paradigmáticas em educação. Dessa forma, esse documento poderia sofrer alterações em curto, médio e longo prazo, visando ao diálogo, ao respeito pela ação educativa, aos conteúdos ministrados, à metodologia de trabalho, bem como à clareza e ao entendimento de todo o fazer pedagógico. Para que isso possa acontecer, seria de suma importância estabelecer a parceria entre a escola e a comunidade.

O Projeto Político Pedagógico (PPP), que compreende toda a Escola na qual ocorreu a pesquisa, foi elaborado por uma equipe formada em 2012, composta por professores, funcionários, alunos e pais.

Conforme disposto no Projeto Político Pedagógico em questão, observou-se que a biblioteca escolar é citada apenas no que diz respeito à infraestrutura. Porém, não são indicadas as atividades relacionadas ao currículo escolar, uma vez que o PNE propõe a implementação de bibliotecas escolares como forma de fomentar os resultados obtidos através de avaliações externas e internas, considerando a mesma como espaço de cooperação com a sala de aula no processo de ensino-aprendizagem no que se refere à transmissão dos conteúdos dos currículos vigentes.

Um fato que chama a atenção em relação ao PNE é que ele propõe implementação, mas não indica como essa exigência será cumprida. A exemplo disso, o Plano Nacional de Educação (2014), que envolve explicitamente a biblioteca e o bibliotecário, estabelece como metas e estratégias: “Institucionalizar e manter, em regime de colaboração, programa nacional de ampliação e reestruturação das escolas públicas, por meio da instalação de [...] bibliotecas” (PNE 2014, p.98).

Outro ponto observado no PPP foi que ele não fez menção às atividades culturais que poderiam ser desenvolvidas pela biblioteca. Dentre as atividades englobadas pela ação cultural, destacam-se a hora do conto, o teatro, a declamação de poesias, os concursos, as gincanas, a música, a contação de histórias, as oficinas, etc.

Como difusão cultural, o PNLL destaca a biblioteca como um “[...] Dinâmico polo difusor de informação e cultura, centro de educação continuada, núcleo de lazer e entretenimento, estimulando a criação e a fruição dos mais diversificados bens artísticos-culturais [...] Promovendo a interação máxima entre os livros e esse universo que seduz as atuais gerações” (BRASIL, 2006, p. 22). Como dito anteriormente, o PNLL apresenta um destaque para a biblioteca, o que não significa que seja uma exigência a ser cumprida.

Em referência à atividade tecnológica no documento, esta também não é citada no PPP da escola, mas o PNLL evidencia a incorporação e o uso de tecnologias da informação e comunicação, com ênfase na “[...] formulação e aprimoramento de técnicas que visem a facilitar o acesso à informação e à produção do saber, incluindo capacitação continuada para melhor aproveitamento das tecnologias de informação e comunicação” (BRASIL, 2006, p. 21).

Ainda nesse sentido, conforme os PCN’s, Campello e Silva (2000) afirmam que o acesso e o uso eficaz da informação transformam a biblioteca da escola em um espaço privilegiado, onde o conhecimento, em seus portadores tradicionais (impressos), é oferecido ao lado das novas opções tecnológicas. Dessa forma, a biblioteca torna-se um espaço educativo que deve propiciar às pessoas a oportunidade de se prepararem para conviver na sociedade da informação, possibilitando uma educação continuada e autônoma.

Por fim, o PPP em análise não fez menção à Lei nº 12.244/2010, que dispõe sobre a universalização das bibliotecas nas instituições de ensino do país e sobre a função da Biblioteca Escolar e as atribuições do bibliotecário na escola.

Em relação à participação da bibliotecária e das professoras que nela atuam nota-se que estas não têm uma participação explícita no PPP da Escola. Segundo a Diretora da escola, o documento estava sendo revisto e atualizado, principalmente no que diz respeito à biblioteca. Chama atenção o fato de as professoras da biblioteca não fazerem parte da construção do PPP da escola, de não terem acesso a ele e de não o conhecerem.

Confirmando uma tendência já fartamente referendada em bibliografias sobre o tema, ficou assim caracterizado o distanciamento do bibliotecário escolar das discussões que atravessam o cotidiano da escola, sendo marcante sua ausência no que diz respeito ao conhecimento e sua inserção no projeto político-pedagógico da instituição. Sua participação torna-se muito importante, por esse documento configurar-se como o registro das questões que são pensadas para a escola e por ela, bem como por materializar a diversidade de diretrizes que são planejadas, conforme atesta Campello (2009, p. 99).

De acordo com o Regimento Escolar, percebeu-se que a Biblioteca Escolar é entendida como recurso pedagógico, pois está mencionada em uma seção específica, Seção III – Da Biblioteca do Capítulo II – dos trabalhos pedagógicos complementares:

Art. 45- A biblioteca terá finalidade de fornecer os elementos necessários à realização e enriquecimento dos trabalhos pedagógicos, trabalhos e consultas, pesquisas.

Art. 46- A organização e funcionamento da biblioteca estarão sujeitos às normas baixadas pela diretoria da escola.

Art. 47- O servidor responsável pelo funcionamento da biblioteca será o Professor do Ensino do Uso da Biblioteca e/ou o Assistente Técnico da Educação Básica e terá as funções inerentes ao seu cargo.

Art. 48- A biblioteca funcionará em horários paralelos aos do funcionamento dos turnos.

Art. 49- Todo o acervo da biblioteca será catalogado e registrado em livros próprio.

Art. 50- O empréstimo de obras da biblioteca será efetivado sob as seguintes condições:

I. O aluno ou servidor da escola terá direito à pesquisa na biblioteca e poderá retirar obras da mesma, se necessário for:

II. O prazo máximo para empréstimo de obra será de X dias, renováveis por igual período e sob controle do responsável pela biblioteca:

a) A data da devolução de obra, coincidindo com sábado, domingo ou feriado será feita no 1º dia útil subsequente de funcionamento da escola;

Aquele que não devolver em tempo hábil a obra tomada por empréstimo será aplicada a penalidade de X de suspensão de empréstimo, a contar da data da devolução. (REGIMENTO ESCOLAR, 2017, p.19)

Na perspectiva do Regimento Escolar, a biblioteca é mencionada em relação à finalidade, à organização, ao funcionamento, ao acervo e ao empréstimo. Ou seja, a biblioteca é entendida como recurso pedagógico. Outro aspecto a ser considerado nesse documento é a presença do professor do Ensino do uso da biblioteca e não o profissional bibliotecário. Segundo o regimento, esse professor deverá atender a comunidade escolar como um todo, em especial aos alunos do 1º ao 5º ano com uma aula semanal de 50 minutos.

Como dito anteriormente, não consta nenhuma referência clara às leis da educação e políticas públicas referentes à biblioteca escolar, caracterizando uma lacuna no projeto político pedagógico discorrer acerca da importância ou atuação da biblioteca no espaço escolar.

6.1.1 A biblioteca pesquisada

Nesta seção, consideraremos a Biblioteca Escolar pela perspectiva dos parâmetros para bibliotecas escolares, elaborado pelo GEBE (2010). Essa descrição ocorreu através de seis indicadores: Espaço físico, Acervo, Organização do acervo, Computadores com acesso internet, Serviços, Atividades e Pessoal.

6.1.1.1 Indicador Espaço Físico

No indicador “Espaço físico”, vê-se que a biblioteca está localizada dentro do espaço da escola, conforme observado na verificação *in loco*, no térreo, perto do pátio, das salas de aula e da sala dos professores e próxima da quadra poliesportiva. A biblioteca em análise está instalada em uma sala de aula, com área total de 50 m², responsável por abrigar todo o acervo de livros e todos os usuários. Além disso, possui uma mesa de trabalho, duas cadeiras e um computador com impressora de uso da bibliotecária e das professoras; consta também um arquivo, um armário e três mesas com total de doze cadeiras para uso dos alunos.

A Biblioteca pesquisada encontra-se dentro dos níveis básicos de acordo com os padrões indicados, em relação à área total. É importante destacar que, no se refere ao indicador “espaço físico” (GEBE, 2010), a biblioteca escolar é considerada nível básico se possuir de 50m² até 100m² de espaço físico acessível a todos os usuários e Nível Exemplar se o mesmo for acima de 300m².

No que se refere a assentos, conforme os padrões indicados, a biblioteca escolar deve possuir assentos para acomodar os usuários que irão transitar nesse espaço, seja para consultar os materiais, seja para realizar atividades. Assim, uma biblioteca no Nível Básico deve possuir assentos suficientes para acomodar simultaneamente uma classe inteira, além de usuários avulsos; no Nível Exemplar, esse espaço deve possuir assentos suficientes para acomodar simultaneamente uma classe inteira, usuários avulsos e grupos de alunos. Nenhum dos níveis aplica-se à biblioteca escolar desta pesquisa, pois, como mencionado anteriormente, a mesma possui apenas três mesas com total de doze cadeiras para uso dos alunos, corroborando para que as aulas para ensino e uso da biblioteca sejam ministradas em salas de aula comuns e não no espaço da biblioteca que, por ser muito limitado, não permite aos alunos se acomodarem como desejarem ou conforme a demanda de trabalho da PEUB ou das professoras. Isso reforça os dizeres de Campello (2010), no sentido de que a biblioteca

escolar pode ser entendida como um dispositivo informacional, desde que conte com um espaço físico exclusivo, suficiente para acomodar o acervo, os ambientes para serviços e atividades dos usuários.

Em relação ao acervo, este se encontra à altura dos alunos, permitindo livre acesso, porém, sem espaço entre as estantes para o manuseio dos livros. Não há, também, um espaço específico para a leitura infantil. Assim, o espaço para leitura, pesquisa e para leitura infantil é o mesmo dos demais usuários. Além disso, não há cabines e salas individuais para estudo e nem guarda volume e nem a existência de um quadro de mural específico, e quando necessário, é utilizado o quadro mural geral da escola.

Quanto aos ambientes para serviços técnicos e administrativos, considera-se o Nível Básico o espaço que possui: um balcão de atendimento, uma mesa, uma cadeira e um computador com acesso à Internet, para uso exclusivo do(s) funcionário(s); no Nível Exemplar: um balcão de atendimento e ambiente específico para atividades técnicas, com uma mesa, uma cadeira e um computador com acesso à Internet, para uso exclusivo de cada um dos funcionários. Diante do exposto, a Biblioteca em análise não atende a todas as exigências devido à falta de um balcão para atendimento e por não possuir computador com acesso à Internet destinado ao trabalho da bibliotecária e das demais funcionárias.

No que se refere às Condições de Iluminação, Ventilação, Limpeza, Estética, Acessibilidade e Segurança, há três opções de condições para cada um desses critérios, a saber: Boas, Médias e Ruins. Tem-se que a Biblioteca possui boas condições de iluminação, tanto natural, por o espaço ser claro, quanto artificial, por ter lâmpadas adequadas, refletindo de forma positiva na localização e conservação do acervo.

Quanto à ventilação, é considerada a primeira opção das condições, ou seja, boa. Possui quatro janelas com medidas amplas (2,87 x 1,30) deixando o espaço ventilado/arejado, mantendo-a dentro das condições aceitas, conforme a figura 1.

Figura 1 – Infraestrutura da biblioteca



Fonte: Arquivo pessoal.

No que diz respeito à limpeza, a condição é boa, pois a limpeza é diária e, quando necessário, feita mais de uma vez no intervalo dos turnos. A estética é considerada razoável, ou seja, não é muito apresentável devido à quantidade de material que a biblioteca abriga e pelo fato de o espaço ser muito reduzido.

Em relação às condições de acessibilidade, estas não são ideais, pois o espaço entre as estantes é muito estreito, considerado insuficiente aos alunos, visto que o espaço ideal seria aquele que permitisse o acesso ao cadeirante, o que tem sido praticamente quase impossível.

As condições de segurança da Biblioteca são consideradas boas, pois ela localiza-se no centro da escola, sem maiores riscos. De acordo com os critérios, há três opções de condições para cada um deles, sendo: boas (a construção deve prever extintores, prevenção contra incêndios, segurança para inundações, pisos adequados), médias e ruins.

Considerando as três opções: Funcional, Pouco funcional e Nada funcional sobre o *layout* (distribuição de espaços, mobiliário e equipamentos), o espaço em questão é pouco

funcional, haja vista que *o layout* da biblioteca não contemplava uma distribuição adequada tanto de espaços, quanto de mobiliário e de equipamentos.

6.1.1.2 Indicador Acervo

Quanto ao indicador Acervo, a Biblioteca possui um acervo de 7.000 livros total, incluindo livros literários, sendo a maior parte concentrada em livros didáticos em bom estado de conservação. O número de livros por aluno não era adequado, desconsiderando os livros didáticos e os materiais de referência. Lembrando que o livro didático é enviado ao aluno pelo Ministério da Educação através do Programa Nacional do Livro Didático – PNLD, não constituindo como acervo de biblioteca. Esse tipo de obra é de uso dos alunos em sala de aula e não é registrado como obra constituinte do catálogo da biblioteca.

Em relação ao acervo de periódicos, a Biblioteca não faz assinatura de revistas, sendo esse tipo de material renovado por meio de doações. Quanto a jornais, também não há assinaturas. O acervo possui quatro títulos de enciclopédia e oitenta dicionários, cinco volumes de almanaques, sendo três almanaques do Brasil e do Mundo, porém todos eles são desatualizados, com data de 2002. Além disso, não foram adquiridos mais almanaques. Segundo a bibliotecária, “não há muito interesse por parte dos alunos nestes materiais por causa de tecnologias como a Internet.”

No acervo da Biblioteca são praticamente inexistentes os materiais não impressos, tais como documentos sonoros, visuais e digitais. Por outro lado, dispõe de dois globos geográficos e um total de trinta e cinco mapas cartográficos variados, incluindo atlas geográficos escolar, mapas do mundo, mapas do Brasil, mapas estaduais e regionais, armazenados em um cone de plástico, permitindo livre acesso aos alunos e professores.

Ademais, o número de obras literárias e gibis são insuficientes. Ainda segundo a bibliotecária, é preciso adquirir novas obras literárias de acordo com a faixa etária e preferência dos alunos, pois esse material ficou desatualizado e danificado fisicamente, o que contribui para que os alunos percam o interesse e deixem de fazer o empréstimo de livros como gostariam. A procura por livros novos é grande e, em relação aos gibis, que também são muito procurados e por serem produzidos por material de fácil desgaste, acabam estragando rápido.

De acordo com os Parâmetros (GEBE, 2010), a biblioteca deve contar com acervo de livros compatível com o número de alunos, sendo no Nível Básico: a partir de um título por aluno e no Nível Exemplar: a partir de quatro títulos por aluno, não sendo necessário mais do

que cinco exemplares de cada título. A Biblioteca identifica-se com o Nível Básico, pois contempla dois títulos por aluno.

É válido observar que não há equilíbrio entre os assuntos e as séries ou a faixa etária dos alunos. Quanto à categoria frequência de utilização, observa-se que a Biblioteca escolar é muito usada pelos alunos e pouco usada pelos professores.

Quanto ao descarte de material, não existe uma política definida, mas sempre é procurado o melhor destino, sendo realizado de vez em quando por meio da doação de material para outras bibliotecas que queiram ou do envio para reciclagem.

A Biblioteca Escolar não conta com uma comissão de seleção do acervo. A categoria “Comissão de seleção de acervo” indica três possibilidades: Existe e se reúne regularmente, Existe e se reúne raramente e Não existe. No caso da biblioteca pesquisada, os pedidos são feitos pelos professores e/ou pela bibliotecária e PEUB diretamente para a Diretora. Nessa questão, a escola dispõe de projetos governamentais especificamente para aquisição de livros, como apontados anteriormente.

No momento da pesquisa, estes projetos já vigoravam há quatro anos. Ressalta-se que a Lei n.º 12.244/2010 define, no parágrafo único do segundo artigo, que deve existir, no mínimo, um título para cada aluno matriculado, sendo de responsabilidade de cada Sistema de Ensino ampliar o acervo.

6.1.1.3 Indicador Organização do Acervo

Quanto ao Indicador “Organização do acervo”, no que se refere ao tombamento/registro, a Biblioteca tem todo seu acervo tombado/registrado em livros de tombo por ordem de chegada à biblioteca. Na categoria tombamento/registro, tem-se: Todo o acervo é tombado/registrado ou parte do acervo é tombado/registrado ou o acervo não é tombado/registrado.

Conforme observado *in loco*, a biblioteca não usa nenhuma classificação para identificação do acervo. Geralmente, usa etiquetas entre as estantes indicando o tipo de material por assunto. Essa forma de identificar o acervo nem sempre atende aos alunos no momento de localizar o livro na estante, pois a obra, às vezes, encontra-se fora do lugar.

A organização do acervo permite que os materiais sejam encontrados com facilidade e rapidez. Para Campello (2010):

Uma boa biblioteca possui coleção selecionada em função dos interesses da comunidade a que serve. Não é um amontoado de livros recebidos por doação ou enviados por órgãos governamentais que, embora com a melhor das intenções, não conhecem a fundo as necessidades da escola. Ela deve ser organizada de forma a permitir que o livro ou material certo seja encontrado com facilidade e rapidez (CAMPELLO, 2010, p.14).

Quanto à informatização do catálogo, não há catálogo informatizado. Na categoria Informatização do catálogo, as opções são: Todo o acervo está inserido em catálogo informatizado ou parte do acervo está inserida em catálogo informatizado ou não há catálogo informatizado. De acordo com Campello (2010), O catálogo da biblioteca informatizado possibilita o acesso remoto a todos os itens do acervo; permite – além de recuperação por autor, título e assunto – recuperação por outros pontos de acesso.

6.1.1.4 Indicador Computadores com acesso a Internet.

Quanto ao indicador “Computadores com acesso à Internet”, os computadores conectados à Internet são usados em uma biblioteca como fonte de informação, complementando o acervo. O número de computadores classifica-se no Nível Básico se há pelo menos um computador ligado à internet para uso exclusivo de professores e alunos em atividades de ensino/aprendizagem; e no Nível Exemplar se computadores ligados à internet para uso exclusivo de professores e alunos em atividades de ensino-aprendizagem em número suficiente para uma classe inteira.

A Biblioteca Escolar conta somente com um computador para uso da bibliotecária e das PEUBs e não tem acesso à Internet. De acordo com informação obtida na etapa de observação *in loco*, os alunos e professores não têm acesso a computadores no espaço da biblioteca. Portanto, a Biblioteca não atende completamente os níveis indicados.

6.1.1.5 Indicador Serviços e Atividades

Em relação ao Indicador “Serviços e Atividades”, na Biblioteca há disponibilidade para consulta no local e para empréstimo domiciliar. Para as categorias Consulta no local e Empréstimo domiciliar, têm-se duas opções: Sim ou Não. Para a comunidade escolar, o acesso à Biblioteca é permitido e o empréstimo se dá pelo caderno em nome do aluno. Quanto à orientação individual à pesquisa são duas as opções: Tem ou Não tem. Nesse caso, ocorrerá somente quando solicitada pelo aluno. Na maioria das vezes, o professor já realizou as

orientações necessárias ao trabalho de pesquisa. Tem-se, também, a orientação coletiva à pesquisa proporcionada pela bibliotecária, porém é mais rara do que a individual.

Com relação à visita orientada, segundo informações da bibliotecária, é normalmente realizada no início do ano, mas não foi possível identificar na Biblioteca folheto/guia para orientação da atividade. Por outro lado, há atividades de incentivo à leitura e divulgação das novas aquisições, quando ocorrem, através de um expositor na própria biblioteca. A Biblioteca não se utilizava de boletim informativo como meio de comunicação, pois fazia uso do quadro de aviso da escola.

De acordo com o Indicador Serviços e Atividades, uma biblioteca oferece serviços regularmente no Nível Básico quando disponibiliza consulta no local, empréstimo domiciliar, atividades de incentivo à leitura e orientação à pesquisa; no Nível Exemplar, quando oferece consulta no local, empréstimo domiciliar, atividades de incentivo à leitura e orientação à pesquisa, além de serviço de divulgação de novas aquisições, exposições e serviços específicos para os professores, tais como levantamento bibliográfico e boletim de alerta. Em relação a esse indicador, a Biblioteca classificou-se no Nível Básico.

De acordo com o Manifesto IFLA¹¹UNESCO¹² para biblioteca escolar (2006), a biblioteca escolar deveria oferecer serviços de apoio à aprendizagem, disponibilizando livros e outros recursos informacionais aos membros da comunidade escolar, possibilitando-lhes tornarem-se pessoas críticas e usuários competentes de informações em todos os formatos e meios.

6.1.1.6 Indicador Pessoal

Para o indicador “Pessoal”, quanto ao nível de formação do responsável e número de funcionário por turno, a Biblioteca fica sob a responsabilidade de duas professoras no turno da manhã, sendo que uma delas tem formação em Magistério Superior e exerce a função de Professora para o Ensino e o Uso da Biblioteca – PUEB. A outra, com formação em Pedagogia, encontrava-se em desvio de função devido a problemas de saúde. No turno da tarde, a Biblioteca está sob a responsabilidade de uma profissional bibliotecária, que atende as turmas dos anos iniciais do Ensino Fundamental. Esta última ocupava a vaga por designação.

¹¹ IFLA - International Federation of Library of Associations

¹² UNESCO - United Nations Educational, Scientific and Cultural Organization

Portanto, notou-se que a profissional com o nível de formação adequado seria apenas aquela do turno vespertino, pois no turno da manhã atuavam duas professoras em desvio de função.

É importante destacar que, assim sendo a Biblioteca encontra-se sob a responsabilidade do profissional para o Ensino e Uso da Biblioteca (PEUB). A Resolução SEE N° 2.741, de 20 de janeiro de 2015, estabelece normas para a organização do Quadro de Pessoal das Escolas Estaduais e a designação para o exercício da função pública na rede estadual de educação básica, conforme artigo 14:

Art. 14 O Professor para o Ensino e Uso da Biblioteca cumprirá a jornada de trabalho prevista nos incisos I e II do artigo 12 desta Resolução para o exercício da docência, diretamente no atendimento aos alunos, realizando atividades de intervenção pedagógica na biblioteca, orientando quanto a sua utilização para a realização de consultas e pesquisas, bem como desenvolvendo estratégias de incentivo ao hábito e ao gosto pela leitura. (MINAS GERAIS, 2015, p.5).

De acordo com o Indicador Pessoal, uma biblioteca deve contar com bibliotecário responsável e funcionários para atendimento aos usuários em todos os turnos em que a escola está aberta. No Nível Básico: um bibliotecário supervisor, responsável por um grupo de bibliotecas (nos casos em que a biblioteca faz parte de um sistema/rede que reúne várias bibliotecas), além de pessoal auxiliar em cada uma das bibliotecas, em cada turno; no Nível Exemplar: um bibliotecário responsável pela biblioteca e pessoal auxiliar em cada turno, de acordo com o número de alunos da escola. Nesse entendimento, pode-se afirmar que a Biblioteca se situava no Nível Básico.

É importante ressaltar que, de acordo com a Lei 4.084, “o exercício da profissão de Bibliotecário, em qualquer de seus ramos, só será permitido: a) aos Bacharéis em Biblioteconomia, portadores de diplomas expedidos por Escolas de Biblioteconomia de nível superior, oficiais, equiparadas, ou oficialmente reconhecidas” (BRASIL, Art. 2º da lei 4.084, de 30 de junho de 1962). No entanto, tendo em vista que as escolas públicas estaduais brasileiras não têm oferta desse cargo, como dito anteriormente quem atua na biblioteca escolar é o PEB – Professor de Educação Básica.

6.2 Percepção dos alunos em relação à BE

A percepção dos alunos em relação à BE foi obtida a partir de questionário disponível no anexo III. Para a aplicação do questionário, inicialmente foi realizado o contato com a

bibliotecária e demais funcionárias da biblioteca. Desse contato resultou o cronograma da aplicação dos questionários para as quinze turmas do Ensino Fundamental (1º ao 5º). A aplicação aconteceu nas salas de aula e por turma, respeitando o horário de aula que deveria ter ocorrido na biblioteca. Essa configuração ocorreu devido ao fato de a biblioteca não oferecer espaço, mesas e assentos suficientes para a realização da atividade.

O questionário foi entregue e respondido pelos duzentos e oitenta e sete alunos do 1º ao 5º ano presentes na escola, em suas respectivas turmas.

Na sequência, analisamos os resultados do questionário à luz das categorias utilizadas na pesquisa: Perfil dos alunos; Infraestrutura da biblioteca escolar; Frequência de uso da biblioteca escolar; Atividades realizadas na ou pela biblioteca escolar, Localização do acervo/Leitura; além do item: “Opinião sobre a biblioteca escolar”; que forneceu informações suplementares sobre o tema em questão. Em seguida, apresentamos o perfil dos alunos.

6.2.1 Perfil dos alunos

Inicialmente, foi verificado quanto ao perfil dos alunos pesquisados: sexo, escolaridade e idade, visando a uma melhor compreensão da relação entre esses indicadores. Dos 297 alunos que responderam a pesquisa, 53% são do sexo masculino, ou seja, 157 alunos; os outros 140 alunos são do sexo feminino. Conforme exposto na Tabela 1, que relaciona a faixa etária com o ano de escolarização, observou-se que os alunos do 1º ano, com seis anos de idade, que é a faixa etária esperada para essa etapa de escolarização, correspondem a 62%. Já nos anos seguintes, menos de 40% dos alunos estão nas etapas correspondentes à sua faixa etária. Espera-se que a criança inicie o 1ª ano do Ensino Fundamental aos seis anos de idade e termine aos dez anos, no 5º ano.

Tabela 1 – idade em relação à série

Ano Idade	1º Ano		2º Ano		3º Ano		4º Ano		5º Ano	
	N	%	N	%	N	%	N	%	N	%
6	35	62,5	0	0,0	0	0,0	0	0,0	0	0,0
7	17	30,4	19	38,0	0	0,0	0	0,0	0	0,0
8	2	3,6	15	30	17	30,4	0	0,0	0	0,0
9	0	0,0	0	0,0	27	48,2	27	40,3	0	0,0
10	0	0,0	0	0,0	1	1,8	35	52,2	23	33,8
11	0	0,0	0	0,0	0	0,0	1	1,5	41	60,3
12	0	0,0	0	0,0	0	0,0	0	0,0	2	2,9
NR	2	3,6	16	32,0	11	19,6	4	6,0	2	2,9

*NR = Não respondeu

Fonte: Dados da pesquisa

6.2.2 Infraestrutura da Biblioteca Escolar

Quanto ao horário de atendimento, a maioria dos alunos, cerca de noventa e três por cento (93%), consideraram o horário de funcionamento da biblioteca adequado, enquanto seis por cento (6%) não consideraram o horário adequado, e um por cento (1%) não respondeu.

Destacamos que a biblioteca pesquisada funciona durante o período da manhã e da tarde, porém, as aulas para o Ensino do Uso da Biblioteca são exclusivas para os alunos do 1º ao 5º ano. O turno da tarde não contemplava o turno da manhã (6º ao 9º). Essas aulas deveriam ser dadas na biblioteca, mas aconteciam em sala de aula devido à falta de espaço na biblioteca para acomodar todos os alunos, ficando a Biblioteca fechada parte do tempo. Andrade (2002) considera como fator importante que as bibliotecas funcionem em horário integral com a presença do bibliotecário.

Pode-se perceber pelo gráfico 1 a seguir, que 77% dos participantes (228 alunos) consideraram o espaço da Biblioteca agradável e atraente, enquanto 21% (64 alunos) apresentaram opinião contrária, e apenas 2%, ou seja, cinco alunos, não responderam a essa pergunta.

Ademais, cerca de 63% dos respondentes (186 alunos) consideravam o ambiente da Biblioteca calmo e tranquilo; 34% (cerca de 101 alunos) responderam não e apenas 3%, o que corresponde a 10 alunos, não emitiram opinião.

Os alunos relataram uma insatisfação em relação ao ambiente da BE devido ao barulho provocado na quadra poliesportiva que está situada ao lado da biblioteca. Certamente,

isso influencia na forma como eles desenvolviam atividades no espaço e possivelmente interfere nos processos de leitura e aprendizagem.

Gráfico 1 - Opinião dos alunos sobre o espaço da BE

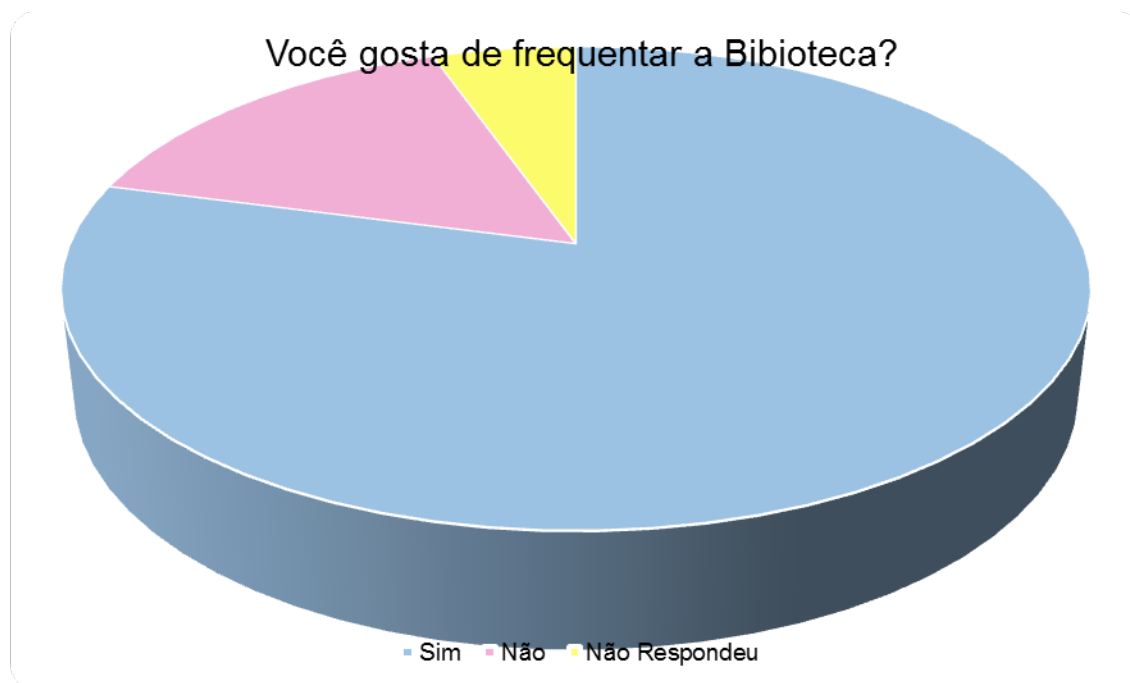


Fonte: Dados da pesquisa

6.2.3 Frequência de uso da BE

Constata-se que 79% dos participantes (226 alunos) gostam de frequentar a Biblioteca escolar, conforme apresentado no gráfico 2, o que foi reforçado durante a entrevista à bibliotecária quando esta afirmou: “Destaca-se ainda o fato de que, no horário de recreio, o movimento é intenso devido à procura pelos alunos.” (Bibliotecária).

É interessante observar o quanto as crianças gostavam de frequentar a Biblioteca. Durante as visitas à biblioteca, foi possível observar essa aproximação dos alunos com o espaço. Alguns adentravam a biblioteca por curiosidade, outros gostavam de escolher um livro e ficar lendo ali mesmo, enquanto outros chegavam perguntando que dia teria aula de biblioteca ou se já havia chegado livros novos.

Gráfico 2 – Você gosta de frequentar a biblioteca?

Fonte: Dados da pesquisa

Quando indagados sobre a frequência com que iam à Biblioteca, 80% (237 estudantes) afirmaram ir uma ou duas vezes por semana, como se pode verificar no gráfico 3. Cabe salientar que esses alunos tinham uma aula (50 minutos) semanal de biblioteca, porém essas aulas aconteciam no espaço da sala de aula.

Percebi, por meio dos registros de empréstimo de livros e do movimento dos alunos em intervalos de aula e na hora do recreio, que os discentes do Ensino Fundamental I frequentam mais a biblioteca do que os alunos do Ensino Fundamental II.

Gráfico 3 – Com que frequência você costuma usar a biblioteca escolar?

Fonte: Elaborado pela autora

Ao serem questionados sobre a frequência com que os professores levam a turma para fazer alguma atividade na biblioteca, 89% dos respondentes (265 alunos) afirmaram que seus professores não os levavam à biblioteca, como mostra o gráfico 4. Apenas 4%, ou 3 alunos, responderam que os professores levam a turma para fazer algumas atividades na biblioteca. Um aluno respondeu que a atividade proposta pela professora foi a de realizar ficha de leitura, outro aluno afirmou que foi o conto da história do livro e o último, a ilustração do livro. Esses dados contrariam o exposto por Corrêa *et. al.* (2002) para o qual professor e bibliotecário devem trabalhar juntos na elaboração do programa educativo a ser utilizado nas aulas, tornando a biblioteca uma extensão das atividades de classe (CORRÊA *et al.*, 2002).

O Manifesto da UNESCO (IFLA, 2000, p. 2) reafirma que professores e bibliotecários, “ao trabalharem em conjunto, influenciam o desempenho dos estudantes para o alcance de maior nível de literacia¹³ na leitura e escrita, aprendizagem, resolução de problemas, uso da informação e das tecnologias de comunicação e informação”. O trabalho em equipe desses profissionais torna-se necessário e fundamental, para influenciar a aprendizagem de forma positiva (CAMPELLO, 2012).

¹³ Literacia - Capacidade de ler e escrever; alfabetismo.

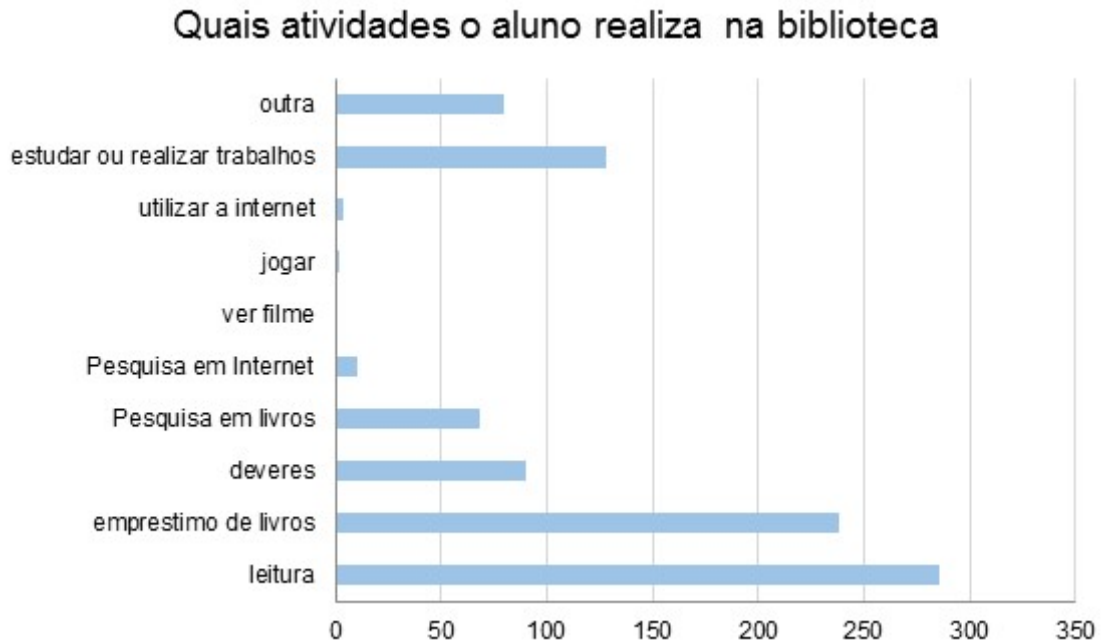
Gráfico 4 – Seu professor o leva para fazer atividades na biblioteca?

Fonte: Dados da pesquisa

6.2.4 Atividades realizadas na/ou pela BE

As principais atividades que os alunos disseram executar na Biblioteca foram ler, realizar empréstimos de livros e estudar/realizar trabalhos conforme indicado no gráfico 5. Destaca-se que, em relação ao acesso à Internet, embora a Biblioteca não disponibilize esse serviço, ele aparece duas vezes nas opções de atividades desenvolvidas pelos alunos na BE, o que possivelmente possa ser explicado pelo uso corrente da Internet por meio de celulares.

Segundo as PEUBs, tais atividades como empréstimo, referência e orientação quanto ao uso da biblioteca são necessárias, mas é preciso inserir outras além das tradicionais. Para que isso ocorra, Andrade (2002) tem mostrado a importância da realização de um trabalho conjunto entre professores, equipe pedagógica, bibliotecário e/ou quem atua no espaço da biblioteca escolar, levando em consideração o currículo escolar e as fontes informacionais, de forma a desenvolver um planejamento que contemple as atividades da biblioteca aliada ao currículo escolar. Programas de uso de biblioteca e de outras fontes informacionais podem fazer a diferença na aprendizagem dos alunos.

Gráfico 5 – Atividades realizadas na biblioteca

Fonte: Dados da pesquisa

6.2.4.1 Leitura na Biblioteca

Os alunos, em geral, realizavam atividades de leitura na Biblioteca, sendo algumas turmas com maior frequência, conforme aponta o gráfico 6.

Outro aspecto pesquisado e que também guarda relação com o disposto nos Parâmetros Curriculares Nacionais de Língua Portuguesa, refere-se à biblioteca escolar como a primeira das condições favoráveis para a formação de bons leitores. Campello e Silva (2000) consideram-na fundamental para o trabalho com a leitura.

Um dos desafios elencados pela bibliotecária e professores da biblioteca foi a falta do hábito da leitura entre os alunos. Ressalta-se que a biblioteca tem papel fundamental na formação do leitor, mas a leitura deve ser estimulada pelos professores de todas as disciplinas, em um trabalho conjunto com os bibliotecários e a biblioteca escolar. Nesse sentido, a Biblioteca tem como função estimular o gosto pela leitura, principalmente nas séries iniciais do Ensino Fundamental, visto que, para muitas crianças, essa prática só se inicia dentro da escola, além de conduzir outras etapas de aprendizagem.

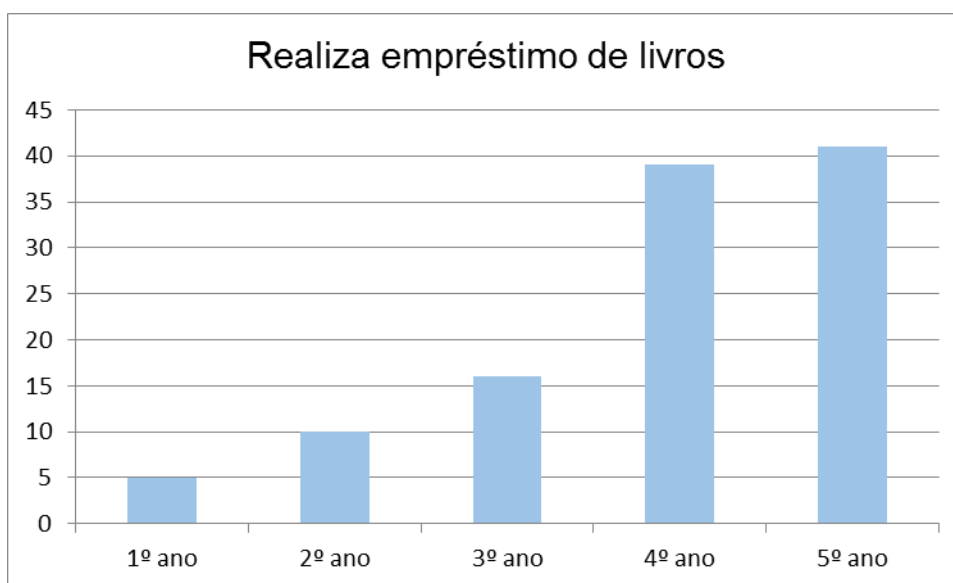
Gráfico 6 – Leitura na Biblioteca

Fonte: Dados da pesquisa

6.2.4.2 Empréstimo de livros por ano de escolarização

Em relação ao empréstimo de livros, conforme apresentado no gráfico 7, ele é realizado para alunos de todas as turmas, mas os alunos do 4º e 5º ano foram os que mais utilizaram. Esse empréstimo é feito de forma manual, em um caderno, à medida que solicitado pelos alunos e por sua livre escolha, por um período de sete dias, podendo ser renovado por igual período. O número de livro que pode ser retirado pelo aluno é de um por vez.

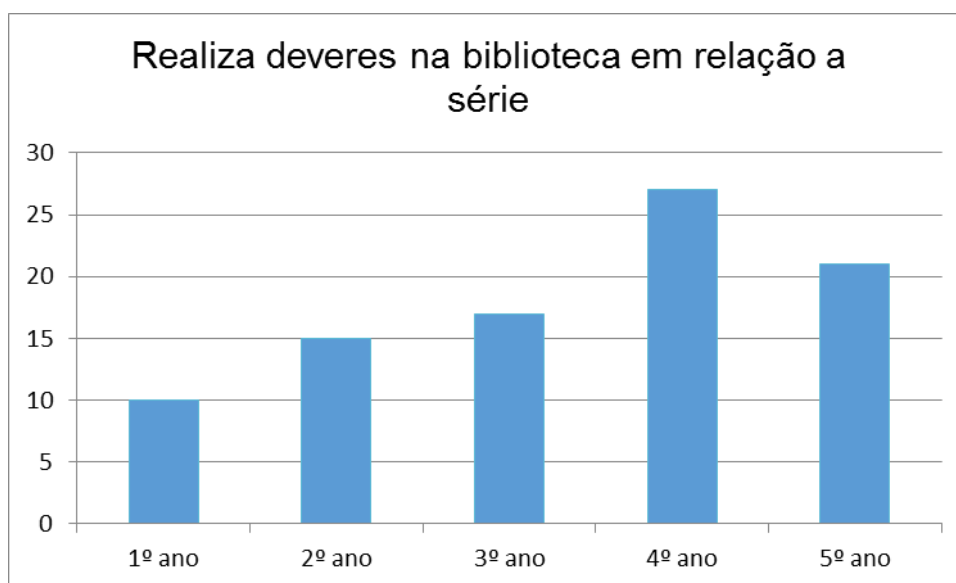
Acrescenta-se, conforme o relato da bibliotecária, que o acervo no segmento literatura infanto-juvenil, dedicado exclusivamente às crianças, era insuficiente e pouco diversificado. É interessante observar que essa prática não coincide com as orientações dos PCN's (1997), pois os mesmos recomendam que “na biblioteca escolar é necessário que sejam colocados à disposição dos alunos textos dos mais variados gêneros, respeitados os seus portadores: livros de contos, romances, poesia, enciclopédias e dicionários [...]” (BRASIL, 1997, v.2, p. 92).

Gráfico 7 – Empréstimo de livros por ano de escolarização

Fonte: Dados da pesquisa

6.2.4.3 Realiza deveres na biblioteca em relação ao ano de escolarização

Ao indagar os alunos sobre a utilização do espaço da Biblioteca para a realização de deveres escolares, boa parte deles realiza tal prática, conforme apontado no gráfico 8. Observa-se que os alunos do 4º e do 5º ano são os que mais se utilizam da biblioteca para esse fim. A bibliotecária e as professoras de Biblioteca, no entanto, afirmaram que isso só ocorre quando solicitado pelos professores, do contrário, a maioria dos alunos realizam as atividades em casa.

Gráfico 8 – Realiza deveres na biblioteca em relação ao ano

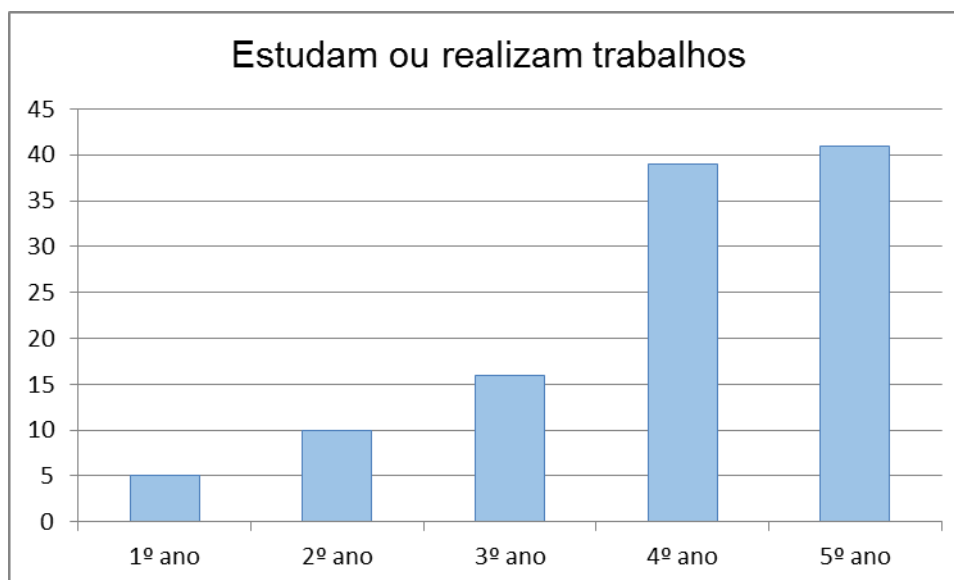
Fonte: Dados da pesquisa

6.2.4.4 Estudam ou realizam trabalhos em relação ao ano de escolarização

Os alunos do 4º e 5º ano se destacam em relação a estudar ou realizar trabalhos na Biblioteca, como se observa no gráfico 9. Os alunos do 1º ano são os que menos realizam esse tipo de atividade na Biblioteca. Ao se questionar a bibliotecária quanto à motivação de tal fato, ela informou que em algumas turmas os professores regentes solicitam atividades específicas em relação ao conteúdo ministrado em sala de aula.

A literatura sobre a biblioteca escolar vem sinalizando a importância do envolvimento e participação dos professores junto ao trabalho realizado pelo bibliotecário e demais agentes que atuam nesse espaço. No exemplo anterior, referente a “estudar ou fazer algum trabalho na biblioteca,” mais uma vez, fica nítida a importância da participação dos professores regentes no sentido de incentivar seus alunos a usarem mais o espaço da biblioteca. E, para que isso aconteça, é preciso que o docente frequente a biblioteca, conheça o acervo disponível e incentive seus alunos a participarem desse espaço.

A interação da biblioteca com a escola e do bibliotecário com o professor é considerada o maior desafio para que o letramento informacional seja de fato efetivado na educação básica como ferramenta de acesso à informação, capacitando o indivíduo para localizar, selecionar, acessar, organizar e usar informação. (GASQUE E TESCAROLO, 2010).

Gráfico 9 – Estudam ou realizam trabalhos na biblioteca

Fonte: Dados da pesquisa

6.2.4.5 Realiza pesquisa em livros em relação ao ano de escolarização

Novamente os alunos do 4º e 5º ano se destacam em relação à utilização da biblioteca para pesquisas no acervo, enquanto os alunos do 1º ao 3º ano o fazem, porém de forma menos frequente, conforme aponta o gráfico 10.

É importante ressaltar que a Biblioteca não oferece outro tipo de acervo que não o material impresso, em sua maioria, livros didáticos, pois há uma carência de material impresso específico para a pesquisa. Além dos livros didáticos, possui algumas enciclopédias e dicionários. Como já constatado na pesquisa, a Biblioteca não dispõe de computadores com acesso à Internet para uso dos alunos. As PEUBs deixaram explícito o interesse e a necessidade de eles terem acesso à internet na Biblioteca para fazerem suas pesquisas e obterem acesso à informação.

Diante do exposto, fica evidente a necessidade da biblioteca escolar repensar seu papel em relação às mudanças tecnológicas, visto que livros digitais e outras fontes de informação vêm se tornando importante recurso para os alunos. Nesse sentido, Campello (2000) considera importante que a biblioteca escolar ofereça materiais tradicionais (impressos), ao lado das novas opções tecnológicas, pois, na concepção atual, a biblioteca é um espaço educativo que deve oferecer às pessoas oportunidade de conviverem na sociedade da informação, possibilitando uma educação continuada e autônoma.

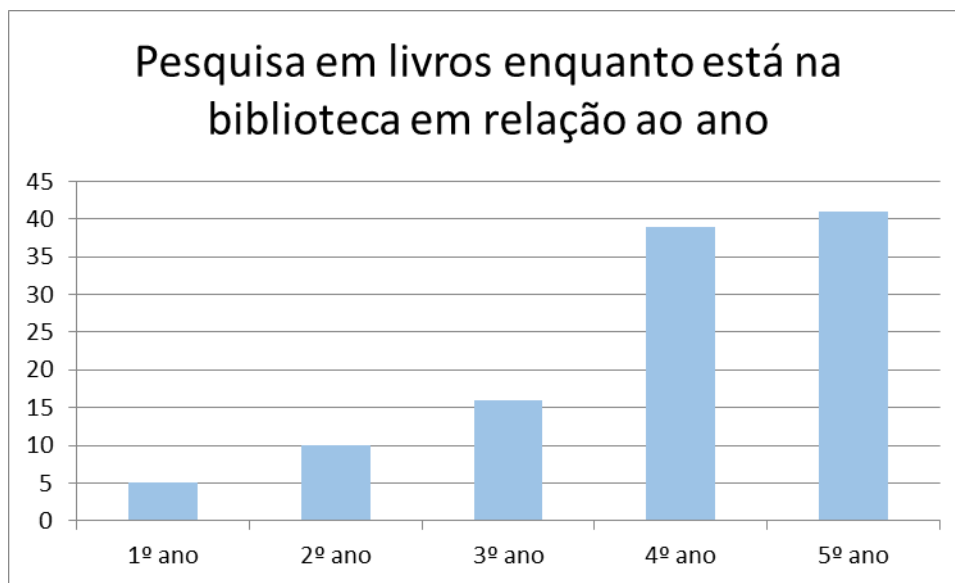
No que se refere à pesquisa escolar, independentemente do tipo de material e acesso, o bibliotecário deve auxiliar o aluno a pesquisar, mas cabe ao professor fornecer sempre um roteiro de pesquisa e conhecer o acervo da biblioteca.

Em relação a isso, as Diretrizes Curriculares Nacionais (DCN) apontam a importância da atividade de pesquisa para o desenvolvimento educacional ético-social do educando, inserindo o auxílio da pesquisa para sua participação social:

A pesquisa, associada ao desenvolvimento de projetos contextualizados e interdisciplinares/articuladores de saberes, ganha, ganha maior significado para os estudantes. Se a pesquisa e os projetos objetivarem, também, conhecimentos para atuação da comunidade, terão maior relevância, além de seu forte sentido ético-social. [...] A pesquisa, como princípio pedagógico, pode, assim, propiciar a participação do estudante tanto na prática pedagógica quanto colaborar para o relacionamento entre a escola e a comunidade (BRASIL, 2013, p. 164).

A Biblioteca está inserida no contexto educacional, tendo como um dos seus objetivos não só despertar o gosto pela leitura, mas o apoio à pesquisa escolar voltada para a formação do cidadão.

Gráfico 10 – Pesquisa em livros enquanto está na biblioteca em relação ao ano



Fonte: Dados da pesquisa

6.2.4.6 Opinião dos alunos sobre as atividades culturais

A maioria dos alunos desconhece as atividades culturais realizadas pela Biblioteca,

entendendo que as atividades oferecidas pela biblioteca não contemplam atividades culturais. Muitos deles relataram quais as atividades culturais que eles gostariam que a biblioteca oferecesse, entre elas: teatro, filmes, danças, oficinas de pintura e gincanas. Considerando que o incentivo à leitura e às práticas culturais e artísticas contribui para a formação social e promovem cidadania, Campello, Moura (1999) reiteram que

[...] é necessário compreender que na ação cultural não existe um fim especificado e as pessoas devem ser sujeito e não objeto no processo de construção cultural. Na animação cultural, por sua vez, o agente (bibliotecário, por exemplo) é o sujeito do processo e as outras pessoas são meros objetos. Nem sempre a formação acadêmica é suficiente para suprir as necessidades que o bibliotecário encontra ao trabalhar com ação cultural. Cabe a ele, também, se atualizar, buscar embasamentos teóricos em outros campos do conhecimento como educação, belas artes e comunicação. O importante é que ele seja também o mediador, e não apenas transmissor, nas atividades culturais desenvolvidas pela biblioteca. Dentre as atividades englobadas pela ação cultural podemos destacar: hora do conto, teatro, declamação de poesias, concursos, gincanas, musica, contação de histórias, oficinas e tantas outras que a criatividade do bibliotecário possa ser capaz de desenvolver, tendo-se sempre em mente a necessidade de fazer o elo entre estas atividades e o acervo da biblioteca. É preciso remeter, sempre que possível, o usuário para o desenvolvimento do processo da leitura, que é um dos grandes entraves para o aprimoramento de nossa sociedade (CAMPELLO, MOURA 1999, p.192).

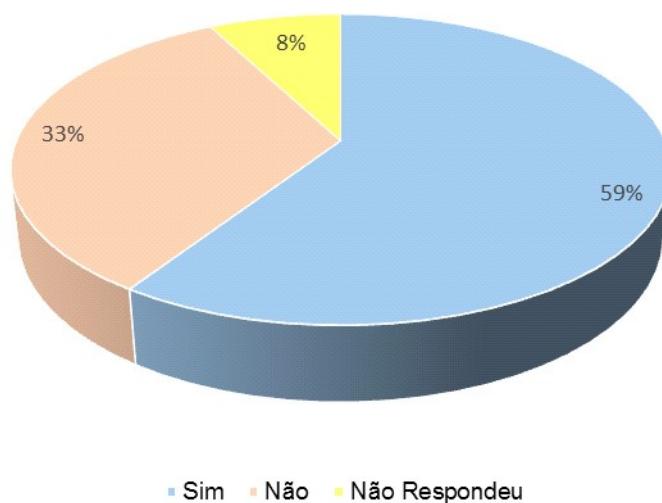
A percepção dos alunos sobre o não oferecimento de atividades culturais foi confirmada pela bibliotecária e pelas professoras da Biblioteca. Segundo elas, seria necessária a realização de cursos e a atualização profissional, para que estas pudessem desenvolver outras atividades além daquelas que já eram oferecidas. Nesse sentido, os autores mencionados anteriormente são pontuais ao afirmarem que nem sempre a formação acadêmica é suficiente para suprir as necessidades que o bibliotecário encontra ao trabalhar com ação cultural. Cabe a ele, também, se atualizar e buscar embasamentos teóricos em outros campos do conhecimento como educação, belas artes e comunicação.

6.2.4.7 É fácil encontrar os documentos de que você precisa na Biblioteca

Pode-se notar, com base nos dados apresentados no gráfico 11, que 59%, cerca de 176 alunos, consideraram que era fácil encontrar os livros que buscavam na Biblioteca, 33%, o que corresponde a 98 estudantes, não consideravam fácil, enquanto 8%, ou 23 alunos, não responderam.

Gráfico 11 – É fácil encontrar os documentos de que você precisa na biblioteca?

É fácil encontrar os documentos que você precisa na biblioteca



Fonte: Dados da pesquisa

Indagados sobre o fato de não encontrarem os livros/documentos de que precisavam na biblioteca, foram obtidas as seguintes respostas:

Aluno 2: “É preciso especificar melhor o tipo de material e ter espaço para guardar os livros.”

Aluno 3: “Porque tem muito livro e tem que procurar muito e derrubar muitos livros para achar”

Aluna 4: “Porque são muitos livros e fica escondidos e é mais ou menos bagunçado”

Aluna 5: “Porque fica tudo baralhado e eu não sei olhar os tipos de livros que têm.”

Aluno 6: “Porque os livros fica muito misturado precisa organizar primeiro”
(DADOS DA PESQUISA)

Pode-se notar que a falta de organização da biblioteca em relação ao acervo era o que mais afetava os alunos. Eles, de uma maneira geral, responderam que os livros não ficavam no lugar que deveriam, que o espaço para deixar materiais pessoais era insuficiente e que faltavam placas de sinalização para a organização dos livros nas estantes de acordo com o assunto.

Diante das constatações, é importante salientar que, para cada perfil de biblioteca, é necessário usar classificação e organização específica do acervo de forma eficaz e que seja compreensível pelo usuário. Em se tratando da biblioteca escolar, não é diferente, pois não basta apenas usar códigos de linguagem, uma vez que é preciso haver uma organização adequada no sentido de atender às necessidades dos alunos na localização da informação.

Nesse sentido, a quarta lei de Ranganathan alerta: poupe o tempo do leitor

(RANGANATHAN, 2009). Este princípio simplifica as linguagens documentárias em benefício dos leitores, visando diminuir o tempo para encontrar a informação desejada. Por isso, quando se trata de organização de livros para os usuários de nível infantil e juvenil, é necessária uma maior atenção, de modo que as linguagens utilizadas no acervo sejam acessíveis e compatíveis com o desenvolvimento e o interesse desse público. A classificação infanto-juvenil geralmente difere da usada nos acervos para adultos, devido à necessidade de os leitores compreenderem a ordenação dos livros nas bibliotecas. Utilizar uma organização e classificação que seja compatível com público infanto-juvenil tem a finalidade de promover a autonomia dos usuários na localização de obras de seu interesse, facilitar a guarda e a localização de livros, além de estimular a educação do usuário, possibilitando a difusão de livros pouco conhecidos.

6.2.4.8 Quais atividades o aluno realiza após a leitura?

De acordo com o gráfico 12, podemos notar que os alunos do 1º ao 4º ano, de uma maneira geral, fazem a atividade “ilustração do livro, e os alunos do 5º ano, além de ilustrar o livro também fazem a atividade “reconto do livro” com maior frequência.

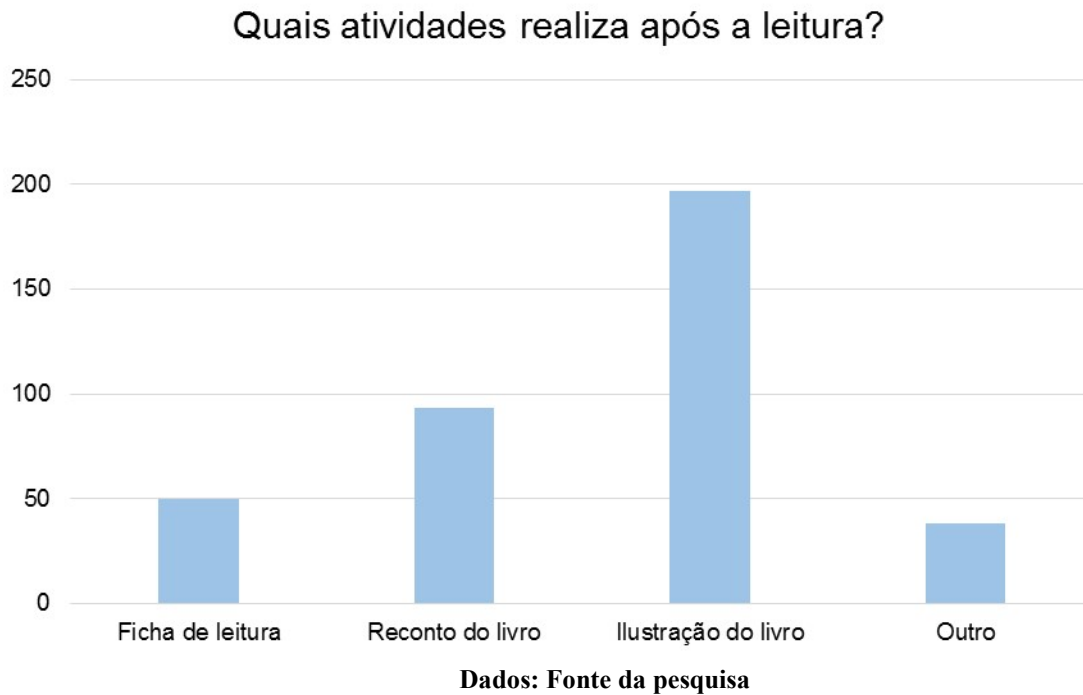
Foi praticamente consenso entre os alunos pesquisados de que a “ilustração do livro” foi a atividade que eles mais realizavam após a leitura, seguido do reconto e da ficha de leitura. A bibliotecária relatou que gostaria de fazer um atendimento individualizado com os alunos, conversar sobre a história lida, tecer indagações e comentários sobre o texto, saber se houve entendimento, se gostaram ou não da história, porém, isso não é possível devido ao grande número de turmas e alunos:

No período da tarde, eu atendo todos os alunos do 1º ao 5º ano, são 15 (quinze turmas) no total de 317 alunos. Durante esse turno, trabalho sozinha. Além desses atendimentos, ainda atendo as outras necessidades da comunidade escolar. Por isso, não consigo fazer um trabalho diferenciado. (Bibliotecária)

Destaca-se, no entanto, que a Biblioteca pode e deve desenvolver um trabalho de incentivo à leitura, incluindo a literatura no cotidiano dos alunos como apontam os Parâmetros Curriculares Nacionais, e contemplando atividades diversificadas em um mesmo espaço. Pode, ainda, desenvolver um trabalho de inclusão da literatura aliado ao currículo, nas séries iniciais do Ensino Fundamental, momento em que as crianças mostram interesse em conhecer novas histórias e conviver com os personagens por semanas. Segundo Zilberman

(1993) e Silva, (1991), por meio da literatura a criança vive, revive, conta história de novo para si mesma. Nesse movimento, vai desenvolvendo a imaginação e o próprio discurso.

Gráfico 12 – Quais atividades o aluno realiza após a leitura?



6.2.4.9 Percepção dos alunos sobre a BE

Usamos a análise de conteúdo de nuvens de palavra (NP)¹⁴, para sabermos o que os estudantes pensam sobre a Biblioteca. A nuvem de palavras foi organizada a partir de três perguntas e respostas sobre a Biblioteca na percepção dos alunos: 1) A biblioteca seria melhor se; 2) Usaria mais a biblioteca se. 3) A melhor coisa da biblioteca é. Segue a representação das respostas dos alunos:

¹⁴ Word cloud - Nuvens de palavras (NP): são imagens que representam frequência de termos em textos.

Figura 2 – A biblioteca seria melhor se tivesse



Fonte: Elaborado pela autora

Pela análise de conteúdo de nuvens de palavras nas respostas da figura 2, pode-se notar que a Biblioteca seria melhor se tivesse uma infraestrutura mais adequada (com mais espaço, mais mesas e cadeiras, mais estantes); se oferecesse mais livros novos, de acordo com as preferências do público infanto-juvenil e se houvesse mais organização do acervo. Além disso, se pudesse oferecer outras atividades como jogos, brincadeiras, teatro, desenhos, acesso a computadores ligados à Internet e se houvesse a colaboração dos colegas para manter o silêncio. E, por fim, se tivessem aulas na biblioteca mais de uma vez por semana.

Figura 3 – Usaria mais a biblioteca escolar se



Fonte: Elaborado pela autora

Pelas respostas mostradas na figura 3, pode-se notar que os alunos usariam mais a Biblioteca se ela fosse mais equipada (oferecesse televisão nova, computadores com acesso à Internet, tivesse mais livros novos e que estes fossem diversificados, incluindo histórias em quadrinhos), mais espaço e silêncio. Na opinião deles, seria bom se pudessem utilizar a Biblioteca com mais frequência e em atividades geridas por professores.

Conforme as respostas obtidas, pode-se notar que as melhores coisas da biblioteca na percepção dos alunos são: o funcionamento diário, o acesso aos livros, as histórias em quadrinhos, a oportunidade de ler e escutar história, assim como a professora da biblioteca.

Acrescenta-se que, durante a pesquisa na escola, realizada no período da tarde com os alunos do 1º ao 5º ano, foi perceptível o respeito e o carinho pela bibliotecária. Eles não esperavam ela chegar até as salas para as aulas de biblioteca, eles iam até ela todos os dias no seu espaço de trabalho.

Figura 4 – A melhor coisa da biblioteca escolar é



Fonte: Elaborado pela autora.

Uma vez verificado em que condição usaria mais a biblioteca, foi questionado aos alunos, também, qual seria a melhor coisa da Biblioteca como mostrado na figura 4. Os livros foram a primeira opção, na sequência aparece a leitura, ou seja, usar o espaço da Biblioteca para realizarem leituras, assim como as histórias em quadrinhos. Estas últimas eram procuradas e manuseadas diariamente no horário do intervalo, pois esse tipo de material só era disponibilizado para leitura na biblioteca.

Sinalizou-se, também, a importância que os alunos davam à professora, bem como o valor das atividades desenvolvidas na Biblioteca, tais como: escutar histórias, ilustrar o livro, realizar leituras e brincadeiras e, por fim, o fato de que a biblioteca ficava aberta todos os dias.

Foi possível perceber que, diante de tantas demandas dos alunos por acervos atualizados, equipamentos, acesso à Internet, atividades culturais, organização do acervo e envolvimento dos demais professores de sala aula com a Biblioteca, eles frequentam o espaço da Biblioteca por gosto e prazer.

6.3 Discussão das entrevistas

Foram realizadas entrevistas com a bibliotecária e com duas professoras de ensino e uso da Biblioteca (PEUB). As entrevistas serviram para colher informações a respeito do funcionamento da Biblioteca e, mais especificamente, sobre os produtos e serviços oferecidos, considerando a atuação da mesma na aprendizagem dos alunos.

A partir dos relatos das entrevistadas, foram destacadas como suas principais atribuições: conhecer o Projeto Político Pedagógico da escola; manter a estrutura e funcionamento da biblioteca escolar; realizar planejamentos das atividades, produtos e serviços oferecidos; manter parceria com os professores; executar os processos de aquisição, seleção e descarte do acervo; utilizar tecnologia da informação/internet. Além disso, devem acrescentar informações que julgarem importantes, como as dificuldades encontradas.

6.3.1 Perfil das professoras de Ensino e Uso da Biblioteca (PEUB) entrevistadas

Quanto à faixa etária das PEUBs, observou-se, conforme quadro 1, que as três possuíam idade oscilando entre quarenta e cinquenta e oito anos, o que denotava ser uma equipe de professoras com maturidade. Havia, portanto, uma predominância de indivíduos que traziam consigo uma experiência de vida que, por certo, influenciava no trabalho e na forma como elas vivenciavam e atuavam no ensino e uso da Biblioteca.

Quadro 3 – Perfil dos professores de Ensino e Uso da Biblioteca (PEUB)

Professoras entrevistadas	Gênero	Vínculo	Idade	Formação	Tempo de atuação na Escola	Experiência progressa em BE	Anos
A	Fem	Desig.	58	Magistério (nível médio), Graduação em Biblioteconomia	9 meses	2 anos na rede estadual e 30 anos na rede particular	1º-5º ano e 1º ano Ensino Médio
B	Fem	Efetiva	44	Formação em Geografia e Pedagogia, especialização em Psicopedagogia	10 anos	2 anos na rede estadual	6º-9º ano
C	Fem	Desig.	40	Magistério superior e especialização em mídias na educação	3 anos	Não	6º -9º ano

Fonte: Elaborado pela autora

Legenda:

* A professora B não fazia parte do quadro de servidores da BE, estava atuando na biblioteca em desvio de função devido a problemas de saúde.

Percebeu-se que apenas uma das professoras tinha formação em Biblioteconomia, as demais tinham formação na área de educação, sendo que a professora B tinha formação em área específica e as professoras B e C possuíam experiência de dois a três anos na área de biblioteca escolar.

Analisando a formação acadêmica das funcionárias da biblioteca escolar pesquisada, foi possível observar que quem atuava nesse espaço eram profissionais da área educacional, ou seja, com formação em Magistério Superior ou Pedagogia, visto que as escolas da rede estadual de Minas Gerais não contemplam a contratação do profissional bibliotecário. A atuação da bibliotecária nessa escola se deu pelo processo de designação por um período de um ano e por ela possuir formação em Magistério e não por ter formação em Biblioteconomia.

Além disso, elas relataram que não participavam continuamente de atividades de capacitação oferecidas pela instituição ou fora desta, inclusive em eventos e na apresentação de trabalhos. Ressalta-se, nesse sentido, a participação da pesquisadora em Fóruns de Discussão nos quais alguns bibliotecários de instituições escolares apresentaram trabalhos nas modalidades Comunicação oral ou Pôster, com relatos de experiência e reflexões teóricas sobre a própria prática.

Destaca-se que, em relação à capacitação/formação continuada, há um consenso entre as profissionais de que não existe por parte da instituição nenhum tipo de capacitação, mas que seria importante ter oportunidade de fazer cursos voltados para a área na qual atuam. Walter e Baptista (2008) alertam que é preciso estar em processo contínuo de aperfeiçoamento e aprendizado, pois, como apresentado anteriormente, as competências exigidas pelo profissional não são poucas, visto que cabe a ele acompanhar as constantes mudanças e transformações para atender às demandas dos alunos no ambiente escolar.

Entende-se que esse fator, ou seja, a falta de capacitação e formação continuada na área de atuação da biblioteca escolar pode ser considerada um problema, visto que impede que haja troca e diversidade de experiências e de saberes, como pode ser constatado nas falas anteriores. Nas entrevistas, foi possível perceber essa lacuna em relação à importância dada às atividades de formação continuada.

Indagadas sobre o que aponta o PPP em relação à biblioteca escolar, elas disseram não conhecer e ainda que a Biblioteca não é contemplada nele, nem no regimento escolar e nem no currículo escolar. Na mesma perspectiva dos relatos anteriores, o depoimento das professoras e da bibliotecária elucida o que foi dito por Campello (2009), a respeito da

importância do conhecimento sobre a Biblioteca e à sua inserção nos projetos político-pedagógicos da escola. A autora considera de extrema importância que a Biblioteca seja inserida no contexto da escola de forma participativa, ou seja, que tenha interação da biblioteca nas reuniões pedagógicas, trabalho cooperativo entre biblioteca, professores e equipe pedagógica, levando em consideração o currículo escolar.

Ademais, os professores que atuam na biblioteca precisam ser mais bem incluídos nas atividades de planejamento, o qual deve ser construído com uma maior integração entre as disciplinas, organizado por eixos temáticos ou projetos interdisciplinares, incluindo os setores, como a biblioteca e que podem corroborar para um melhor atendimento aos alunos. O planejamento é organizado anualmente com base no prescrito nos PCN's (1997), porém, o desconhecimento e a não participação tanto no PPP como no currículo escolar tem sido uma das dificuldades que impactam no trabalho realizado pela biblioteca escolar.

Observa-se, por opiniões expressas pelas participantes da pesquisa, que havia um distanciamento entre quem atua no espaço da biblioteca escolar e a diversidade de diretrizes que são planejadas pela escola, o que impacta na atuação da Biblioteca. Assim, a organização e a estrutura de uma biblioteca são algumas das condições indispensáveis para o bom funcionamento, entre elas estão: pessoal qualificado, horário de funcionamento adequado, acervo adequado e atualizado, instalações e equipamentos apropriados às funções da biblioteca. Nesse sentido, foi perguntado às entrevistadas como elas avaliavam o espaço, a estrutura e o funcionamento destinados à biblioteca da escola.

As respostas foram semelhantes às dos alunos, considerando o espaço da biblioteca pequeno e insuficiente para armazenar o acervo nas estantes, de acordo com os padrões de organização. A mesma não possuía uma estrutura física adequada, pois faltavam equipamentos, mobiliários e recursos informacionais. Segundo a bibliotecária, o espaço é:

Insuficiente, porque é pequeno. Tem muito barulho no entorno da biblioteca que vem da quadra de esporte. Não têm materiais suficientes para atender as demandas dos alunos. As aulas de bibliotecas são dadas em sala de aula, pois não possui mobiliário para acomodar todos os alunos, isso compromete o funcionamento da biblioteca, visto que nesse intervalo a biblioteca permanece fechada (BIBLIOTECÁRIA).

Percebeu-se que a biblioteca em análise não possuía o Regulamento Interno, documento relevante por possuir orientação segura sobre procedimentos, funcionamento e organização da biblioteca escolar, servindo como instrumento de gerenciamento e como facilitador dos procedimentos normativos, técnicos e pedagógicos.

O regulamento de uma biblioteca não é conclusivo e permanente, mas flexível, com tempo de vigência determinado, de acordo com as exigências sociais e legais da unidade de ensino. É considerado um documento aberto, passível de alterações, podendo ser revisto e alterado a qualquer momento, de modo que as propostas de reformulação sejam consideradas necessárias e resultem em benefícios para o funcionamento da Biblioteca.

Poderiam ser acrescentados ao regulamento documentos específicos complementares à legislação da SEE/MG, como os documentos existentes na área produzidos pelas Bibliotecas, Livro e Leitura e, também, o Projeto Político-Pedagógico da escola. Isso implica planejamento das atividades, dos produtos e dos serviços oferecidos.

O planejamento das atividades oferecidas pela biblioteca é tarefa essencial, pois refletirá na aprendizagem dos alunos. Dessa forma, todos os itens seguintes são fundamentais para sua concretização: o equilíbrio do acervo, a garantia da disponibilidade da documentação, a divulgação das fontes de informação existentes pela comunidade escolar e a ampliação das possibilidades de uso pedagógico da biblioteca.

Além da organização do acervo, é preciso elaborar um sistema de empréstimo e de consulta que auxilie e oriente o aluno no uso da biblioteca. Além disso, é preciso criar e desenvolver programas de incentivo à leitura, participar do planejamento escolar e ter participação nas atividades da escola.

Segundo informou a bibliotecária, dentre as principais atribuições de sua função estavam: coordenar a biblioteca; cuidar da organização e guarda do acervo, responsabilizar-se pela orientação da pesquisa aos alunos; acompanhar alunos nas avaliações de segunda chamada; ministrar aulas uma vez por semana para quinze (15) turmas do Ensino Fundamental.

Ela informou, ainda, que as atividades desenvolvidas por ela eram, na maioria das vezes, a de oferecer livros para os alunos lerem e, de acordo com o tempo, algumas vezes, a de ouvir os comentários sobre a história lida pelos estudantes. Quanto aos serviços oferecidos, estes eram basicamente o empréstimo de livros literários e didáticos, às vezes contação de histórias, auxílio à pesquisa. Referente ao planejamento das aulas semanais ministradas por ela, disse que nem sempre era possível concretizá-lo devido ao interesse dos alunos, sendo preciso fazer adaptações de última hora.

O artigo 6º da Resolução n.7.646, de 01/03/1995, explicita as atribuições específicas do Professor para o Ensino do Uso da Biblioteca (PEUB). São elas:

I - Organizar a biblioteca de forma a facilitar o uso do livro, do vídeo, do retroprojetor, do projetor de slides e de outros materiais e/ou equipamentos nela existentes, assegurando ao usuário um ambiente propício à reflexão e estimulador da criatividade e da imaginação;

II - Zelar pela conservação do acervo da biblioteca, orientando o usuário, docente e discente, com vistas à adequada utilização desse serviço;

III - Promover atividades individuais e/ou coletivas, especialmente as que estimulem os alunos a produzirem textos;

IV - Divulgar, no âmbito da Escola, os programas de vídeo disponíveis, fazendo com que a sua utilização seja instrumento de lazer, cultura, informação, humanização e socialização; V - Desenvolver um trabalho articulado – imagem, leitura e outras artes, buscando a integração entre Educação e Cultura como fator de melhoria da qualidade do ensino;

VI - Colaborar para o desenvolvimento das atividades curriculares da Escola, facilitando a interdisciplinaridade e criando condições para que os alunos compreendam melhor a realidade em que vivem;

VII - Ministras aulas de uso da biblioteca, sensibilizando professores e alunos para o hábito da leitura;

VIII - Participar efetivamente da vida cultural e social da comunidade escolar, incentivando, por meio de promoções, o gosto pela leitura;

IX - Coordenar os Laboratórios de Informática Educativa –LIEDs, nas Escolas em que existirem. (MINAS GERAIS, 1995).

Percebeu-se que, durante algumas aulas realizadas por ela, não era possível atender as demandas de todos os alunos, até porque, cada um lia um livro diferente e todos queriam comentar sobre o que leram e o que entenderam da história. Essa dinâmica apenas não permitia ao aluno a oportunidade de dialogar com outro sobre seu entendimento da obra.

As professoras que atendiam o turno da manhã (6º ao 9º ano) relataram desenvolver atividades como: atender os alunos nas pesquisas, carimbar e emprestar livros, atender os professores e aplicar provas de segunda chamada. A professora B relatou, ainda, que desenvolvia um projeto, de nome “Li e recomendo”, descrito a seguir:

Desenvolvemos um projeto que se chama “Li e recomendo” funciona já há 2 anos. Pedimos os alunos que leiam e conte um pouco sobre a história. E para saber se ele realmente leu, se gostou, a metodologia usada é ouvir dele se entendeu e comentar sobre o livro. Cobramos alguns tópicos para perceber se estão lendo como: autor, ilustrador, editora, lugar onde ocorreu a história (PROFESSORA B).

Notou-se que o aluno fazia o resumo da obra e deixava em uma pasta na biblioteca para que fosse divulgado entre os colegas. Assim, o acesso ao resumo estaria disponível para quem quisesse manusear e ler.

Destaca-se que, no turno na manhã, não havia horário de aula na “biblioteca” para os alunos mencionados, o que talvez possa ter corroborado para que atividades e projetos fossem desenvolvidos. Sem contar que eram duas professoras para atender aquele turno, lembrando que uma delas estava atuando na biblioteca, mas não fazia parte do quadro de funcionários, como mencionado anteriormente, estava em desvio de função. Ainda no sentido de trabalhar

em dupla como mencionado antes, destaca-se a necessidade de manter parceria entre a Biblioteca e os professores regentes de turmas. As informações da professora A indicam a importância da condução do trabalho e do planejamento em parceria com o professor: “Seria muito importante manter parceria com os professores de sala aula, porque desta forma poderia ser desenvolvido projetos entre a biblioteca e professores regentes de turmas”. (BIBLIOTECÁRIA)

Acrescenta-se, também, a fala das professoras da biblioteca que atendiam o turno da manhã:

Não temos um horário de planejamento junto aos professores, às vezes conversamos com eles no momento do café ou quando eles vêm à biblioteca resolver algum assunto ou situação da literatura com por exemplo, se os livros estão sendo lidos ou não, se está fluindo. Como o horário do professor na escola é muito restrito e eles têm outras pendências a resolver, alguns professores vem à biblioteca para fazer planejamentos, procurar algum livro, fazer alguma coisa, mas são alguns. Tem outros que nem passam pela biblioteca (PROFESSORA B).

Percebe-se, nas falas das entrevistadas, um distanciamento da Biblioteca com os professores regentes de turmas. Ou seja, não existia um trabalho em conjunto como tem sido mostrado os estudos referentes a esse tema. Isso poderia ter influência negativa na atuação da Biblioteca como espaço que atua na aprendizagem dos alunos, o que pode comprometer o processo de aquisição, seleção e descarte do acervo, pois esse procedimento não deve ser pensado e realizado somente pelo bibliotecário, mas em parceria com os professores. Visto que são aqueles que, na prática, desenvolvem o currículo escolar aliado ao acervo da Biblioteca.

O acervo de uma biblioteca é formado por uma coleção de materiais que contém documentos e informações em diferentes suportes e formatos. Para que isso fosse contemplado, seria necessário que cada biblioteca construísse sua política de formação e desenvolvimento do acervo, de forma a possibilitar o crescimento frequente da coleção, considerando as ações necessárias para o seu equilíbrio, manutenção e atualização em condições de atendimento às necessidades do estudante, em consonância com o Projeto Político Pedagógico da escola. A biblioteca pesquisada não contempla uma política de formação de acervo, e a principal fonte de aquisição de materiais, segundo relato das professoras é por meio de doação. Elas concordam que faltam livros de literatura, principalmente infanto-juvenil, para atender à demanda dos alunos: “atende em partes, tem obras aqui que estão totalmente desatualizadas e desgastadas. O acervo é composto em maior parte de livros didáticos para alunos e professores, se for olhar mesmo obra literária nem

tem”. (PROFESSORA B). Falta, ainda, espaço para construir um cantinho da leitura, mobiliário mais apropriado à leitura, e o espaço em geral, segundo ela, é bem restrito.

Ainda sobre aquisição das obras e a participação da bibliotecária e das professoras no processo:

Sim, a gente participa tanto na parte da tarde como da manhã, tentamos atender de acordo com a idade, tentando direcionar para melhor leitura e identificar a situação básica dos alunos. Procuramos com os professores da área de português, indicação dos autores que eles querem trabalhar, fazemos uma listagem de livros indicados pelos alunos e professores para atender a demanda deles. Mas até hoje esses livros não chegaram (PROFESSORA B).

Quanto ao processo de descarte, a informação foi de que essa prática quase não acontecia, somente quando o material estava em péssimas condições. Nesse caso, o material avariado era enviado para a reciclagem.

Salienta-se, ainda, que mesmo a Biblioteca não tendo oferta de livros literários novos e atualizados de acordo com as preferências dos alunos, a frequência e a procura por esse tipo de material era grande, conforme as observações da pesquisa. Constatamos que as políticas públicas do Estado voltadas para as bibliotecas não têm conseguido atender à demanda dos alunos em relação à aquisição de acervos literários e suporte às tecnologias. O que seria também um dos papéis do bibliotecário nas séries iniciais, que confere uma capacidade dos cidadãos de se adaptar à cultura digital e à globalização, implicando uma capacidade das pessoas em entender, localizar, selecionar e interpretar informações de forma crítica, o que para Campello (2009), seria o letramento informacional.

Visando a averiguar o nível de convivência das PEUBs com as novas tecnologias, foram feitos questionamentos sobre o tipo de estrutura tecnológica a que elas tinham acesso e se sentiam confortáveis em utilizá-las na biblioteca. As opiniões seguem divididas:

Não, me sinto confortável, em algumas atividades sim. Mas como não temos computador com acesso à internet, alguns planejamentos ficam a desejar. (BIBLIOTECÁRIA)

Nós não temos nenhum material dessa natureza para os alunos usarem. Temos dois computadores para uso bibliotecário e das professoras para uso da biblioteca para dar suporte aos alunos e professores na pesquisa, mas para o aluno especificamente não tem. Me sinto confortável com o computador, em mexer e pesquisar no computador, montar um projeto, organizar alguma atividade, mas não temos material tecnológico para o aluno. (PROFESSORA C). Me sinto confortável. Se precisa pesquisar algum assunto, pesquisamos no computador e passamos para o pen drive e imprimimos. A internet não é liberada para os alunos usarem tanto na biblioteca como nas salas de aula. Tem o laboratório mas não tem a presença de um monitor ou pessoa específica para acompanhar. Usamos apenas o data show. (PROFESSORA B)

Quanto às tecnologias que as professoras dispunham na Biblioteca, elas responderam que possuíam computador, impressora e que não tinham acesso à Internet.

Diante das opiniões das professoras, foi possível notar as dificuldades encontradas por elas em relação ao acesso e à utilização das tecnologias da informação, o que vai ao encontro do quinto desafio apontado por Gasque e Tescarolo (2010), na qual se ressalta a ausência de infraestrutura adequada de informação. Apesar de se conhecer a importância do acesso à informação e do ambiente de aprendizagem na sociedade atual, na maioria das instituições escolares o livro didático aparece como o recurso informacional mais utilizado na rotina educacional. Segundo dados do Censo Escolar de 2018, extraídos de Brasil (2017):

[...] a tecnologia não está acessível aos alunos em cerca da metade das escolas de ensino fundamental. Biblioteca e ou sala de leitura está presente em pouco mais da metade (54,3) das instituições de ensino no país, a presença de recursos tecnológicos como laboratórios de informática e acesso à internet ainda não é realidade para muitas escolas brasileiras. Apenas 46,8 das escolas de ensino fundamental dispõem de laboratório. Apenas 46,8% das escolas de ensino fundamental dispõem de laboratório de informática; 65,6 das escolas têm acesso à internet; em 53,5% das escolas a internet é por banda larga”. (BRASIL, 2018, p. 4).

Considerando-se a Revolução Tecnológica e Cultural pela qual passa a sociedade atual e a experiência dos alunos seria impossível dissociar o uso das TIC's da proposta educacional da Biblioteca. Seria importante também que a instituição disponibilizasse recursos tecnológicos, tais como computadores e acesso à Internet para uso dos alunos no espaço da biblioteca, aliados ao conhecimento, à prática e ao uso das ferramentas necessárias pelo bibliotecário PEUBs no desenvolvimento das atividades oferecidas pela biblioteca.

6.3.2 Das dificuldades

No momento final das entrevistas, questionadas quanto às dificuldades no desenvolvimento do trabalho, a bibliotecária relatou:

Gostaria que a biblioteca fosse informatizada, tivesse mais espaço, onde a gente pudesse atender melhor os alunos. Disponibilizar computadores com acesso à internet, televisão para assistir vídeos, e outras atividades como apresentação de teatro. A biblioteca é muito usada pelos alunos para obterem informações, principalmente na hora do recreio, mas é usada também para castigos, para fazer as tarefas que não foram feitas em casa, para fazer provas. Destaco que a pesquisa escolar hoje é realizada em casa pela internet, a biblioteca é pouco frequentada em relação à pesquisa. Quanto ao hábito da leitura, tem sido um desafio, pois não são todos os alunos que gostam de ler. Levam livros, mas a maioria não lê. Alguns voltam e dizem que não leu porque não teve ajuda dos pais ou de alguém para os ajudarem a

ler e a entender a história. Quando eles entregam o livro, pergunto se leram, se gostaram. Faço pergunta sobre a história e eles contam. O trabalho realizado na biblioteca deveria ser em conjunto com o professor, ele deveria conhecer o trabalho realizado pela biblioteca e ouvir o aluno, porque os alunos nos ensinam muito também. (BIBLIOTECÁRIA).

A professora B argumenta o seguinte: “A gente tenta fazer o possível para desenvolver nosso trabalho”. (PROFESSORA B). A professora C não quis adicionar nenhuma informação.

Conforme exposto, as dificuldades encontradas no ambiente da BE não são poucas, desde a infraestrutura, escassez de recursos materiais, de equipamentos e ausência do trabalho em parceria com o professor de sala aula. São empecilhos que dificultam a atração dos alunos para o hábito da leitura a possibilidade de oferecer condições de acesso à pesquisa escolar via Internet na biblioteca. Foi possível perceber o interesse dos alunos, principalmente os dos anos iniciais do Ensino Fundamental no espaço da Biblioteca Escolar, ao mesmo tempo em que esse espaço continua sendo visto como lugar de punição e castigo.

7 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Pensar a biblioteca escolar e seu potencial educativo sob o aspecto da aprendizagem foi o objetivo central desta pesquisa. Assim, nosso trabalho baseou-se na premissa de que a biblioteca escolar pode ter atuação no aprendizado dos educandos e no desempenho escolar. Essa atuação se daria tanto pelo espaço físico, que propicia uma estrutura organizada e consistente, quanto pelos recursos educacionais necessários às ações desenvolvidas e pelo agente pedagógico interdisciplinar.

Nas últimas décadas, houve um aumento significativo de pesquisas que tratam da atuação das bibliotecas escolares no Ensino Fundamental e Ensino Médio. Porém, poucos trabalhos foram realizados no contexto brasileiro, quanto ao campo da atuação da biblioteca e do bibliotecário escolar no processo ensino aprendizagem. (KUHLETHAU, 2004; CAMPELLO, 2000; GASQUE, 2012).

A partir da primeira década dos anos 2000, surgiu, sobretudo nos Estados Unidos, um grande corpo de pesquisadores que dedicaram seus estudos a compreender, diagnosticar e justificar a importância das bibliotecas escolares.

Entre os principais estudos realizados, destacamos os conduzidos pela pesquisadora Carol Kuhlthau (2004) que, em parceria com outros pesquisadores, tais como, Keith Lance e Ross Todd (2000, 2007 e 2010), evidenciaram que as bibliotecas escolares são importantes no processo de ensino-aprendizagem, pois contribuem para um melhor desempenho dos educandos.

Alguns movimentos no Brasil, inspirados em outros países do mundo, tal como o que ocorre no estado de Ohio, nos Estados Unidos, culminaram na criação da Lei 12.244/10 que dispõe sobre a universalização da biblioteca nas instituições escolares e na inclusão da biblioteca escolar equipada com recursos tecnológicos e profissionais adequados, como parte importante na reestruturação das escolas públicas no Plano Nacional de Educação (PNE) 2014/2024, os Parâmetros Curriculares Nacionais – PCN's que são referências Curriculares.

Em consulta ao portal de periódicos da CAPES, identificamos que até a data do levantamento não havia nenhum trabalho publicado sobre o tema biblioteca escolar no município de Ouro Preto. Partindo-se dessa constatação, buscamos analisar, por meio de um estudo de caso, o papel de uma biblioteca e do bibliotecário escolar no processo ensino-aprendizagem de educandos do Ensino Fundamental I desse município.

O critério utilizado para a escolha da instituição foi uma escola da rede estadual ou municipal da cidade de Ouro Preto que oferecesse o Ensino Fundamental I, dotada com biblioteca e com atuação do profissional bibliotecário. Diante do exposto, foi realizada uma pesquisa exploratória junto às Secretarias Estadual e Municipal de Educação, onde encontramos três escolas que atendiam o perfil desejado para a pesquisa.

Partimos da premissa inicial de que a biblioteca escolar, devidamente estruturada e em funcionamento, com atuação do profissional bibliotecário poderia contribuir no aprendizado dos educandos dos anos iniciais do Ensino Fundamental I.

Para resposta ao que foi proposto neste trabalho, selecionamos uma biblioteca e analisamos o seu papel e o do bibliotecário escolar no processo de ensino-aprendizagem de seus estudantes. Identificamos as condições, os serviços e os produtos dessa biblioteca, por meio de observação, de aplicação de questionários, de entrevistas e de análise documental, comparando os dados encontrados com o prescrito pelo Grupo de Estudos em Biblioteca Escolar – GEBE. Na pesquisa de campo, buscamos também conhecer as concepções e os papéis atribuídos à BE, a percepção dos alunos quanto à atuação da biblioteca e do bibliotecário na aprendizagem escolar, e as formas dessa atuação.

Em relação ao indicador parâmetros para criação e avaliação de bibliotecas escolares, a biblioteca pesquisada atingiu o nível básico em quatro dos aspectos avaliados, são eles: funcionar em sala de uso exclusivo; ter serviço de empréstimo domiciliar; oferecer serviços de incentivo à leitura; contar com um profissional responsável. Esses níveis evidenciaram que essa biblioteca não tem uma relação direta e uma atuação pontual, como sugerida pelo grupo GEBE e pelos documentos oficiais no desenvolvimento escolar dos estudantes. De tal modo, ficou claro também que vários fatores sociais e culturais atuaram sobre os resultados obtidos, tornando a atuação da biblioteca um desafio em determinados aspectos.

Na perspectiva da biblioteca como espaço pedagógico, é relevante contemplar as ações da biblioteca no currículo escolar, visto que o bibliotecário deveria ter um papel ativo no ensino de habilidades de informação (CRAVER, 1986). O Projeto Político Pedagógico (2012) da instituição foi construído de forma democrática e participativa, como prevê a LDBN (1996), mas está desatualizado, tendo em vista as mudanças que ocorreram na instituição nos últimos seis anos, com destaque para a biblioteca escolar. Esta não é contemplada no documento e os funcionários que atuam neste espaço não tiveram participação na construção do PPP.

O documento precisa ser revisto e atualizado sempre coletivamente, para que todos se sintam parte dele. Tais mudanças carecem de ampla discussão, pois influenciam na forma

como o currículo é desenvolvido na escola, e pode possibilitar que os docentes trabalhem de forma mais integrada com os pares, incluindo os profissionais da biblioteca. Além de a biblioteca não estar inserida no PPP, as profissionais que atuavam nesse espaço se declararam solitárias em relação ao conteúdo escolar e à produção de materiais. São apontamentos que podem trazer impactos negativos no currículo praticado, e uma subutilização da biblioteca como mediadora do conhecimento, o que interfere na organização dos tempos escolares, e nas relações entre professores e educandos, assim como na aprendizagem destes últimos.

De acordo com o Regimento Escolar, percebeu-se que a biblioteca era entendida como recurso pedagógico, conforme descrito no capítulo seis. Porém, no documento, o servidor responsável pelo funcionamento da biblioteca será o Professor do Ensino do Uso da Biblioteca e/ou o Assistente Técnico da Educação Básica e terá as funções inerentes ao seu cargo. Ou seja, o profissional bibliotecário não é mencionado.

A Lei 12.244/2010, que institui a universalização das bibliotecas escolares nos estabelecimentos públicos ou privados da educação básica, foi uma conquista da classe bibliotecária após anos de reivindicação. O profissional bibliotecário é capacitado para mediar o uso da informação e tornar efetiva a função pedagógica da biblioteca na escola. Porém, a Lei citada parece ainda distante da realidade atual, já que as instituições têm um prazo para se adequar que se encerra ainda em 2020, conforme o artigo 3º.

O Plano Nacional de Educação (BRASIL, 2014) contém orientações com a finalidade de direcionar esforços e investimentos para a melhoria da qualidade da educação no país, além de estabelecer metas e estratégias a serem atingidas nos próximos dez anos. As estratégias 6.0, 7.0, 16 e 19: se referem à biblioteca no contexto escolar estão ligadas com o desenvolvimento da qualidade da educação básica. Sendo a biblioteca um dispositivo público de educação e cultura relevante no espaço escolar; esclarece a importância do trabalho conjunto entre professores e bibliotecários enquanto mediadores de leitura. Assim, a leitura estaria no centro das estratégias para elevação do Índice de Desenvolvimento da Educação Básica (IDEB); envolvendo explicitamente a biblioteca e o bibliotecário, e as instituições escolares precisam se esforçar para cumprir essas estratégias até 2024 e, por fim, o plano menciona, mesmo que indiretamente, a importância da biblioteca como ambiente de democratização do acesso aos diferentes acervos, que são suporte à construção do conhecimento.

A estrutura física da biblioteca pesquisada não é adequada ao seu funcionamento, visto que a disponibilidade e a organização dos recursos, espaços, acervos, materiais e

equipamentos não favorecem a promoção de uma proposta educativa que contemple de fato as necessidades informacionais dos educandos (aferidos por meio de indicadores dos Parâmetros GEBE).

Dessa forma, a biblioteca pesquisada não atingiu os parâmetros básicos aceitos mundialmente e também estabelecidos nacionalmente em relação aos produtos e serviços oferecidos. Ela não possui as atribuições mínimas desejáveis para atuar de fato na aprendizagem dos alunos. Como a BE descrita nesse estudo encontra-se abaixo do nível básico segundo os padrões do GEBE, não foi possível a realização de uma pesquisa empregando categorias “específicas”, como as encontradas em estudos internacionais, com foco, por exemplo, nos investimentos em programas e na importância da atuação de bibliotecário.

De modo geral, a BE não atua de forma satisfatória considerando o seu espaço físico, nem em sua dimensão educacional. Ela fica de portas fechadas parte do tempo no período da tarde, pois a sua estrutura física não oferece assentos suficientes para uma turma inteira acomodar-se. Esse tipo de problema parece persistir devido à falta de uma política de investimento.

O acervo é composto de obras enviadas pelo Governo Federal e de doações feitas pela comunidade, mas estas nem sempre chegam às mãos dos usuários por falta de uma ordem informacional que permita a localização eficiente do material. O controle e a organização, bem como os processos técnicos que garantam melhor localização e utilização dos materiais e das informações praticamente não existem. O acervo não é informatizado nem possui indexação por assunto, apenas registro manual em livro. Destacamos, também, como dito anteriormente, que a maior parte do acervo é composta por livros didáticos. As obras literárias não são suficientes para os alunos, que sempre solicitam livros novos.

Quanto aos serviços, o empréstimo é considerado o mais comum. Mesmo tendo uma carência de acervo, o número de empréstimo feito pelos alunos é considerável. As atividades resumem-se basicamente na contação de histórias de livros disponibilizados na própria biblioteca. Os relatos apontam para existência de uma possível prática relacionada ao incentivo da leitura, no entanto, com pouca análise detalhada sobre o assunto. É importante destacar que, mesmo a biblioteca oferecendo apenas empréstimo de livros e contação de histórias, ela é muito frequentada e valorizada pelos educandos, ou seja, ela não deixa de contribuir de alguma forma para o contexto escolar. Diante do exposto, é possível perceber que atividades de letramento informacional praticamente não existem.

Quanto ao planejamento, não é elaborado anualmente pelas PEUBs como é feito pelo grupo de professores para cada disciplina e série, subdivididas em quatro unidades didáticas, seguindo o proposto nos PCN's (1997). É preciso analisar, no entanto, as consequências do que está prescrito nos documentos oficiais proposto para a biblioteca em uma perspectiva de ensino-aprendizagem.

Acrescenta-se que as PEUBs precisam ser mais bem incluídas nas atividades de planejamento, que deve ser construído com uma maior integração entre as disciplinas, organizadas por eixos temáticos ou projetos interdisciplinares. Além disso, facilitaria a elaboração do planejamento e o desenvolvimento das ações diárias da biblioteca, o que confirma a necessidade de um trabalho em parceria com os professores e a integração do currículo.

Em relação à capacitação/formação continuada, não existe ação por parte da instituição nem iniciativa por parte das PEUBs, o que pode ser considerado um problema, visto que impede que haja troca e diversidade de experiências e de saberes, impactando de forma negativa na atuação da Biblioteca.

Quanto ao acesso e a utilização das tecnologias da informação, essa foi uma das principais dificuldades encontradas pelas PEUBs, por não ter suporte e estrutura suficientes. Podemos citar como exemplo a falta de acesso à Internet na Biblioteca, considerando que computadores ligados à Internet são usados em uma biblioteca como fonte de informação, complementando o acervo.

Entre as dificuldades apontadas estão o desafio de desenvolver o hábito de leitura entre os educandos e a baixa procura pela pesquisa escolar, sendo esta última, na maioria das vezes, realizada em casa devido à falta de condições tecnológicas em que a biblioteca se encontra.

Na instituição escolar, despertaram a atenção os problemas sinalizados pela pesquisa, obviamente, relacionados à falta de conhecimento sobre o potencial da biblioteca escolar no processo de ensino-aprendizagem dos educandos: a falta de concepção teórica sobre o seu papel; o espaço insuficiente; o desconhecimento e a não utilização do acervo; a escassez de serviços e as atividades de acordo com o público-alvo; a falta de ordem informacional que acrescente e amplie as possibilidades de uso da informação; assim como o baixo uso da biblioteca por parte dos docentes e, conseqüentemente, o pouco incentivo aos seus alunos para utilização desse espaço.

Por fim, a apresentação do espaço da biblioteca, aliado a desorganização informacional, a falta de recursos materiais e equipamentos, a inexistência de atividades culturais e o distanciamento entre biblioteca e escola foi um aspecto impossível de se ignorar, pois teve um impacto negativo em nossa observação.

Concluimos, portanto, que, apesar de não podermos estabelecer correlação direta que confirme nossa premissa inicial, a biblioteca é valorizada e frequentada pelos educandos e considerada um espaço de resistência. Possivelmente, esta pode ser a realidade das bibliotecas escolares do município, pois a biblioteca é um ponto isolado no universo da escola.

Nossa pesquisa, mesmo que não tenha confirmado a hipótese inicial, pode contribuir para pesquisas futuras sobre bibliotecas escolares, tendo em vista que:

- Apresentou a importância de um instrumento para a descrição e a avaliação de bibliotecas escolares (como os Parâmetros do GEBE);
- Apontou a relevância da pesquisa *in loco* e da observação da biblioteca no contexto escolar, considerando a consulta de documentos legais e regulamentos de programas de governo e de sistemas de ensino;
- Constatou a necessidade do envolvimento dos gestores escolares em prol da biblioteca escolar;
- Mostrou as dificuldades encontradas na implementação das leis e políticas estaduais e federais em relação à existência de bibliotecas escolares plenamente estruturadas e ao envio do acervo às escolas;
- Atestou a necessidade de uma formação inicial que envolva as questões específicas da biblioteca escolar e a necessidade de formação permanente dos bibliotecários que já atuam na área;
- Sinalizou a necessidade de o bibliotecário conhecer as LDBNs, o PNE, os PCN's.

REFERÊNCIAS

ABREU, Vera Lúcia Furst Gonçalves *et al.* Diagnóstico das bibliotecas escolares da rede estadual de ensino de Belo Horizonte- MG. In: **CONGRESSO BRASILEIRO DE BIBLIOTECONOMIA, DOCUMENTAÇÃO E CIÊNCIA DA INFORMAÇÃO**, 20.2002, Fortaleza. *Anais...* Fortaleza: Associação dos Bibliotecários do Ceará, 2002.

ALVES-MAZZOTTI, Alda Judith. O método nas ciências sociais. In: ALVES-MAZZOTTI, Alda Judith; GEWANDSZNAJDER, Fernando. **O método nas ciências naturais e sociais: pesquisa quantitativa e qualitativa**. São Paulo: Pioneira Thomson Learning, 2002. Parte II, pág. 109-188.

ANDRADE, Maria Eugênia Albino. A biblioteca escolar faz a diferença. In: CAMPELLO, Bernadete Santos et al. **A biblioteca escolar: temas para uma prática pedagógica**. Belo Horizonte: Autêntica, 2002. p. 13-15.

BIBLIOTECONOMIA. **O que é biblioteconomia?**. Disponível em: <<http://biblioteconomia.webnode.com.br/biblioteconomia-conheçamais/>> Acesso em: 10 set. 2017.

BRASIL. Constituição (1988). **Constituição da República Federativa do Brasil**. Brasília, DF: Senado Federal: Centro Gráfico, 1988.

BRASIL. **Lei n.º 12.244**: Dispõe sobre a universalização das bibliotecas nas instituições de ensino do País. Brasília: Congresso Nacional, 2010.

BRASIL. Ministério da Educação e Cultura/INEP. **O Censo Escolar 2017**: notas estatísticas. Brasília: Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira: Brasília-DF, 2018.

BRASIL. Ministério da Educação e do Desporto. Conselho Nacional de Educação. Câmara da Educação Básica. **Exposição de motivos ao encaminhamento das diretrizes e bases da educação nacional**. Brasília, DF: CNE, 1997.

BRASIL. Ministério do Trabalho e Emprego. **Classificação Brasileira de Ocupações**. 2002. Disponível em: <<http://www.mtecbo.gov.br>>. Acesso em: 9 set. 2017.

BRASIL. Ministério da Educação; Ministério da Cultura. **Plano Nacional do Livro e da Leitura**. Brasília, dez. 2006.

BRASIL. Portaria Inteministerial nº 1442, de 10 de Agosto de 2006. In: MARQUES NETO, J. C. (Org.). **PNLL: textos e história**. São Paulo: Cultura Acadêmica Editora, 2010.

BRASIL. Secretaria de Educação Fundamental. **Parâmetros Curriculares Nacionais: introdução aos Parâmetros Curriculares Nacionais**. Brasília: MEC/SEF, 1998. Disponível em: <<http://www.dominiopublico.gov.br/download/texto/me000017.pdf>>. Acesso

BUTLER, Pierce. **Introdução à ciência da Biblioteconomia**. Rio de Janeiro: Lidador, 1971. 86p. Tradução de: "An introduction to library science", Chicago, University of Chicago, 1933.

CAMPELLO, Bernadete Santos. *et al.* A universalização de bibliotecas nas escolas: reflexos da lei 12.224. **Revista ici.ufba**. Salvador, v.10, n.2, p.39-58, ago, 2016. 2006.

CAMPELLO, Bernadete Santos. *et al.* **Biblioteca escolar: temas para uma prática pedagógica**. Belo Horizonte: Autêntica, 2002.

CAMPELLO, Bernadete Santos. *et al.* **Biblioteca escolar: temas para uma prática pedagógica**. Belo Horizonte, Autêntica, 2012.

CAMPELLO, Bernadete Santos, SILVA, Mônica do Amparo. A biblioteca nos Parâmetros Curriculares Nacionais. **Presença Pedagógica**, v. 6, n. 33, p. 59-67, maio/jun. 2000.

CANDIDO, Antonio. O direito à literatura. In: **Vários Escritos**. Rio de Janeiro: Ouro Sobre Azul, 2011.

CARNEIRO, Moaci Alves. **LDB fácil: leitura crítico-compreensiva artigo a artigo**. 17. ed. atualizada e ampliada. Petrópolis, RJ: Vozes, 2010.

COLOMER, Teresa. La enseñanza de la literatura como construcción del sentido. Lectura e vyda: **Revista Latinoamericana de Lectura**, v. 22, n.4, p. 6-23, 2001.

CORRÊA, Elisa Cristina Delfini *et al.* Bibliotecário escolar: um educador? **Revista ACB: Biblioteconomia em Santa Catarina**, Florianópolis, v. 7, n. 1, p. 107-123, 2002. Disponível em: <<http://www.brapci.ufpr.br/documento.php?dd0=0000008132&dd1=587b3>> Acesso em: 22 out. 2017.

DUTRA. Claudio Emelson Guimarães. **Políticas públicas e gestão da educação básica A**. 1ªed. Santa Maria, RS: UFSM, NTE,UAB, 2017. Disponível em< https://nte.ufsm.br/images/identidade_visual/caderno_politicas_publicas.pdf>. Acesso em: 10 jan. 2017.em: 26 set. 2017. FEBAB, 1985.

FRAGOSO, Graça Maria. Biblioteca na escola. **Rev. ACB: Biblioteconomia**, Santa Catarina, SC, v.7,n.1, p.124-131, 2002.

FREIRE, Paulo. **A importância do ato de ler**. 44ª Ed. São Paulo: Bookman, 2002.

FREIRE, Paulo. **Pedagogia da autonomia: saberes necessários à prática educativa**. São Paulo: Paz e Terra, 2003.

GASQUE, Kelley Cristine Gonçalves Dias; TESCAROLO, Ricardo. Desafios para implementar o letramento informacional na educação básica. **Educ. rev.** 2010, vol.26, n.1, p.41-56.

GASQUE, Kelley Cristine Gonçalves Dias. Letramento Informacional: pesquisa, reflexão e aprendizagem. Brasília: Faculdade de Ciência da Informação / Universidade de Brasília, 2012. 175 p.

GIL, Antônio Carlos. **Métodos e técnicas de pesquisa social**. São Paulo: Atlas,1999.

_____. **Estudo de caso**. São Paulo: Atlas, 2009.

_____. **Métodos e técnicas de pesquisa social**. 6. ed. São Paulo: Atlas, 2011.

GRUPO DE ESTUDOS EM BIBLIOTECA ESCOLAR: CONSELHO REGIONAL DE BIBLIOTECONOMIA. **Biblioteca Escolar como Espaço de Produção do Conhecimento: Parâmetros Para Bibliotecas Escolares Brasileiras**. Belo Horizonte, 2010. Disponível em: <<http://www.cfb.org.br/wcontent/uploads/2016/05/Cartilha-biblioteca-escolar.pdf>> Acesso em 09 set. 2017.

INTERNATIONAL FEDERATION OF LIBRARY ASSOCIATIONS AND INSTITUTIONS (IFLA). **Manifesto IFLA/UNESCO para bibliotecas escolares**. Tradução de Neusa Dias de Macedo. São Paulo: IFLA, 2000. Disponível em: <<http://revista.acbsc.org.br/racb/article/view/403>> Acesso em: 24 nov. 2017.

JENKINS, H. **DIY Media: A contextual background and some contemporary themes**. DIY media: Creating, sharing, and learning with new technologies, p. 231-252, 2010. Disponível em:<http://everydayliteracies.net/files/DIY_Media_ms.pdf#page=7> Acesso em: 10 jan. 2018.

KUHLTHAU, Carol Collier. **Como orientar a pesquisa escolar: estratégias para o processo de aprendizagem**. Belo Horizonte: Autêntica, 2010.

KUHLTHAU, Carol Collier; CAMPELLO, Bernadete Santos. **Como usar a biblioteca na escolar: um programa de atividades para o ensino fundamental**. 2.ed. Belo Horizonte: Autêntica, 2005.

LUBISCO, Nídia Maria Lienert. Panorama sobre a organização de serviços em unidades de informação. **Percursos**, Florianópolis, v. 12, n., 2, p. 39-58, jul./dez. 2011. Disponível em: <<http://www.periodicos.udesc.br/index.php/percursos/article/view/2309/1813>>. Acesso em: 28 fev. 2018.

LÜDKE, Menga & ANDRÉ, Marli E. D. A. **Pesquisa em Educação: Abordagens Qualitativas**. São Paulo: EPU, 1986.

LÜDKE, Menga & ANDRÉ, Marli E. D. A. **Pesquisa em Educação: Abordagens Qualitativas**. São Paulo: EPU, 1999.

LÜDKE, Menga; ANDRÉ, Marli E. D. A. **Pesquisa em educação: abordagens qualitativas**. São Paulo: EPU, 1986.

MALHOTRA, N. **Pesquisa de marketing**. 3.ed. Porto Alegre: Bookman, 2001.

MATTAR, F. N. **Pesquisa de marketing**. 3.ed. São Paulo: Atlas, 2001.

MAYRINK, Paulo Tarcísio. Diretrizes para a Formação de Coleções de Bibliotecas Escolares. In: Congresso Brasileiro de Biblioteconomia e Documentação, 16., 1991, Salvador. **Anais...** Salvador: Associação Profissional dos Bibliotecários do Estado da Bahia, 1991. 2 v., v1. p.304-314.

MINAYO, Maria Cecília de Souza (Org.). **Pesquisa social: teoria, método e criatividade**. 21 ed. Petrópolis: Vozes, 2002.

MINAS GERAIS. Secretaria de Estado da Educação. **Resolução 7.646 de 01 de março de 1995**. Atribuições do professor para o ensino do uso da biblioteca. 1995.

MODELO flexível para um sistema nacional de bibliotecas escolares: Colômbia, Peru, Costa Rica, Venezuela. Tradução Walda de Andrade Antunes. Brasília: Instituto Nacional do Livro, 1985.

MORAN, José Manuel. Ensino e aprendizagem inovadores com tecnologias audiovisuais e telemáticas. In: MORAN, José Manuel; MASETTO, Marcos T.; BEHRENS, Marilda Aparecida. **Novas tecnologias e mediação pedagógica**. 4.ed. Campinas, SP: Papyrus, 2000. Cap.1, p.11-65.

MORAN, José Manuel. Novas tecnologias e o re-encantamento do mundo. **Tecnologia educacional**, Rio de Janeiro, v.23, n.126, p.24-26, set./out.1995. Disponível em <<http://www.eca.usp.br/prof/moran/novtec.htm#educacao>>. Acesso: nov.2017.

MORIGI, Valdir José Samile; VANZ, Andréa de Souza; GALDINO, Karina. O bibliotecário e suas práticas na construção da cidadania. **Revista ACB: biblioteconomia em Santa Catarina**, v.7, n.2, 2002. Disponível em: <<http://revista.acbsc.org.br/index.php/racb/article/view/390/480>>. Acesso em: 6 nov. 2017.

MORIGI, Valdir; SOUTO, Luzane. Entre o passado e o presente: as visões de biblioteca no mundo contemporâneo. **Rev. ACB: Biblioteconomia em Santa Catarina, Florianópolis**, v. 10., n. 2, p. 189-206. Jan./dez. 2005. Disponível em: <<http://www.acbsc.org.br/>. Acesso em: nov. 2017.

MOTTA, Diana da. Biblioteca escolar: orientações básicas para organização e funcionamento. **Revista do Professor**, Porto Alegre, v. 15, n. 58, p. 21-24, abr./jun. 1999.

MOURA, Victor Hugo Vieira. Biblioteca escolar: espaço de ação pedagógica In: VIANNA, Márcia Milton; CAMPELLO, Bernadete. Biblioteca escolar: espaço de ação pedagógica. Belo Horizonte: EB/UFMG, 1999. p. 190-194. **Seminário promovido pela Escola de Biblioteconomia da Universidade Federal de Minas Gerais e Associação dos Bibliotecários de Minas Gerais**, 1998, Belo Horizonte.

OLIVEIRA, Zita Catarina Prates de. **O bibliotecário e sua auto-imagem**. São Paulo: Pioneira, 1983.

ORGANIZAÇÃO DOS ESTADOS AMERICANOS. **Modelo flexível para sistema nacional**
PAIVA, Jane; BERENBLUM, Andréa. Programa Nacional Biblioteca da Escola (PNBE): uma avaliação diagnóstica. **Pro-Posições** [online], v.20, n.1, p. 173-188, 2009. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/pp/v20n1/v20n1a10.pdf>>. Acesso em: 27 set. 2017.

PARO, Vitor Henrique. O currículo do ensino fundamental como tema de política pública: a cultura como conteúdo central. **Ensaio: avaliação e políticas públicas em educação**, v. 19, n. 72, p.485-507, jul./set. 2011.

RANGANATHAN, Shiyali Ramamrita. As cinco leis da biblioteconomia. Brasília: Briquet de Lemos, 2009. Revista Digital de Biblioteconomia e Ciência da Informação, Campinas, v.7, n. 2, p. 76-101, jan./jun. 2010– ISSN: 1678-765X. 93.

RICHARDSON, R. J. **Pesquisa social: métodos e técnicas**. 3.ed. São Paulo: Atlas, 1999.

SILVA, Jonathas Luiz de Carvalho. A biblioteca escolar em tempos de mudanças no Brasil: a contribuição a biblioteconomia a partir de uma identidade de projeto. **Biblos**: Revista do Instituto de Ciências Humanas e da Informação, v.26 n.2, p.47-65, jul./dez.2012.

SILVA, Jonathas Luiz de Carvalho. Perspectivas históricas das bibliotecas escolares no Brasil e análise da Lei 12/244/10. **Revista ACB**: Biblioteconomia em Santa Catarina, Florianópolis, v.16, n.2, p. 489-517, jul./dez., 2011.

SILVA, José Fernando Modesto da, SIQUEIRA, Ivan. (2014). Biblioteca Escolar como uma Questão de Direitos Humanos. **Biblioteca Escolar Em Revista**, 3(1), 38-50. Disponível em: <https://doi.org/10.11606/issn.2238-5894.berev.2014.106603> Acesso em jul. 2018.

SOARES, Magda. Formação de leitores: introdução ao mundo da leitura literária. – Reflexões a partir de uma experiência. In: DINIZ, Jason Prado Júlio (Org.). **Vivências de leitura**. Rio de Janeiro: Leia Brasil, 2007. p. 127-130.

TAVARES, Denise Fernandes. **A biblioteca escolar**: conceituação, organização e funcionamento. São Paulo: LISA, 1973. Orientação do Leitor e do Professor.

VALENTIM, Marta Lígia Pomim. Construção de conhecimento científico. In: _____. (Org.) **Métodos qualitativos de pesquisa em Ciência da Informação**. São Paulo: Polis, 2005. p.7-28. (Coleção Palavra-Chave, 16).

VASCONCELLOS, Celso dos Santos. **Planejamento**: Projeto de Ensino-Aprendizagem e Projeto Político-Pedagógico – elementos metodológicos para a elaboração e realização. 15ªEd. . São Paulo: Libertad Editora, 2006.

VASCONCELLOS, C.S. **Coordenação do trabalho pedagógico**: do Projeto Político Pedagógico ao cotidiano da sala de aula. 6ª Ed. São Paulo: Libertad Editora, 2006.

VERGUEIRO, Waldomiro. **Seleção de materiais de informação**. 2. ed. Brasília: Briquet de Lemos, 1997.

WALTER, Maria Tereza Machado Teles. BAPTISTA, Sofia Galvão. Formação profissional dos bibliotecários. *Encontros Bibli*: Revista Eletrônica de Biblioteconomia e Ciência da Informação, n. 25, 1º sem. 2008. Disponível em: <http://www.periodicos.ufsc.br/index.php/eb/article/view/1156/885>. Acesso em 8set. 2017.

WALTER, Maria Tereza Machado Teles; BAPTISTA, Sofia Galvão. Formação profissional dos bibliotecários. **Encontros Bibli**: Revista Eletrônica de Biblioteconomia e Ciência da Informação, n. 25, 1º sem. 2008. Disponível em <<http://www.periodicos.ufsc.br/index.php/eb/article/view/1156/885>>. Acesso em: 8 maio 2008.

ZILBERMAN, Regina. **A literatura infantil na escola**. São Paulo: Global, 1985.

ANEXO I – TCLE

TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO

Nº Registro CEP: CAAE 84195818.7.0000.5137 **Número do Parecer:** 2.647.796

Título do Projeto: BIBLIOTECAS ESCOLARES: aprendizagem escolar na percepção dos alunos de uma escola da rede estadual de Ouro Preto – MG - Brasil.

Prezado(a) Bibliotecário(a) / Professor(a),

Este é um convite para participar de uma pesquisa que estudará o papel da biblioteca escolar na aprendizagem de alunos no ensino fundamental de uma escola da rede estadual. A pesquisa será realizada pela mestranda **Sônia Marcelino**, que tem como orientadora a **Profª. Drª. Sandra de Fátima Pereira Tosta** do curso de mestrado do Programa de Pós-graduação em Educação da Pontifícia Universidade Católica de Minas Gerais.

Você foi selecionado (a) por trabalhar na instituição e nível de ensino escolhidos para o desenvolvimento desse estudo. A sua participação consiste em responder questionário e/ou ceder entrevista individual e permitir a análise e observação dos mesmos e demais documentos que respondam aos objetivos e interesses dessa pesquisa. Sua participação é muito importante e voluntária e, conseqüentemente, não haverá pagamento por participar desse estudo. Em contrapartida, você também não terá nenhum gasto.

As informações obtidas nesse estudo serão confidenciais, sendo assegurado o sigilo sobre sua participação em todas as fases da pesquisa e quando da apresentação dos resultados em publicação científica ou educativa, uma vez que os resultados serão sempre apresentados como retrato de um grupo e não de uma pessoa. Alguns dados poderão ser coletados por meio de questionário, observação in loco e entrevistas para posterior análise, no entanto, esses materiais em hipótese alguma serão publicados/divulgados. Você poderá se identificar e pedir que seu nome seja apresentado nos resultados, desde que essa seja a sua vontade. Você poderá se recusar a participar ou a responder algumas das questões a qualquer momento, não havendo nenhum prejuízo pessoal se esta for a sua decisão. Ao final, você receberá a transcrição de sua entrevista e, poderá remover quaisquer partes.

Para todos os participantes, em caso de eventuais danos decorrentes da pesquisa, será observada, nos termos da lei, a responsabilidade civil.

Agradeço sua atenção e valiosa colaboração.

Você receberá uma via deste termo onde consta o telefone e o endereço do pesquisador responsável, podendo tirar suas dúvidas sobre o projeto e sua participação, agora ou a qualquer momento.

Pesquisador responsável: Sônia Marcelino

Endereço: Rua Jair Afonso Inácio, 106 Alto das Dores - Ouro Preto - MG

Contatos: (31) 985612688, (31) 35591510

E-mail: soniabiblio@yahoo.com.br

Este estudo foi aprovado pelo Comitê de Ética em Pesquisa envolvendo Seres Humanos da Pontifícia Universidade Católica de Minas Gerais, coordenado pela Prof.a Cristiana Leite Carvalho, que poderá ser contatado em caso de questões éticas, pelo telefone (31) 3319-4517 ou email cep.proppg@pucminas.br.

O presente termo será assinado em 02 (duas) vias de igual teor.

Eu declaro estar informado(a) dos objetivos e fins desse estudo e concordo em participar voluntariamente da pesquisa, realizada por Sônia Marcelino e orientada pela Profª. Drª. Sandra de Fátima Pereira Tosta da PUC Minas.

Belo Horizonte, de de

Assinatura do participante

E-mail para contato

Eu, **Sônia Marcelino**, comprometo-me a cumprir todas as exigências e responsabilidades a mim conferidas neste termo e agradeço pela sua colaboração e sua confiança.

Assinatura do pesquisador

Belo Horizonte, de de

ANEXO II

Roteiro de Entrevistas – bibliotecária e Professoras

Dados de identificação

1. Qual a sua idade?
2. Sexo: () feminino () masculino

Formação acadêmica/profissional

3. Qual a sua formação geral?
4. Você tem formação em Biblioteconomia? Onde e quando?

Atuação profissional

5. Qual o seu vínculo com a instituição, sua forma de ingresso (concursos, redistribuição, designação, estágio) e há quanto tempo você atua nesse cargo/função aqui?
6. O que te motivou a trabalhar com a educação?
7. Qual o tempo de atuação na biblioteca escolar?
8. Você tem experiência pregressa em biblioteca? Se sim, como foi: que tipo de biblioteca e para que tipo de usuário?
9. Como você avalia as obras que compõem o acervo desta biblioteca? Atende às necessidades dos usuários?
10. Como estas obras são adquiridas? Você participa desse processo?
12. Você avalia como adequado o espaço destinado ao funcionamento da biblioteca escolar?
13. Quais os produtos e serviços oferecidos pela biblioteca?
14. Com qual(is) série(s) você atua aqui na biblioteca escolar e quais atividades são desenvolvidas?
15. Você faz um planejamento específico ou adota alguma metodologia em particular para atuar na biblioteca escolar?
16. No trabalho desenvolvido na biblioteca escolar é utilizada alguma tecnologia da informação? Você se sente confortável em utilizá-las?
17. Existem iniciativas institucionais de capacitação continuada? Quais, quando?
18. Você tem tempo para estudos, planejamento de sua atuação junto aos professores?
19. Você participa ou já participou da construção do Projeto Político Pedagógico da escola ou do currículo? Quem participa dessa construção e de que forma é feito?
20. Você participa de ações de formação continuada voltadas para atuação em bibliotecas escolares para além da instituição?
21. Por que os alunos não acessam a internet?
22. Você gostaria de acrescentar alguma informação que julga importante sobre a sua atuação profissional?

MUITO OBRIGADO PELA VALIOSA COLABORAÇÃO.

ANEXO III**Questionário aplicado aos alunos (1ª a 5ª série)**

1. IDENTIFICAÇÃO

Masculino

Feminino

2. Frequento o ano de escolaridade seguinte:

1.º

2.º

3.º

4.º

5.º

3. Com que frequência você costuma usar a biblioteca escolar (BE) ?

Todos os dias

Uma ou duas vezes por semana

Uma vez ao mês

Nunca

Se nunca, escreva porquê

4. Quais as atividades você faz na biblioteca?

Leitura

Empréstimo de livros ou outros materiais

Deveres

Pesquisa em livros

Pesquisa em internet

Ver filme

Jogar

Utilizar internet

Estudar ou realizar trabalhos

Outra.

Qual?

5. Qual sua opinião sobre as atividades culturais desenvolvidas pela biblioteca escolar: filmes, teatros, palestras, concursos, debates, exposições

Diversificadas e interessantes

Diversificadas e pouco interessantes

Raras e pouco variadas

Pouco variadas e desinteressantes

Não conheço as atividades da biblioteca escolar

6. Qual sua opinião sobre a biblioteca escolar:

O horário de atendimento da biblioteca é adequado:

SIM NÃO

O espaço da biblioteca é agradável e atrativo:

SIM NÃO

O ambiente da biblioteca é calmo:

SIM NÃO

É fácil encontrar os documentos que você precisa na biblioteca:

SIM NÃO

7) Depois de ler algum livro emprestado pela biblioteca você faz alguma atividade relacionada à leitura?

SIM

NÃO

8) Seus professores levam a turma para fazer atividades na biblioteca?

SIM

NÃO

9) Se a resposta anterior foi sim, que atividades eles realizam na biblioteca?

Você gosta de frequentar a biblioteca?

SIM

NÃO

10 Complete a frase:

A Biblioteca seria melhor se

11 Complete a frase:

Usaria mais a biblioteca se

12 Complete a frase:

A melhor coisa da biblioteca escolar é:

OBRIGADA PELA SUA COLABORAÇÃO